

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

GISELE BARÃO DA SILVA

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EDITORES NO DIÁRIO DOS CAMPOS E NA
GAZETA DO POVO

PONTA GROSSA

2015

GISELE BARÃO DA SILVA

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EDITORES NO DIÁRIO DOS CAMPOS E NA
GAZETA DO POVO

Dissertação apresentada para obtenção do título de
mestre da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Área de concentração: Processos Jornalísticos.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a Paula Melani Rocha

PONTA GROSSA

2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

S586 Silva, Gisele Barão da
A formação profissional de editores no
Diário dos Campos e na Gazeta do Povo/
Gisele Barão da Silva. Ponta Grossa, 2015.
138f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Paula Melani
Rocha.

1.Jornalismo regional. 2.Impressos.
3.Edição. 4.Formação profissional.
I.Rocha, Paula Melani. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Jornalismo. III. T.

CDD: 070

GISELE BARÃO DA SILVA

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EDITORES NO DIÁRIO DOS CAMPOS E NA
GAZETA DO POVO

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Área de concentração: Processos Jornalísticos.

Ponta Grossa, 12 de março de 2015

Profª Paula Melani Rocha – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Cíntia Xavier
Doutora em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profº Eduardo Barreto Vianna Meditsh
Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes; à professora que orientou esta pesquisa, Paula Melani Rocha, uma inspiração na academia e na profissão; e aos professores Cíntia Xavier, Eduardo Meditsch e Hebe Gonçalves. Aos pesquisadores e jornalistas entrevistados. A José Carlos Fernandes e Joana Neitsch, pelas sugestões. A Luciane Justus, Karine Segatto, Andressa Kikuti, Tawana Koch, Amanda Audi e Rafael Schoenherr.

RESUMO

A pesquisa caracteriza a formação dos jornalistas que desempenham função de edição nos jornais impressos regionais paranaenses Diário dos Campos, de Ponta Grossa, e Gazeta do Povo, de Curitiba, com o objetivo de identificar a formação acadêmica e o conhecimento da prática diária. Para analisar esse objeto, discute-se os saberes que envolvem o jornalismo e a edição jornalística, a modernização da imprensa brasileira - período em que ganha força o cargo de editor -, as competências do editor e a formação universitária em Jornalismo, mais especificamente em edição jornalística. A fundamentação teórica inclui os conceitos de saber teórico e saber de ação, os valores-notícia, a Teoria Organizacional, a Teoria do *Gatekeeping*. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica, documental, aplicação de questionários e entrevistas. Esta dissertação mostra que a atividade do editor é composta por competências relacionadas às deontologias do jornalismo e pelo desenvolvimento no mercado. Também indica que os cursos de Jornalismo no Paraná têm uma grade curricular feita majoritariamente para formar repórteres, e não dão espaço para o ensino de técnicas de edição.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo regional; impressos; edição; formação profissional

Abstract

This research characterises the upbringing of the journalists who perform editing functions at Parana's regional printed newspapers "Diário dos Campos" in Ponta Grossa and "Gazeta do Povo" in Curitiba, in order to identify their academic training and the knowledge of their daily practices. For this object's analysis, the knowledge involving Journalism and Journalistic Editing, the Brazilian Press' modernization – time in which Editing positions gain more strength – the editor's competences and the academic training in Journalism, specifically in Journalistic Editing, are discussed. Theoretical background include the concept of theoretical and action knowledge, news-value, Organizational and "Gatekeeping" theories. The methodology presents bibliographic and documental research as well as the performance of questionnaires and interviews. This dissertation shows that the editing activity is made of competences related to Journalism deontology and their development within the market. It also shows that Journalism Courses in Paraná have a curriculum based on forming, mostly, news reporters and do not leave room for the teaching of editing techniques.

Key words: Regional journalism; printed; editing; professional training

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Perfil profissional do Jornalista 1, Jornalista 2, Jornalista 3 e Jornalista 4 no jornal Diário dos Campos: por sexo, tempo de profissão, período em que ocupou o cargo, cargo e editoria73

TABELA 2 - Perfil do Jornalista 1, Jornalista 2, Jornalista 3 e Jornalista 4 no jornal Diário dos Campos de acordo com a idade ao ocupar o cargo, tempo de trabalho na empresa, cargos que ocupou no jornal e trajetória profissional.....74

TABELA 3– Características do trabalho de Jornalista 1, Jornalista 2, Jornalista 3 (1999) e Jornalista 4 (1999/2003) no Diário dos Campos: carga horária, forma de ingresso, número de textos jornalísticos que gerencia por dia, número de repórteres sob sua responsabilidade, trabalho em finais de semana, sindicalização.....75

TABELA 4 - Perfil profissional dos cinco editores responsáveis no jornal Gazeta do Povo em 2013, por editoria, sexo, idade, tempo de profissão, tempo de trabalho no jornal, tempo de trabalho no cargo, outros cargos ocupados, trajetória profissional85

TABELA 5– Características do trabalho dos editores responsáveis na Gazeta do Povo, por editoria, carga horária, forma de ingresso, número de matérias que edita por dia, trabalho em finais de semana e sindicalização.....87

TABELA 6 - Formação de editores e chefes de redação em 2013/2014 por editoria veículo de comunicação.....102

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Organograma da redação do Diário dos Campos em 1999.....	70
FIGURA 2-Organograma da redação do Diário dos Campos em 2013.....	71
FIGURA 3 – Impactos do enxugamento da redação.....	72
FIGURA-4-Organograma redação da Gazeta do Povo em 2014.....	83
FIGURA 5 - Indicações sobre o conhecimento específico do editor	108
FIGURA 6 – Disciplina de edição jornalística	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - As transformações do jornalismo e o conceito de edição jornalística	14
CAPÍTULO 2 – O editor no jornalismo impresso	25
2.1 O editor nos EUA	25
2.2 Modelos redacionais	27
2.3 A modernização da imprensa brasileira.....	29
2.3.1 Diário Carioca	31
2.3.2 Jornal do Brasil (JB).....	34
2.3.3 Última Hora(UH).....	36
2.4 As atribuições do editor no jornalismo impresso	37
CAPÍTULO 3 – A formação de editores	42
3.1 Jornalismo como ciência e forma de conhecimento	42
3.2 Conhecimento e competência no Jornalismo: os saberes de uma profissão.....	47
3.3. As mudanças do jornalismo brasileiro e a formação do profissional	50
3.4 Um novo olhar para o ensino do jornalismo.....	51
CAPÍTULO 4 -Fundamentos metodológicos e técnicas de investigação	53
4.1. A escolha do método.....	53
4.2. O estudo qualitativo.....	53
4.3. Saber teórico e saber de ação do jornalismo.....	55
4.4 Técnicas de pesquisa	56
4.4.1 Pesquisa bibliográfica e documental	56
4.4.2 A imprensa regional	58
4.4.3 Aplicação de questionários	59
4.4.4 Entrevistas semi-estruturadas	61
4.5 Aproximação das fontes	62

4.6 Especificidades da pesquisa	62
CAPÍTULO 5 - As competências do editor no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo.....	63
5.1 A história do jornal Diário dos Campos sob o viés da profissionalização	63
5.2 Mudanças organizacionais na Gazeta do Povo	65
5.3 A mudança na estrutura interna do Diário dos Campos e os editores	67
5.4 O perfil e as funções da chefia no Diário dos Campos de 1999, 2003, 2013 e 2014	73
5.5 A mudança na estrutura interna da Gazeta do Povo e os editores	81
5.6 Funções do editor na Gazeta do Povo	88
5.7 Trajetória do jornalista para chegar ao cargo de editor	90
CAPÍTULO 6 -A formação e o conhecimento do editor no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo	93
6.1 O editor e os princípios do jornalismo	93
6.2 Ferramentas de controle de qualidade	95
6.3 O ensino de edição nos cursos de Jornalismo paranaenses	97
6.4 Formação complementar para editores.....	101
6.5 – Propostas para uma disciplina de edição em Jornalismo	109
Conclusão.....	113
Referências	120
Anexo A- Questionários	126
Anexo B – Termo de Responsabilidade	138

Introdução

Em 21 de outubro de 2014, morreu, aos 93 anos, o ex-editor-chefe do Washington Post, Ben Bradlee, que coordenou a cobertura do caso Watergate. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, lamentou a perda em um comunicado divulgado dias depois, em que dizia que “Ele contava as histórias que ajudaram o país a 'entender o mundo'”. “Para Benjamin Bradlee, jornalismo era mais do que uma profissão, era um bem público vital para a nossa democracia”, disse Obama.

Como editor-executivo do Washington Post de 1965 a 1991, Bradlee supervisionou a cobertura do escândalo Watergate – que resultou na renúncia do então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon, em 1974, e foi responsável pela transformação do Post em um dos jornais mais respeitados do país. Na ocasião, ele orientou os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein na investigação do arrombamento e espionagem da sede do Partido Democrata, no complexo residencial e de escritórios de Watergate, e os levou até a Casa Branca. A cobertura rendeu ao Post um prêmio Pulitzer ¹. A atuação de Bradlee nesse caso é um exemplo do papel do editor nos jornais. O cargo também está retratado no livro *Todos os homens do presidente*, em que os repórteres relatam a cobertura realizada pela equipe do Washington Post, e em algumas passagens mencionam o editor local.

Sussman [editor de Local do Washington Post] tinha talento especial para guardar os fatos de memória, onde ficavam de prontidão para atender ao primeiro chamado. Mais do que qualquer outro editor do Post, e mais até que Bernstein e Woodward [os repórteres principais da cobertura], tornou-se uma enciclopédia ambulante sobre Watergate, uma fonte de referência a ser consultada quando até a biblioteca falhava. No fechamento, ele constantemente incorporava esses fatos às matérias em preparação, consolidando grande quantidade de informações cruciais para fundamentar o que, de outra maneira, seria uma notícia insignificante. Em sua mente, tudo se encaixava. Watergate era um quebra-cabeça, e ele juntava as peças". (BERNSTEIN; WOODWARD, 2014 p. 74).

O emblemático caso Watergate representa um dos melhores exemplos do trabalho do editor na equipe jornalística. Assumindo um papel de orientação da produção, de esclarecimento sobre as informações mais importantes e, para além da técnica jornalística, de responsabilidade com a democracia. Essas responsabilidades e saberes, somados a uma

¹ Criado em 1917, o Pulitzer é o principal prêmio concedido a jornais norte-americanos. A ideia foi do jornalista Joseph Pulitzer que, antes de morrer, doou dinheiro para a Universidade de Colúmbia, que administra a premiação.

experiência profissional da autora na redação de um jornal regional, instigaram o interesse pela pesquisa sobre o trabalho do editor.

A dissertação “A formação profissional de editores no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo” pretende caracterizar a formação dos jornalistas que desempenham função de edição nos dois jornais paranaenses. Os objetivos específicos são levantar o perfil profissional dos jornalistas; identificar o conhecimento e competências desses profissionais e contribuir para o levantamento de dados sobre a história da modernização das redações no Paraná e para os estudos sobre a formação dos jornalistas no estado. Entende-se, aqui, editor como o profissional responsável por uma editoria ou, do caso do Diário dos Campos, o profissional que chefia os repórteres.

Para conhecer o perfil desses jornalistas, identifica-se aspectos gerais, como sexo, idade, formação acadêmica - considerando graduação e pós-graduação - e a natureza da instituição de ensino, ano de formação, a existência de cursos complementares, trajetória profissional, e as competências e atribuições exercidas no cargo, considerando os profissionais que ocupam o cargo entre 2013 e 2014. As ferramentas metodológicas incluem pesquisa bibliográfica, documental, aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa considera que o jornalismo não se restringe à tecnicidade, mas é uma atividade complementada por diferentes saberes. Dessa forma, é preciso analisar, além do perfil, o conhecimento do editor atrelado à prática, a percepção sobre a atividade que desempenha e sobre seu papel perante a sociedade.

O estudo traz discussões teóricas sobre os saberes específicos do jornalismo e o processo de edição. Apresenta o surgimento e desenvolvimento do cargo de editor no Brasil e nos Estados Unidos, país que serviu de modelo para a imprensa nacional em muitos aspectos. Para entender a modernização dos dois jornais, realizou-se uma pesquisa sobre o início dos anos 1990 e 2013, em que ambos os impressos têm pontos decisivos de mudança na estrutura da redação.

Uma das justificativas para abordar o tema está na falta da discussão sobre ele na academia. Nas pesquisas brasileiras em jornalismo que consideram a prática profissional, poucas vezes o editor é o foco do trabalho (MAROCCO & BERGER, 2006).

De forma extremamente fragmentada diferentes autores que se dedicam à redação jornalística reduzem a edição a uma espécie de efeito colateral. Existe porque existe a notícia e a necessidade de constranger o acontecimento ao espaço jornalístico. O que se evidencia com isso é uma atenção aos processos de produção da notícia e da reportagem (nos âmbitos do planejamento, coleta de dados e escritura) em detrimento da edição, que ganhará certo vigor no tratamento dos títulos e outros efeitos gráficos, um dos aspectos das rotinas de edição. (MAROCCO & BERGER, 2006 p.17).

Uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações realizada em 2013, pelos verbetes "jornalismo" no campo assunto e "editores" no campo resumo encontrou 21 resultados. Ao ler os resumos dos trabalhos, constatou-se que apenas um, do total, faz referência direta no título e resumo sobre os editores no jornalismo impresso: uma tese de doutorado, defendida em 2012 no programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP). Uma busca básica no Banco de teses da Capes ²com as palavras "editor" e "jornalismo" e "editores" e "jornalismo" soma oito resultados, mas nenhum faz referência ao editor no jornalismo impresso. Nenhum apresentou editores entre as palavras-chaves e título³.

Darnton (1990), ao descrever a redação do jornal The New York Times nos anos 1960, refere-se ao editor como controlador de um sistema de recompensas. Ele assume para o repórter um papel de referência. O jornalista escreve para agradar ao editor. Pela falta de contato do repórter com o público leitor, o chefe é o retorno mais imediato do jornalista sobre seu trabalho. Explorar mais a fundo a atuação dos editores pode, de certa forma, ajudar a desvendar o processo de produção jornalística em Ponta Grossa e Curitiba, e conhecer a formação dos profissionais responsáveis pelo gerenciamento da produção noticiosa.

A dissertação tem quatro capítulos teóricos e dois capítulos de análise dos dados. No primeiro, "As transformações do jornalismo e o conceito de edição jornalística", há uma revisão dos conceitos da edição no jornalismo impresso e sua relação com as teorias do jornalismo, como Teoria do *Gatekeeping* e Teoria Organizacional. O segundo capítulo faz uma recuperação do desenvolvimento do cargo de editor nos Estados Unidos, que influenciou os modelos de redação no Brasil principalmente a partir da década de 1950, apresenta aspectos da modernização da imprensa brasileira, com o exemplo dos jornais Diário Carioca,

² <http://bancodeteses.capes.gov.br/>

³ Levantamento realizado em 30 de março de 2014.

Jornal do Brasil e Última Hora, e descreve as funções do editor. O terceiro capítulo, “A formação de editores”, discute o Jornalismo como conhecimento, as especificidades do campo e o ensino de Jornalismo. O último capítulo teórico apresenta os fundamentos metodológicos, as técnicas de investigação, e justifica a escolha do método qualitativo.

Os capítulos analíticos apresentam dois aspectos do editor considerados no estudo: as competências e o conhecimento. O primeiro apresenta uma breve história do surgimento dos jornais, a forma como chegaram ao modelo de redação atual, e as funções dos profissionais que desempenham função de edição. No segundo, há uma análise dos dados relativos à formação e ao conhecimento específico do editor. Algumas perguntas do questionário, das entrevistas semi-estruturadas e dados levantados a partir de pesquisa documental permitiram indicar que tipo de saberes o editor mobiliza ao exercer o cargo.

Diante dessas reflexões, pode-se dizer que a principal questão norteadora desta pesquisa é: “Qual é o conhecimento específico em jornalismo dos profissionais que desempenham função de edição no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo?”. Outras perguntas ajudaram a nortear a dissertação e entender o processo de produção jornalística nos dois jornais: Como é o organograma das redações nesses dois impressos, as atribuições e atividades dos editores, e que consequências esses modelos trazem para a produção?

Capítulo 1

As transformações do jornalismo e o conceito de edição jornalística

Neste estudo é necessário, inicialmente, buscar as definições de edição, como integrante do processo de produção jornalística. Este capítulo traz uma revisão dos conceitos da edição no jornalismo impresso, relacionando com as teorias do jornalismo. O debate procura considerar a edição não apenas como uma técnica que dá forma ao produto final, mas como um processo que envolve as concepções de notícia do editor, determinadas pela formação do profissional. As características centrais do texto jornalístico, como correção, clareza, unidade, precisão e harmonia (BELTRÃO, 2006), devem estar no foco do trabalho do jornalista que vai tratar a notícia.

O desenvolvimento do conceito de edição como parte da produção jornalística se relaciona com o desenvolvimento dos jornais enquanto empresa. Gonçalves (2000) explica que a prática jornalística esteve por mais de 300 anos sem rotina estável de produção. “Nos primeiros tempos do jornalismo, a edição constituía um sinônimo de publicação dos conteúdos impressos” (GONÇALVES, 2000 p. 358).

No século XVII, fase pré-industrial do Jornalismo, a atividade publicista dos editores dos jornais - que na época ainda era realizada pelos donos dos veículos - é a que melhor define o conceito de edição. Por conta da seleção de artigos para os jornais que conviviam em um clima de intensa discussão política, a caracterização do jornalismo nesse período precisava levar em conta que a edição estava associada à "capacidade de um determinado profissional de fazer circular uma opinião" (GONÇALVES, 2000 p. 359).

Entre os séculos XVII e XVIII, se desenvolvem as técnicas de trabalho e há a mecanização dos processos de produção. Com isso, se tornou inviável manter uma atividade dependente de um só profissional acumulando várias tarefas. Segundo Gonçalves (2000), a divisão do trabalho no jornalismo foi estimulada pela busca da impessoalidade nos periódicos, decorrente da necessidade de atrair públicos mais heterogêneos. O conceito de edição, que fazia referência à publicação, começa a se fortalecer como etapa de uma cadeia produtiva com o objetivo de reduzir o tempo de trabalho.

Com a definitiva estruturação empresarial do jornalismo, as funções concentradas pelo antigo publicista são repartidas entre o diretor, que cuida da parte mercantil; o editor, que coordena a linha editorial; e pelos editores setoriais, incumbidos de supervisionar o trabalho dos repórteres em cada área de cobertura. A restrita divisão do trabalho entre funções e ofícios, conhecida desde o período de construção das pirâmides, orientava a edificação das chamadas "usinas de notícias". (GONÇALVES, 2010 p.360).

O conceito moderno de edição tem como principais consequências, para o autor, a criação de editorias fixas ou de "sistemas lineares e verticalizados na imprensa, na rádio e na televisão" (GONÇALVES, 2000 p.372). Nesse sistema o editor seleciona e determina o valor dos fatos e, assim, ele é um dos principais operadores dos critérios de noticiabilidade na produção diária. Noticiabilidade pode ser definida como "o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo dos acontecimentos, dentre os quais há que selecionar as notícias" (WOLF, 1987 p. 175).

Assim, os valores-notícia são um componente da noticiabilidade. Esses componentes são a resposta a perguntas sobre o interesse, significado e relevância dos fatos, com dois fatores a se considerar. O primeiro é que, embora estejam apresentados como um inventário, os valores-notícia funcionam de forma complementar, se relacionam. O segundo aspecto considera que os critérios estão diluídos ao longo do processo de produção, não somente na seleção da notícia, mas nas operações seguintes, com maior ou menor grau de importância (WOLF, 1987).

Os valores notícia respeitam critérios relativos ao conteúdo, ao produto e à disponibilidade do material, ao público e à concorrência. Para definir a importância da notícia nos critérios substantivos, são considerados: o nível hierárquico dos atores envolvidos no acontecimento; o impacto sobre a nação e o interesse nacional, que inclui a *proximidade*; a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento; e sua importância quanto aos desdobramentos futuros de determinada situação (WOLF, 1987).

Os critérios que correspondem às especificidades do produto incluem a disponibilidade, ou seja, o quão acessível o fato está para os jornalistas, se pode ser facilmente coberto, qual estrutura exige do meio para a cobertura. Nesse caso, quanto menos relevante é o acontecimento, mais esse critério é considerado. Na mesma categoria está a brevidade, para que o texto não ultrapasse certos limites de tamanho, envolvendo apenas suas informações mais básicas. Outros valores associados ao produto são a atualidade, qualidade e equilíbrio (WOLF, 1987).

Nos critérios relacionados ao meio de comunicação, incluem-se a qualidade do conteúdo produzido (de acordo com as especificidades dos meios); a frequência, ou seja, o lapso de tempo necessário para que o acontecimento tome forma, e se essa frequência se assemelha à frequência do meio de comunicação; e o formato. Os critérios relativos ao público relacionam-se com a visão que o jornalista tem dos espectadores ou leitores. Considera-se nessa categoria a clareza e a estrutura narrativa. Por fim, o critério da concorrência diz respeito à competição entre os meios e a necessidade de exclusividade. Há notícias selecionadas porque se espera que os concorrentes façam o mesmo (WOLF, 1987).

O uso dos valores-notícia se dá principalmente de duas maneiras: como critérios para selecionar o que será incluído no produto final, do material disponível à redação; e como linhas-guia para a apresentação do produto ao público, com realces e omissões, e seleção de prioridades (GOLDING, ELLIOTT 1979 apud WOLF, 1987). Para esses mesmos autores, os valores notícia são regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que guiam os procedimentos editoriais. A descrição do conceito evidencia que o principal operador desses critérios é o profissional em cargo de chefia na redação, no caso, o editor.

A edição também está ligada ao tratamento da notícia, de acordo com a sua importância (ERBOLATO, 1985). As funções da técnica de edição estão em manuais de redação de alguns veículos. O verbete “edição” no Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo em 1987 define a técnica como processo necessário para se chegar ao produto final.

É o processo através do qual o material jornalístico chega à forma final em que aparece aos olhos do leitor. A palavra também é usada para designar o conjunto final do material jornalístico produzido para o consumo do leitor ('a edição do dia'). (Manual Folha de São Paulo, 1987, p. 152).

Já “editor” aparece no mesmo manual como o responsável por uma editoria, e subordinado direto da Direção de Redação. O documento elenca 20 itens de responsabilidade desse profissional. Em uma versão mais recente do manual, em 2010, não há verbete que defina o trabalho do editor.

“responder pelo enfoque editorial dado a todos os assuntos tratados em sua área”;

“coordenar todos os trabalhos de sua editoria, com o auxílio de seus editores-assistentes”; “planejar, pautar, supervisionar a produção de todo o material jornalístico referente aos assuntos de sua área”; “recusar, modificar, refazer mandar refazer, fundir e condensar o material jornalístico produzido, sempre que for o caso”; “zelar para que sejam cumpridos rigorosamente os horários de fechamento”; “consultar a Direção de Redação em todos os casos que julgar delicados, controvertidos ou de maior importância”; “estar presente ou fazer-se representar nas reuniões diárias de produção e edição”; “conceber, pelo menos, uma pauta especial por dia”; “responder pela qualidade e correção de todo o material publicado”; “zelar para que a Secretaria receba diariamente os relatórios de sobras, noite/dia e superego”; “supervisionar a discussão e cumprimento do programa de metas trimestrais em sua editoria”; “ajuda na elaboração da Crítica da Edição”; “gerir o orçamento de sua editoria”; “planejar com antecedência coberturas de grande porte em sua área”; “secretariar o jornal em um domingo a cada oito semanas e deixar um relatório desse fechamento para a Secretaria”; “administrar o pessoal de sua editoria, propondo contratações, admissões, advertências, transferências, cumprimentos, avaliações, demissões”; “participar do encontro mensal dos editores e repórteres especiais com a direção da empresa que edita a Folha”; “organizar e cuidar dos arquivos de sua editoria”; “propor a realização de seminários e cursos internos na sua área”; “tomar todas as suas decisões com base nas orientações que recebe da Direção de Redação e nas normas deste 'Manual'”. (Manual de Redação Folha de São Paulo, 1987 p.48).

A “Crítica da Edição”, referenciada nesse verbete, era um documento interno com avaliações sobre a edição do dia. O jornal ainda se preocupa em detalhar neste manual as funções do editor-assistente. Na estrutura do jornal, havia o editor-assistente de produção e o de edição. O primeiro fazia a supervisão da produção, cuidando do horário de fechamento, definindo prioridades com os repórteres, coleta de dados, enfoques, tamanhos. O de edição supervisionava a descida do material às oficinas, obediência às normas do manual, horários de fechamento.

Pereira Júnior (2009) argumenta que editar é um processo de ênfases, pesos e medidas, principalmente nas sociedades complexas e globalizadas, com o alto índice de informações. Um processo de triagem sem o qual os produtos jornalísticos seriam apenas uma coletânea, um relatório. “Editar significa valorizar a informação, dar peso à notícia. Hierarquizar” (PEREIRA JÚNIOR, 2009 p. 22). Nos jornais impressos, editar significa definir o espaço que a informação ocupará na página, seu tamanho, se terá fotos, e também valorizar o trabalho feito no prazo e espaço estipulado. Editar é escolher. E com as escolhas que faz, o editor determina o valor do fato. O autor ainda considera a edição como procedimento mais amplo, já que a notícia é resultado de um processo de seleção e triagem que está em todos os processos da produção, desde a apuração (PEREIRA JÚNIOR, 2009). Um bom material pode perder-se, portanto, se for mal editado.

A edição também está relacionada à revisão, no sentido de destacar a intenção da

mensagem. Nesses casos, o trabalho deve detectar o que precisa ser refeito, substituído, reordenado, para dar sentido ao texto. E essa reescrita precisa ter critérios, para inclusive suprir lacunas de informação e abordagem. A ação não é totalmente independente, porque se limita ao que o editor reconhece como intenção do autor do texto original.

Reescrever uma matéria supõe recuperar o sentido original do relato, por meio de uma topicalização eficiente, uma funcionalidade nas peças linguísticas, uma incorporação de mecanismos coesivos a serviço do sentido global. O propósito é que o futuro receptor da mensagem não passe pelas mesmas dificuldades de compreensão pelas quais passou o editor e seja capaz de identificar o mundo a que o discurso se refere. Identificar o sentido global do texto com menos esforço. (PEREIRA JÚNIOR, 2009 p. 155).

Chaparro (1998 apud ESSENFELDER, 2012) define edição como um trabalho de persuasão do leitor à interatividade, que atribui significado aos acontecimentos, analisa a atualidade, de uma forma que contenha veracidade, clareza e precisão. A veracidade se mostra nos títulos e ordenações visuais da mensagem, numa interlocução com o leitor, formando acordos. Medina (1988) têm visão semelhante do editor como um mediador, e define o ato de editar como uma comunicação com o público.

Editar – como pautar ou fazer reportagem – é estabelecer um contato com a audiência através de ricos códigos comuns. O grau de comunicação (entendida como relação interativa) se configura numa edição pesquisada, experimental, tateante de recursos apelativos, comunicativos. Então, assim como uma pauta deve ser criativamente ampliada para que a matéria não seja moluscular mas profundamente enraizada na realidade social que a engloba, a edição precisa se valer de todos os códigos sociais disponíveis para adquirir uma significação e leitura possíveis de grande âmbito. (MEDINA 1988, p. 148).

Kovach & Rosenstiel (2004) defendem a disciplina de verificação como característica essencial do jornalismo - que o diferencia de outras áreas do conhecimento -, além da objetividade e da fidelidade ao público. Essa disciplina está ligada ao trabalho de edição. Os autores citam a estratégia chamada "edição cética", pensada por editores americanos para o jornal *Oregonian*, que garante rigor à verificação de dados, para evitar inconsistências de afirmação e narrativa. O método envolve o julgamento e questionamento da reportagem a cada linha, com atenção às declarações. Outro processo foi criado por David Arnold, editor-executivo do *San Jose Mercury News*, chamado "lista da exatidão", com perguntas a responder no processo de edição.

“O lide da matéria tem consistência?”, “Alguém recheou, telefonou ou visitou todos os números, endereços e e-mails na matéria? E quanto aos nomes e títulos?”, “As informações colhidas permitem entender a matéria completa?”, “Todos os que aparecem na matéria estão identificados e tiveram oportunidade de emitir seus pontos de vista?”, “A matéria toma partido ou faz julgamentos de valores de forma sutil?” Será que alguns leitores gostarão mais do que outros da matéria?”, “Todas as declarações são exatas e bem atribuídas, captando com precisão o que disseram os entrevistados?” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004 p. 138).

A lista de recomendações mencionada acima, de acordo com Kovach e Rosenstiel (2004), foi entregue a editores e repórteres e, com a adoção do método no processo produtivo, constatou-se uma redução em 20% nas correções em comparação com os profissionais que não utilizaram o procedimento.

Marocco e Berger (2006) definem edição de jornal como “um conjunto de operações relacionadas à publicação e distribuição de jornais e como a evidência do trabalho de um editor-chefe” (MAROCCO; BERGER, 2006 p. 17), processo inscrito no quadro de produção jornalística que relaciona gesto individual, estratégias da empresa e práticas profissionais.

O professor de Jornalismo Demétrio Soster, entrevistado nesta dissertação, tem uma definição mais ampla da edição, como um processo que também envolve as diretrizes da linha editorial da empresa e a organização. “Não só a edição dura, que eu chamo, que é adequar textos, adequar títulos, mas também o conceito de edição de pensar o veículo, de saber a direção que ele está caminhando, a relação, as questões organizacionais” (SOSTER, 2013)⁴.

A ausência do debate sobre a edição, para Marocco e Berger (2006), está acompanhada da compreensão de que a formação de um editor acontece no âmbito da prática e das tensões. Segundo essa compreensão, o aprendizado da edição jornalística está na carreira de repórter, redator, passando por todos os departamentos. Esse pensamento se aproxima do debate que esta pesquisa desenvolve ao entender a formação do editor como uma construção de teoria e prática. Para tanto, o conhecimento e as competências do editor não se constituíram por si só, e sim desenvolveram-se ao longo da história do jornalismo, passaram por alterações relacionadas às transformações que se sucederam no exercício da profissão em diálogo com a dinâmica da sociedade, incluindo os aspectos políticos, culturais, sociais e tecnológicos.

Para estudar o editor, é necessário contextualizá-lo na empresa jornalística, pois ele está situado em uma hierarquia que define o processo de produção. Assim, a Teoria Organizacional desenvolvida por Warren Breed em 1955 pode contribuir nas reflexões que

⁴ Entrevista concedida à autora em 8 de novembro de 2013.

este estudo propõe, assim como a Teoria do *Gatekeeping*.

O cientista social Kurt Lewin foi o primeiro pesquisador a utilizar o termo *gatekeeper* na comunicação, em 1947. O termo foi aplicado a uma pesquisa sobre os hábitos alimentares de uma comunidade. No artigo não acabado, chamado “Frontiers in group dynamics II: channels of group life; social planning and action research”⁵, publicado na revista *Human Relations* (SHOEMAKER, 2011), Lewin mencionava que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação dependia dos *gates*, “portões”, regidos por regras que permitiam ou rejeitavam a passagem. Na pesquisa, ele falava sobre a mudança de hábitos alimentares de uma população, partindo do pressuposto de que nem todos os membros de uma comunidade eram igualmente importantes para determinar o que é alimento. Assim, a maneira mais efetiva de promover uma mudança social seria concentrar o foco nas pessoas com maior poder de decisão e seleção.

Para o pesquisador, os alimentos atravessam canais para chegar à mesa, como a horta familiar, o armazém, o transporte. Os canais são divididos em seções e na frente de cada uma há um portão que regula a passagem pelo canal. As forças que atuam em ambos os lados podem restringir ou facilitar a passagem.

Em seu estudo, David Maning White (1951) pretendia examinar de perto como um *gatekeeper* controlava o portão. Foi o primeiro pesquisador em comunicação a aplicar o termo em uma pesquisa. White foi assistente de pesquisa de Lewin na Universidade de Iowa. Ele estudou o trabalho do editor de um jornal com 40 anos de idade, 25 anos de experiência como repórter e revisor, então editor telegráfico de um jornal com tiragem aproximada de 30 mil exemplares, em uma cidade industrializada com 100 mil habitantes (WHITE, 1993). A função desse profissional era selecionar diariamente as notícias recebidas via telégrafo de agências Associated Press, United Press e Internacional News Service, além de revisar e escrever títulos para os artigos.

O objetivo do estudo era entender por que o editor telegráfico selecionava ou rejeitava determinados artigos, pré-selecionados por um *gatekeeper* superior, em Chicago, e entender o papel desse jornalista na comunicação de massa.

White chamou o editor de Mr. Gates, e a pesquisa foi realizada na semana de seis a 13 de fevereiro de 1949. Com o trabalho feito, no fim do expediente Mr. Gates voltava às matérias rejeitadas e detalhava por escrito o motivo da rejeição. O editor utilizou apenas um

⁵ Fronteiras em dinâmicas de grupo II: canais de vida em grupo; planejamento social e pesquisa-ação (tradução da autora)

décimo do material recebido durante a semana da pesquisa. Ao analisar as razões que acarretaram na rejeição da maior parte do material, White conclui que “a comunicação de notícias é extremamente subjetiva e depende de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1993 p. 145). O jornalista listou 56 enunciados diferentes para justificar a escolha, e o pesquisador categorizou-as como “rejeição do incidente devido a sua pouca importância” e “seleção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento” (WHITE, 1993 p. 145). Em 168 vezes, o editor anota que rejeitou a matéria por falta de espaço para a publicação. Isso acontecia com mais frequência conforme o horário de fechamento se aproximava.

O estudo de White motivou outros pesquisadores a utilizar o conceito em suas pesquisas, mas com alguns questionamentos ao modelo teórico tradicional (SHOEMAKER, 2011). Gieber (1956, apud SHOEMAKER, 2011) também analisou o trabalho de editores em agências de notícias. A conclusão da pesquisa, no entanto, se diferenciou das enunciações de White, ao definir o editor como um profissional refém de detalhes mecânicos, sem muita influência de valores pessoais na seleção. Para Gieber, a organização e as rotinas tinham mais peso na decisão do *gatekeeper* do que as suas características individuais (SHOEMAKER, 2011).

Um pensamento semelhante foi desenvolvido por Bass (1969, apud SHOEMAKER, 2011), ao definir que interessa mais o trabalho do indivíduo dentro da organização do que a pessoa e suas características. O fluxo de notícias, para Bass, era composto por duas funções primárias: os coletores de notícias e os processadores de notícias. Os primeiros recebem as informações e as transformam em material para notícia. Nos jornais impressos, podem ser redatores, chefes de redação, repórteres ou editores de cidade (SHOEMAKER, 2011). Os processadores de notícias fazem modificações no material e o inserem ao produto que será distribuído ao público. Nesta categoria, se enquadram editores, revisores e tradutores.

Outra vertente da expansão dos estudos de *gatekeeper* se desenvolveu com Halloran, Elliot e Murdoch (apud SHOEMAKER, 2011). Para esses pesquisadores, o processo de seleção não se restringe às decisões tomadas por profissionais mais importantes na hierarquia, dentro da redação, mas começa com a atuação do repórter nas ruas, como um coletor de notícias, e que varia de um veículo para o outro o poder de decisão da equipe editorial (SHOEMAKER, 2011 p. 33). Segundo Chibnall (1977, apud SHOEMAKER, 2011), no momento em que as informações chegam ao editor, já aconteceram as seleções mais

importantes de *gatekeeper*. Ou seja, a seleção e o processamento das informações estão em todas as etapas de produção.

Essas leituras posteriores do conceito do *gatekeeper* se aproximam da Teoria Organizacional, que funciona como base teórica para esta pesquisa. Essa teoria considera principalmente os estudos desenvolvidos por Warren Breed. Na pesquisa “Social Control in the Newsroom”⁶, publicada em 1955, o autor verificou como as orientações passadas pelos chefes aos subordinados se mantinham e em que medida eram ultrapassadas. Breed concluiu que “a política do publisher, quando estabelecida numa dada área temática, é geralmente seguida, e que a descrição da dinâmica situação sócio-cultural da redação sugerirá explicações para este conformismo” (BREED, 1993 p. 166).

Para o autor, a recompensa do jornalista não vem de seus leitores, que, na prática, são seus clientes, mas dos demais colegas jornalistas e dos superiores. O jornalista redefine seus valores de acordo com os valores da chefia, que é a forma de conquistar aceitação. Na pesquisa, Breed divide os jornalistas entre “*staffers*”, que são repórteres, redatores, revisores, e “*os executivos*”, que incluem *publisher* e *editores*. O pesquisador chama de “*política*” a orientação evidenciada pelo jornal em editoriais, artigos e manchetes, por exemplo. O autor afirma que quando um jornalista inexperiente começa seu trabalho em uma redação, ele não é informado sobre a política editorial e nunca será, o que se comprovou nas entrevistas realizadas por Breed com jornalistas.

Nenhum dos jornais do inquérito possuiu um programa de formação para os novos; alguns distribuíram um livro de “estilo”, mas este trata de estilo literário, não de política editorial. Além disso, os repórteres são pessoas muito ocupadas e têm muito pouco tempo para um “treino de recruta”. No entanto, todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que aprendem “por osmose”. Em termos sociológicos, isso significa que se socializam e “aprendem as regras”, como um neófito numa subcultura. (BREED, 1993 p. 155).

O jornalista novato interioriza os valores, normas e obrigações da empresa, com o objetivo de receber recompensas e evitar penalidades. Ele pode se informar sobre esses princípios lendo os editoriais e percebendo quais os conteúdos censurados pelos editores. Breed (1993) elenca seis fatores para explicar o conformismo dos “*staffers*” quanto à política editorial: a autoridade do *publisher*, que geralmente é o dono do jornal, e, do ponto de vista da administração, pode esperar obediência dos subordinados; os sentimentos de obrigação e estima para com os superiores, por ter sido contratado, e apresentar admiração e respeito por

⁶ Controle social na redação (tradução da autora).

editores que o tenham ensinado ou defendido; desejo de mobilidade profissional, pois os jornalistas entrevistados por Breed concordavam que ir contra as políticas editoriais poderia atrapalhar a ascensão dentro da empresa, que a maioria desejava; ausência de grupos de lealdade em conflito, pois grandes associações de jornalistas não interferiam nos assuntos internos dos jornais; o prazer da atividade, pela cooperação existente nas salas de redação, as tarefas são interessantes, e pelas gratificações não financeiras, como a experiência adquirida e o testemunho de situações importantes; e o valor que a notícia se torna, em que o jornalista se sente desafiado e recompensado.

Assim, para Breed (1993, p.166), “qualquer mudança importante tendente a uma 'imprensa mais livre e responsável' deve provir de várias possíveis pressões sobre o *publisher*, que incorpora o papel decisório e coordenador”. Apesar do conformismo e da falta de liberdade dos *staffers*, o autor reconhece situações em que eles podem iludir a política editorial. A primeira razão para que isso seja possível é que a política editorial tem normas nem sempre explicitadas, ou mal estruturadas. Outra razão – que se assemelha às leituras posteriores sobre o processo de *gatekeeping* -, é que o repórter tem o poder de fazer uma seleção prévia das informações, decidir quem serão as fontes entrevistadas, quais citações vai anotar. A terceira razão para que se possa subverter a lógica da empresa é o que o autor chama de “prova forjada” (BREED, 1993 p.162). O repórter, ao identificar um assunto importante que tradicionalmente não é abordado pelo veículo, pode passá-lo a um repórter de um jornal concorrente e, com a publicação em mãos, provar para o chefe que a matéria se tornou importante demais para ignorar. A quarta maneira é a partir das reportagens exclusivas que o repórter conseguir, pois assim ele tem mais independência sobre a publicação. Por fim, os repórteres mais experientes na redação têm mais autonomia sobre suas reportagens. Esses cinco fatores comprovam, segundo o estudo de Breed, que o controle na redação pode ser eventualmente ultrapassado.

Esse estudo dos anos 1950 serviu de base para o que posteriormente se definiu como Teoria Organizacional. Embora esta dissertação não se concentre nos constrangimentos organizacionais que o editor enfrenta, ela considera o âmbito organizacional - a hierarquia da redação, as funções de cada jornalista – como fator que se sobressai no trabalho e na formação do editor.

Schoemaker (2011) defende a análise organizacional para o entendimento do *gatekeeper*. “A forma como uma redação opera (...) influencia o modo como a notícia é

selecionada e modelada” (SHOEMAKER, 2011 p. 93). O modelo tradicional de gerenciamento, segundo a autora, tem ênfase no controle autoritário, e com divisão do trabalho em partes, com unidades de comando e autoridade centralizada. Hickey (1966, apud SHOEMAKER, 2011) diz que quando a administração de uma redação é dessa forma, a posição que o indivíduo ocupa dentro da hierarquia influencia o poder que ele tem no processo de *gatekeeping*. A autora cita pesquisadores como Bergen e Weaver (1988), Demers (1994) e Trayes (1978), que defendem que o tamanho da organização também influencia nesse processo. Nos jornais maiores, por exemplo, é possível que os *gatekeepers* sejam cobrados com mais frequência para aplicar regras organizacionais e dependam menos de seus valores pessoais do que os *gatekeepers* de jornais menores.

Se o jornal não possui um número suficiente de empregados, o processo de *gatekeeping* pode assumir a forma de seleção e processamento das mensagens existentes; se os recursos forem mais abundantes, o processo de *gatekeeping* pode ser estendido ao acompanhamento de histórias com potencial, de forma que uma história seja “criada” e selecionada dentro do mesmo processo (...). (SHOEMAKER, 2011 p.98).

Como os autores mostram, a estrutura da redação, a organização do trabalho e a divisão de funções do jornal são fatores de influência no processo de seleção das notícias. O capítulo seguinte descreve as definições sobre o trabalho do editor, seu desenvolvimento na história do jornalismo e suas funções nas redações atuais.

Capítulo 2

O editor no jornalismo impresso

2.1 O editor nos EUA

A imprensa americana da primeira metade do século XIX se caracterizava pela baixa circulação de exemplares, com conteúdo principalmente direcionado para a classe empresarial e política, que muitas vezes financiavam as publicações. Os editoriais tinham um perfil partidário e provocativo, o que gerava intriga entre os editores. Editar um jornal era uma questão pessoal, principalmente porque muitos editores eram subordinados a mestres políticos e tinham uma visão limitada sobre o que era correto publicar (SCHUDSON, 2010).

Entre as explicações para a revolução pela qual a imprensa passou nesse período está a tecnologia e a produção do papel, que Schudson (2010) define como a principal evolução técnica do começo do século XIX. No século anterior, a falta do produto era um problema para os impressores. A elaboração de um novo método de fabricação, ainda utilizando tecido como matéria-prima, importado em 1827, fez com que o papel fosse largamente utilizado nos EUA. Esse fato, unido ao desenvolvimento dos transportes, com ferrovias e canais de navegação, possibilitaria o surgimento de jornais de alta circulação no país e o barateamento do valor.

Outra característica nos jornais da época era que apenas uma pessoa exercia as atividades de impressor, agente de publicidade, repórter e editor. A partir de 1830, o jornalismo passa por mudanças decisivas no processo de profissionalização da carreira. Tornou-se mais acentuada a busca pela notícia em detrimento da opinião. Schudson (2010) aponta uma revolução na imprensa americana a partir dessa década.

A revolução da imprensa nos anos de 1830 possibilitou ao editor o desenvolvimento da habilidade de se expressar por si mesmo em seu jornal, e isso se expandiu em novas direções – o editor fez-se conhecer não somente por meio de editoriais, mas também da indústria, do comércio e da inovação em sua busca pela notícia. Paradoxalmente, o jornal tornou-se um instrumento mais pessoal, ao mesmo tempo em que começou a enfatizar, em vez do editorial, a notícia. (SCHUDSON, 2010 p. 27).

Os *penny papers* – impressos vendidos a baixo custo - se destacam nesse período. Eram jornais de grande circulação, o que atraía publicidade. A partir de 1840, é a imprensa *penny* que dá início ao domínio do jornal pela notícia, que passa a ser o ponto de rivalidade

entre os impressos. Nas décadas seguintes, o jornalismo americano prosseguiu na direção ditada pela imprensa *penny*. A independência política dos jornais tornou-se uma característica comum (SCHUDSON, 2010). No final do século XIX, outra característica influente no crescimento da circulação de jornais é a imigração. “A Nova York dos anos 1880 e 1890 era uma cidade de imigrantes. O ano de 1881 fora o primeiro em que mais de meio milhão de imigrantes chegara aos Estados Unidos (...) A população estrangeira de Nova York subiu de 479 mil, em 1880, para 640 mil, em 1890, o que representava, no período, 40% da população total da cidade” (SCHUDSON, 2010, p. 171). Em 1900, os imigrantes e filhos de imigrantes formavam 46% da população do país. Park (2008) reforça a ideia de que o imigrante teve profunda influência sobre o caráter dos jornais.

O imigrante, que talvez tenha adquirido o hábito do jornal a partir da leitura de jornal de língua estrangeira, é no final atraído para os jornais nativos americanos. São para ele uma janela para um mundo maior fora do círculo estreito da comunidade do imigrante no qual ele tem sido obrigado a viver. (PARK, 2008, p.34).

A partir de 1880, o jornalismo vive uma transição, deixando de lado editoriais agressivos, com atenção voltada principalmente à política, para buscar a imparcialidade. E o processo acompanha mudanças entre os jornalistas. Para Schudson (2010), um dos mais importantes aspectos do jornalismo no fim do século XIX é que os repórteres passavam a ser atores no drama do mundo dos jornais. E os editores, por sua vez, estavam mais preocupados em trazer retratos imparciais e precisos de realidade. Isso reflete no cuidado com a produção da notícia, quando os editores passam a exigir mais objetividade dos repórteres.

Os “correspondentes”, nos jornais do século XVIII e início do século XIX, eram geralmente viajantes ou amigos do editor em portos estrangeiros, que enviavam correspondências para os periódicos de suas cidades-natal. No curso do século XIX, os editores passaram a confiar menos nessas fontes informais de notícias e mais nos escritores *free lancers* e repórteres contratados, que eram pagos para escrever. (SCHUDSON, 2010, p. 81).

Schudson (1998) mostra que, no século XIX, os jornais passam a ser grandes negócios. Para os editores, se torna mais interessante o retorno financeiro da empresa do que simplesmente fazer política. Com isso, os repórteres ficam cada vez mais livres do compromisso de atender às expectativas políticas do editor, e mais profissionais, numa autonomia que foi crescendo ao longo das décadas. “O que é claro é que já por volta de 1890, os editores estavam a perder poder relativamente aos repórteres, quando os jornais deixaram

de imprimir documentos para se apoiarem nos contatos dos repórteres relativamente às notícias” (SCHUDSON, 1998 p. 290). O poder de fazer as correções passa do editor para o correspondente ou para o repórter, e como resultado o editor já não exercia o mesmo tipo de autoridade das gerações anteriores. Essas mudanças estavam alinhadas com um processo de profissionalização. Os repórteres tinham mais autonomia como grupo, e clubes de imprensa passaram a ser criados. No fim do século XIX, o salário dos repórteres e seu prestígio começaram a aumentar.

Kovach & Rosenstiel (2004) relacionam a organização dos editores com a ideia de independência e objetividade no jornalismo. Segundo os autores, foi o *publisher* Adolph Ochs, quando comprou o *New York Times* (NYT), em 1896, quem gerou um processo de busca pela imparcialidade e objetividade no jornalismo americano, até então influenciado pelo sensacionalismo de William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer. No processo de consolidação do NYT como jornal de influência mundial, outros jornais entenderam que colocar os interesses do leitor acima de interesses políticos e particulares seria uma boa estratégia comercial a longo prazo.

No início do século XX, os proprietários preocupavam-se em defender a independência editorial nas campanhas de marketing dos jornais, enquanto os editores buscavam aperfeiçoamento profissional. Nesse contexto, criam a Sociedade Americana dos Editores de Jornais, com o objetivo de criar uma organização ética para os editores, na década de 1910. Sua declaração de princípios cita valores como imparcialidade, responsabilidade, verdade, precisão, independência, liberdade de imprensa e respeito aos direitos das fontes de informação, segundo informações do site oficial da própria Sociedade ⁷. Kovach e Rosenstiel (2004) explicam que, durante a década de 1960, os jornais se tornam monopólios e passam a evitar esse tipo de declaração, exceto em tempos de crise, quando a independência é usada só no nome, sem prática.

2.2 Modelos redacionais

A primeira dificuldade em se detalhar a estrutura de trabalho de uma redação de jornal impresso está nos diferentes modelos de empresa, que acabam adaptando os cargos as suas necessidades. Isso pode ser observado na estrutura norte-americana. Hohenberg (1981), ao abordar a estrutura interna da empresa jornalística, reflete sobre a dificuldade de se

⁷ Site oficial da Sociedade Americana dos Editores de Jornais [//asne.org/content.asp?pl=24&sl=171&contentid=171](http://asne.org/content.asp?pl=24&sl=171&contentid=171)

generalizar sobre essa organização editorial que, apesar de mostrar semelhanças, também pode representar modelos específicos de acordo com a empresa. De maneira geral, a divisão está entre um editor administrativo, seus assistentes, um editor de notícias, editores de comunicações – responsáveis por agências, sucursais e correspondentes - , um chefe de copidesque, editores de assuntos, editor gráfico e assistentes. Mas nos jornais de pequeno e médio porte, essas funções se misturam (HOHENBERG, 1981).

Nesse contexto, o copidesque é o profissional que reescreve as notícias, uma espécie de redator. Além de apenas estar atento a questões formais do texto, o copidesque também precisa ter um julgamento preciso sobre as notícias, sobre o *lead*, para adiantar o trabalho do editor. Este é um dos cargos que desapareceram no desenvolvimento do jornalismo, mas estas funções foram transferidas para o editor. É o mesmo caso dos redatores, cuja função ainda podemos identificar em outros cargos, que são responsáveis por essas e outras atividades.

Darnton (2010) também aponta características do modelo de redação norte-americana, a partir do relato sobre seu trabalho no *The New York Times*, na década de 1960. O autor coloca o editor como alguém que incentiva um clima de competitividade entre os repórteres, em busca das melhores reportagens. “O poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na hora de redigir as notícias, como assinalam os estudos sobre o “controle social nas redações” (DARNTON, 2010 p. 84). Darnton se refere ao status entre os próprios repórteres. Se um deles agrada ao editor fazendo algo exatamente como ele pediu e ganhando um elogio, este acaba sendo mal visto entre os pares, por passar para 'o outro lado do balcão' (DARNTON, 2010). Para ele, as alterações estruturais de poder na redação afetam o estilo dos repórteres, mesmo que os trabalhadores em posição inferior na hierarquia não tenham total conhecimento do que se passa entre editores e executivos. Darnton (2010) explica que muitos jornais da época são dirigidos por editores de Cidades, um editor de Exterior e um de Nacional, cada um responsável por grupos de editores-assistentes e que respondem ao editor-chefe, que divide o poder com outros executivos. Os executivos, por sua vez, estão subordinados ao diretor do jornal.

No The Times, cada editor domina uma determinada parcela do jornal, de modo que, num número com n colunas, o editor de Cidades pode esperar um controle sobre x colunas, o editor de Exterior um controle sobre y colunas, e assim por diante. É claro que as proporções variam diariamente, de acordo com a importância dos acontecimentos, mas a longo prazo elas são determinadas pela capacidade de cada potentado em defender e ampliar seu domínio. As mudanças na territorialidade ocorrem frequentemente na “conferência das quatro” no escritório do editor-chefe, onde o jornal do dia toma sua forma. Aqui, cada editor resume o que fez sua equipe e, dia após dia, firma sua defesa da cobertura de sua área. Um editor de Cidades enérgico é capaz de conseguir mais espaço para os repórteres da seção de Cidades e inspirar-lhes uma sensação renovada da importância jornalística de seus temas. (DARNTON, 2010 p. 87).

A organização de comunidades profissionais também ajuda a contar a história da profissionalização dos jornalistas. Mas no mundo dos editores, a formação de um grupo de alcance mundial só aconteceu nos anos 1990. O Fórum Mundial de Editores (World Editors Forum)⁸ reúne editores de jornais no mundo todo. No site, a instituição define que seu compromisso é defender a liberdade de imprensa e promover a excelência editorial. Também aponta que o grupo oferece ajuda a editores para dar forma às redações e funciona como ponto de troca de informações sobre questões atuais do jornalismo, principalmente na página The Editors Weblog ⁹ lançada em 2004. Esse órgão faz parte da World Association of Newspapers and News Publishers, com alcance em mais de 120 países e 18 mil publicações, segundo informações do site oficial. Embora a organização seja tomada por grandes empresários, é interessante notar os valores que menciona na sua apresentação.

2.3 A modernização da imprensa brasileira

No Brasil, o período entre o final da década de 1940 e a década de 1950 registra mudanças significativas na imprensa tradicional, que passa do modelo francês para o norte-americano. Até então, França e Inglaterra eram os países que mais influenciavam a imprensa nacional, em forma e conteúdo (RIBEIRO, 1998). Essa influência se justifica, em parte, pela grande potência que o país norte-americano se tornou no período pós-guerra, servindo de modelo para outros países em diversas áreas e campos, como o jornalismo. Essa influência se deu nas práticas de produção, com a adoção da pirâmide invertida, do *lead*, no uso da pauta, na padronização gráfica de manchetes e títulos (ROMANCINI; LAGO, 2007). As reformas

⁸ A organização tem atuação semelhante à Associação Nacional de Jornais (ANJ), no Brasil. <http://www.anj.org.br/>

⁹ Página oficial do The Editors Weblog www.editorsweblog.org

buscaram superar a fase do jornalismo predominantemente opinativo para um jornalismo informativo.

Entre 1946 e 1968, a atividade jornalística também se torna mais empresarial. Reformulam-se as rotinas produtivas, com novas práticas e linguagens jornalísticas. Nesse cenário, estão inseridas grandes reformas da imprensa brasileira. Quanto à linguagem, inclui-se o *lead*, a pirâmide invertida e os manuais de redação (PEREIRA, 2011).

Mas a adoção de modelos internacionais nem sempre funciona, pelas características e necessidades específicas em cada país. A criação da figura do copidesque nos jornais norte-americanos, por exemplo, tinha uma relação com o pouco domínio do idioma inglês pelos jornalistas. Assim, o cargo era necessário para reelaborar a narração dos fatos (LUSTOSA, 1996, p.109). Já no Brasil, os repórteres são mais exigidos quanto aos textos.

No início, quando se criou aqui a função de copidesque, houve algumas dificuldades para o melhor entendimento de suas atividades, ocorrendo conflitos entre eles e os repórteres, na medida em que promoviam alterações profundas nos textos, mudando até mesmo a essência da informação básica da notícia. Hoje, o copidesque, quando muito, *limpa* ou corrige, procede a uma conferência dos textos dos repórteres e redatores, cortando ou ampliando-os para compatibilizá-los com os espaços disponíveis, bem como fazendo alguns ajustes quando fogem à linha editorial do veículo. (LUSTOSA, 1996, p.110).

A influência americana na organização e rotinas das redações brasileiras sofreu resistência ideológica e limitações materiais. Havia diferença no tamanho das equipes, muito menores no Brasil em relação às empresas dos EUA. Isso dificultava a aplicação de métodos e rotinas americanas, inicialmente pensadas para estruturas maiores. Um dos maiores reflexos dessa influência está na criação do cargo de editor-chefe, que remonta pelo menos aos anos 1930. Na mesma época, as redações brasileiras fazem a divisão em editorias, estruturação que começou nos EUA em 1880. Apesar de seguir o modelo de funções norte-americano, o cargo sofre alterações pelo modo de pensar brasileiro (SILVA, 1991).

A consequência é que, apesar de haver no Brasil a divisão formal em editorias e setores há pelo menos 50 anos, ela nunca obedeceu às mesmas normas de autonomia relativa que imperam nos jornais americanos. A necessidade de centralização típica do brasileiro impede que isso ocorra. Enquanto nos EUA o setorista trabalha basicamente sem pauta, no Brasil ele recebe todos os dias uma tarefa específica para desempenhar. (SILVA, 1991, p. 142).

As transformações no jornalismo brasileiro em sua modernização são creditadas à adoção de novos métodos de organização e gestão das empresas, e nos novos donos dos

jornais, quando os impressos deixaram de ser, em alguns casos, administrados diretamente pelo dono, como era comum até os anos 1970 (ABREU, 2002). Não só a estrutura de trabalho mudou nesse processo, mas também o perfil dos jornalistas, que até os anos 1970 possuíam uma visão romântica da profissão. Com a mudança, eles passam a ter um entendimento pragmático do mercado, o que alterou a forma de ver os fatos e pensar a profissão, inclusive entre os profissionais que ocupam posições estratégicas na empresa.

Os atuais diretores de redação, chefes de editorias e de sucursais, iniciaram a vida profissional nos anos 70 e 80, e em geral têm formação universitária em jornalismo, ciências sociais ou história. Os jornalistas que ocupavam essas mesmas posições até a década de 1970, e que haviam iniciado a carreira no pós-guerra ou durante os anos 50, hoje são colunistas de prestígio ou ocupam cargos especiais, mas não detêm posição de direção. Entre os que têm formação superior, predomina o curso de direito. Mas há um contingente expressivo de grandes jornalistas sem curso superior ou sequer o secundário completo. A escola desses jornalistas foi o próprio jornal. (ABREU, 2002 p. 39).

Como um complemento às reformas de 1950, há a emergência de um novo jornalismo, ligado à produção estandardizada da informação, com readequação gráfica e editorial nos jornais. Os textos são mais objetivos e há despolitização no conteúdo. Posteriormente, com a informatização das redações, entre as décadas de 1980 e 1990, conquistou-se mais agilidade nas rotinas de edição e diagramação do jornal. Acelerou-se o caráter industrial do jornalismo, com mais planejamento na forma como a notícia é produzida e distribuída. Nesse período acontece a saída de jornalistas mais velhos das redações e a entrada de uma nova geração com uma formação técnica advinda dos cursos de jornalismo (PEREIRA, 2011). A modernização das empresas de comunicação é fruto de um longo percurso. E as transformações dos processos tecnológicos têm implicação direta nas relações de trabalho (BARBOSA, 2013).

Alguns impressos foram marcantes na história da modernização do jornalismo brasileiro, e conhecer sua trajetória ajuda a entender o funcionamento das redações do país. São exemplos o *Diário Carioca*, o *Jornal do Brasil* (JB) e o *Última Hora* (UH). Nos tópicos seguintes, apresenta-se um breve retrato de algumas mudanças que esses jornais realizaram e que influenciaram a imprensa nacional.

2.3.1 Diário Carioca

José Eduardo de Macedo Soares fundou o *Diário Carioca* em 1928 e o jornal circulou até dezembro de 1965, com grande influência em outros jornais, como o *Jornal do Brasil*.

Danton Jobim, Pompeu de Souza, Prudente de Moraes e Luiz D'Orleans Paulistano foram os grandes responsáveis pelas reformas no DC, inserindo o que chamavam de lide, sublide, pirâmide invertida e manual de redação no processo produtivo. Jânio de Freitas dá detalhes da divisão de funções na gestão de Paulistano.

A chefia de reportagem do DC tinha uma característica muito peculiar. A chefia de reportagem não era só uma chefia de reportagem, era responsável integralmente pelo texto, pela titulação. Exceto pela primeira página. Esta era o Pompeu que fazia e, se não pudesse, eventualmente o Danton (...). Uma outra coisa importante do DC foi o padrão literário, intelectual. Danton, Pompeu, Paulistano. Mas a gente entrava e batia nas mãos do Paulistano, porque a secretaria, seguindo o modelo francês, fazia a edição. Marcava aproximadamente o espaço, escolhia o título, não havia medição. No DC, o secretário, pura e simplesmente, fazia este risco aproximado, e o Paulistano entregava o texto, já dizendo “põe na última”, a última página, de noticiário geral. O Everardo Guilhon era o secretário e também secretariava a oficina. Enfim, o chefe de reportagem era também o editor. A gente caía no Paulistano, que era extremamente exigente. Tinha um processo muito próprio, pessoal, de transmitir, ensinar. Não me lembro de ter ouvido nunca uma exposição do Paulistano sobre técnica de texto. Era meramente intuitivo. Ele aprendeu integralmente, trazida pelo Danton e pelo Pompeu, a ideia do lide. Só que foi além, tendo colaborado com a criatividade dele. Enfim, ele foi descobrindo coisas que o jornalismo americano não tinha descoberto (FREITAS apud COSTA, 2011, p. 312).

Pompeu, aos 28 anos, passou um período nos Estados Unidos, e lá absorveu lições que foram posteriormente implantadas no jornalismo brasileiro. O jornalista passou cerca de um ano e meio fora do Brasil, escrevendo notícias para rádio, mas não visitou a redação de nenhum jornal. Pompeu relata que aprendeu inglês lendo jornais, e com esta leitura teve contato com novas formas de titulação, formas gráficas e técnicas de redação. As mudanças no DC, no entanto, foram graduais. A reforma anunciada ao público foi feita em 1950, mas em 1944, Pompeu, que trabalhava no jornal desde 1940, já dava novos toques ao noticiário.

Quando voltei, o que havia de importante a fazer num jornal era a guerra, a guerra não só como operação militar, mas como acontecimento político. Comecei a implantar as primeiras influências americanas no jornalismo brasileiro. Naquela época, os jornais publicavam o serviço telegráfico das agências em bruto. Sobre um mesmo acontecimento, havia um telegrama da United Press, outro da Associated Press, um da Reuters, outro da France Press. O leitor tinha que ler a mesma coisa três a quatro vezes para ter um acréscimo mínimo na informação. A primeira mudança que fiz foi passar a editar o noticiário telegráfico. Pegava o material, punha na abertura a procedência, e redigia a notícia sem repetições. Passei a botar Washington, Londres, Singapura, dando crédito às agências, como se faz hoje em dia. (SOUZA apud COSTA, 2011, p.207).

O contexto político desse período tem influência direta na continuidade das reformas pretendidas pelos jornais. Tanto a guerra quanto a briga com o então presidente Getúlio

Vargas renderam boas primeiras páginas para o DC, em 1945, quando Pompeu de Souza começa a se voltar para a reforma do jornal. A verdadeira reforma gráfica só acontece depois da rendição dos nazistas e de Vargas, com a volta do período democrático no país e no auge da campanha eleitoral.

Em 1949, quando Pompeu de Souza e Danton Jobim foram convidados a dar aulas no recém-aberto curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro, Pompeu se preocupou com o conteúdo que ministraria na disciplina de Técnica de redação. Assim, decidiu unir as ideias apreendidas durante a estadia nos EUA, até então exercidas de forma intuitiva, e transformá-las em prática objetiva e sistematizada. Nas leituras que fez, identificou que os jornais americanos tinham duas formas de padronizar a qualidade dos textos: o *copy-desk* e o *style book*, livro de estilo com regras de redação para padronizar o texto. Ao adaptar as regras para o jornalismo brasileiro, Pompeu formou o Manual de Redação do *Diário Carioca*, que posteriormente serviu de inspiração para Carlos Lacerda no *Tribuna da Imprensa*. Mas as mudanças enfrentaram resistência dentro e fora da redação.

Foi uma revolução. Finalmente o lide chegava ao Brasil, com sua objetividade e concisão, transformando em velharia os narizes de cera. E para que o novo estilo fosse aplicado, em paralelo surgia a mesa de revisores, ou copy-desk, já que, como explica ainda Pompeu, as matérias não poderiam mais ser publicadas “em bruto” (...). Antes de irem para o prelo, passariam por revisores de gabarito, que corrigiriam os erros e uniformizariam o estilo. (COSTA 2011, p. 226).

Conforme relata Pompeu, a expressão *copy-desk* foi empregada da maneira errada no Brasil. Nos EUA, *copy-desk* significa mesa de originais. Aqui, além de representar o setor responsável pela atividade, indica o profissional que a exerce. Mais tarde, adotou-se até o verbo copidescar, de uso corrente nas redações. José Ramos Tinhorão, que foi contratado como copidesque em 1953 pelo DC, define este trabalho como uma função ingrata, já que o profissional trabalha sobre o que outro apurou: alguém traz o conteúdo e o copidesque dá a forma (LORENZOTTI, 2010).

Existiam duas formas de se exercer a copidescagem, que continuam as mesmas, resguardando-se as diferenças tecnológicas: uma é 'pentear' o texto, o que se fazia naquela época colocando traços sob letras que precisavam ser notadas como maiúsculas, acentuando, inserindo intertítulos, títulos etc; a outra forma é reescrever o texto, cortar, explicar melhor, enfim, aproveitar a informação e escrever tudo de novo. (LORENZOTTI, 2010, p. 45).

Mais detalhes da organização do trabalho estão no relato de Luís Edgar de Andrade

(apud COSTA, 2011), que trabalhou como repórter e editor em jornais, revistas e emissoras de televisão, e entrou no DC em meados dos anos 1950, como chefe de copy-desk.

No *copy*, todas as matérias eram reescritas. Elas vinham da reportagem e eu as distribuía entre os outros redatores, segundo a afinidade de cada um. Como chefe, eu tinha que ler tudo e ainda mudava alguma coisa ou outra. Essas impropriedades que hoje em dia costumam ser apontadas pelo editor de texto, n'O Globo. Talvez fosse interessante discutir hoje em dia se ainda há necessidade do copy. Os editores têm que cuidar da hierarquia das matérias, decidir qual vai ser o título principal da página. Isso dá uma responsabilidade muito grande, ficando difícil ainda ler os textos. E um repórter, mesmo com texto final, pode cometer erros. (ANDRADE apud COSTA, 2011, p.425).

Nota-se nesse que o cargo era responsável pela reescrita do texto adequando a estrutura textual e a linha editorial do jornal. A diferença com relação aos editores é que a estes ainda cabem as decisões de hierarquia na publicação dos espaços e páginas do jornal e do texto final, embora o repórter precise entregar o texto o mais próximo possível da versão de publicação.

2.3.2 Jornal do Brasil (JB)

As reformas no *Jornal do Brasil* (JB) começaram com Reynaldo Jardim, em 1956, seguido de Odílio Costa Filho e depois Alberto Dines, a partir de 1962, inserindo alterações na qualidade gráfica e na estrutura interna das redações, aspecto em que se identifica a influência norte-americana. Dines, ao participar de curso de extensão nos EUA no período de modernização, acompanhou os modos de produção de jornais como o *Herald Tribune*, e foi um dos responsáveis pelas mudanças trazidas à imprensa nacional, implantando ajustes nos periódicos *Jornal do Brasil* e *Jornal da Tarde* (BAHIA, 2009 p.384).

Em fim de 64, o *Jornal do Brasil* me mandou - e aí foi decisivo - fazer um curso para editores latino-americanos na Universidade de Columbia. Eram três meses de curso e mais um mês ou dois de estágios pelos Estados Unidos (...). Tivemos aulas -foi a primeira vez que tive uma coisa sistemática - com grandes diretores de arte, diretores de reportagem, chefes de reportagem (...) Ao lado das aulas, eu também ia anotando coisas que ia fazer quando voltasse. (DINES apud ABREU; WELTMAN; ROCHA, 2003 p.89).

Antes do *Jornal da Tarde*, o *Diário Carioca*, o JB e a *Tribuna da Imprensa* haviam definido a nova redação com a introdução do editor, nos moldes do jornalismo norte-americano. Essa modificação dispensava o secretário, descentralizando as funções executivas,

dinamizando as decisões de fechamento. No JB, o editor era mais exigido. Ao mesmo tempo, desenvolvia funções de pauteiro, chefe de reportagem, editor de texto, de fotografia, diagramador e redator. “Essa simultaneidade contribui para maior unidade de concepção e para dotar o jornalismo de um novo perfil de editor, hoje inteiramente assumido” (BAHIA, 2009 p.287). Nesse sentido, Dines (2009, p.128) ressalta o papel do editor-chefe como um novo elo estruturante no organograma da redação:

O sistema adotado por Nascimento Brito no Jornal do Brasil foi inovador. A criação e o reforço do cargo de editor-chefe, a partir de janeiro de 1962, representaram um passo à frente não apenas na reestruturação funcional de uma redação, mas na orgânica interligação da operação jornalística com as empresariais. A medida foi prontamente seguida pela maioria dos jornais brasileiros. (DINES, 2009 p. 128).

A reforma na estrutura do *Jornal do Brasil* foi anunciada em 1972, em artigo nos Cadernos de Jornalismo e Comunicação. Com a mudança, a reportagem passou a ser produzida pela Editoria de Criação, com um editor e dois subeditores, dividida em sete grupos de trabalho. Um repórter coordenador orientava a cobertura em cada um desses grupos, mas mantinha seu trabalho de reportagem. Há a descentralização do antigo pauteiro ou do chefe de reportagem. A justificativa indicada no texto dizia, referindo-se ao cargo de chefe de reportagem, que uma única pessoa não poderia ter controle sobre todos os aspectos da reportagem (MEDINA, 1988).

Mas antes mesmo de 1972, o *Jornal da Tarde de São Paulo* e a Editora Abril já usavam o modelo editor em detrimento do chefe de reportagem.

Essa transformação funcional e aparentemente técnica traduz um significado especial: o aumento numérico do corpo de redações, a especialização dos setores em grupos coordenados por editores e subeditores e a descentralização do antigo pauteiro ou do chefe de reportagem são uns dos muitos dados empresariais de industrialização do produto informação. (MEDINA, 1988 p.78).

O jornal também inovou graficamente, através da criação do Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, em 1956, buscando uma síntese e redução dos excessos para promover o interesse visual do leitor e influenciando uma nova era do *design* brasileiro (BASTOS, 2008). Abreu (2002) destaca a divisão em editorias como mudança fundamental. A partir de 1962, sob a direção do jornalista Alberto Dines, o JB institui as editorias, que se especializam na abordagem de temas específicos como economia, política, esportes, entre outros. Essa tendência também seria seguida por outros jornais brasileiros.

2.3.3 Última Hora (UH)

O jornal *Última Hora* (UH) saiu às ruas pela primeira vez em 12 de junho de 1951, vivendo em um período efervescente da política brasileira. Em sua biografia, o jornalista Samuel Wainer detalha o surgimento do jornal e seu viés político. “Era evidente que Última Hora seria um jornal marcadamente político e favorável a Getúlio, embora sempre pronto a criticar membros do governo. Decidi que teríamos muitos colunistas e abordaríamos assuntos habitualmente desprezados pela imprensa – esporte e polícia, por exemplo” (WAINER, 2001 p.135). Embora seja principalmente lembrado pelo apoio ao governo de Getúlio Vargas, o impresso marcou a história do jornalismo brasileiro também pelas inovações que implantou. Essas inovações técnicas, no entanto, não estão dissociadas dos objetivos políticos, na tentativa de divulgar os ideais getulistas para os trabalhadores. “Portanto, a fim de atingir os seus objetivos de influenciar as classes populares, Wainer operou a reestruturação da linguagem jornalística brasileira com inovações gráficas, operacionais e constituição do jornal” (MACEDO; MELO, 2008, p.8).

As charges e caricaturas que ganham espaço no UH, principalmente de cunho político, acabaram influenciando o uso dessas imagens em outros jornais do país. Faziam parte da equipe de ilustradores profissionais como Augusto Rodrigues, Jaguar, Millôr Fernandes, Henfil e Ziraldo. Sob direção de Samuel Wainer, o jornal protagonizou mudanças representativas nas maneiras de informar e opinar. Além disso, profissionalizou o trabalho dos jornalistas, com o pagamento de melhores salários.

Samuel Wainer trouxe de Buenos Aires um gênio da diagramação, chamado Guevara. Ele utilizou um esquema de desenho das páginas baseado no pintor Piet Mondrian, com bastante equilíbrio entre as linhas horizontais e verticais. Nos outros jornais não havia praticamente diagramação, e as páginas eram projetadas em linhas verticais, com 8, 10, 12 ou mais colunas. Guevara também valorizou muito as fotos, além de introduzir uma segunda cor, o azul. Além disso, o novo jornal reuniu na redação os melhores da imprensa brasileira, pagando excelentes salários para a época. (SANTOS NETO, 2007, p.71).

Como se observa, as mudanças mais emblemáticas no UH foram principalmente em termos gráficos, uma inovação representativa para a época.

2.4 As atribuições do editor no jornalismo impresso

Autores brasileiros também olharam para o editor, suas funções e transformações ao longo da história do jornalismo nacional. Semelhante ao que foi realizado no JB, as características se estenderam para outros jornais, contribuindo para uma definição do cargo. Berger e Marocco (2006) citam características da profissão de editor no jornal impresso até o início do século XX.

É difícil marcar os limites da rotina de edição. As múltiplas posições que o editor ocupa na hierarquia de uma empresa jornalística percorrem a história dos jornais. Até meados do século XX, editor e dono do jornal eram quase sempre o mesmo sujeito. Com a cristalização das redações e a posterior fragmentação do jornal em editorias, o editor passou a responder por áreas especializadas, a tarefa simplificada cede lugar à tarefa complexa, aparece a figura proeminente do editor-chefe, dos secretários de redação e do diretor da redação, enquanto a propriedade dos veículos será atributo de uma diretoria, que se ocupa mais da gestão do negócio do que se envolve com o cotidiano miúdo da redação. (BERGER; MAROCCO, 2006 p.18).

Beltrão (1960) coloca o editor sob uma ótica de desenvolvimento histórico do próprio jornalismo. O autor tem uma concepção desse profissional mais ligada ao empresariado e à realização material. O estabelecimento do editor como um cargo de características próprias e independente dos demais agentes estaria relacionada à evolução das técnicas de produção do jornalismo, nos processos de difusão, o que garantiu maior investimento na manutenção dos veículos (BELTRÃO, 1960).

Ao editor, na perspectiva de Erbolato (1985), cabe prever as reportagens que serão publicadas, calcular o espaço que cada uma terá. “Diariamente, há reunião dos Editores, com o Editor Geral, depois de a Administração informar o número de páginas da edição e o total de anúncios” (ERBOLATO, 1985, p.193). Travancas define o editor como um chefe de editoria, “responsável pelas matérias publicadas e o espaço a elas destinado” (TRAVANCAS, 1992, p.25).

Medina (1988) explica que uma das primeiras funções nesse cargo é determinar os temas a serem cobertos e coordenar a equipe de repórteres do seu setor. Assim, ele substitui o pauteiro. Mesmo que o editor receba sugestões dos repórteres, a decisão sobre a viabilidade das notícias ainda é dele. Outro aspecto é a sintonia com a angulação da empresa a respeito das reportagens. “Por definição, é o sujeito 'bem informado, sensível à demanda, que antevê a oportunidade de determinadas coberturas, que sabe selecionar as informações 'essenciais' que

o repórter traz, que sugere perguntas e, acima de tudo, que angula a matéria” (MEDINA, 1988, p. 79).

Pena (2005) traz a definição de diversos profissionais sobre o trabalho do editor. Entre as funções descritas, estão atividades relacionadas à escolha dos assuntos que serão publicados, paginação, definição do tamanho das matérias, escolha do que será destaque na capa do jornal, enfim, o que será publicado e como será publicado, além de ler todos os textos, corrigir os erros, ou até reescrever o que for necessário.

O editor também planeja o trabalho da editoria com visões de curto e longo prazo, orienta as pautas, aprova o 'cardápio' da edição, discute as pautas com o repórter, decide quais matérias entram ou não, decide quais textos terão destaque, além de dar soluções rápidas em caso de imprevistos (CAVERSAN, 2009). É possível identificar um perfil abrangente do editor, que se compromete com todo o processo de produção, e não só com o material de reportagem. O trabalho começa desde a coleta de informações, a orientação aos repórteres até a determinação da matéria na página, a seleção de fotos e a diagramação.

Pereira Júnior (2009) aponta que o maior desafio desse profissional é dar relevância aos fatos na devida medida. O autor também define as diversas instâncias de atuação dos editores, como conhecer outros setores do jornal, gerenciar recursos humanos e financeiros, dialogar com a equipe, e ter disponibilidade para ouvir o consumidor, ou seja, considerar o desejo dos leitores além da conveniência da equipe. No veículo impresso, explica o autor, isso acontece ao definir um espaço que a matéria ocupará, determinar seu lugar, decidir se haverá foto ou não e o número de retrancas secundárias e privilegiar o trabalho feito no tempo e espaço estipulado.

O cotidiano de um editor tem muito do de um gerente. Sua oficina, simbólica, é a sala de Redação. Ele é pago para pegar na massa – orientar pautas, controlar a qualidade da apuração, editar páginas, fechar títulos e subtítulos, cortar ou remendar textos, produzir a edição seguinte. Mas gasta parte substancial de seu tempo com assuntos não-editoriais. Entre uma reunião e outra, administra pessoal, controla custos, faz interface com o staff editorial, negocia anúncios com o setor comercial, estuda cotas de papel com o departamento industrial e apaga incêndios de relacionamento na equipe. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 157).

Outras particularidades do trabalho do editor aparecem em pesquisas da área. Bronosky (2010), em estudo sobre os modos de apropriação dos manuais de redação pelos jornalistas, identifica a ação de interlocutores, 'eleitos' pelos jornalistas para mediar este uso. Entre esses mediadores, está o editor. “Às vezes, esse modo de apropriação é incorporado pelo editor, que assume a função de corredor do repórter no sentido de facilitar e agilizar a

produção do repórter. Dessa forma, ele (editor) assume a condição de interlocutor do manual” (BRONOSKY, 2010 p.162). Essa constatação se comprova nesta pesquisa no que diz respeito ao jornal *Diário dos Campos*.

Ou seja, em vez de consultar diretamente o manual, alguns repórteres conferem com o editor qual é a formatação correta do texto, os termos utilizados no padrão do jornal. Com a reportagem em mãos para realizar seu trabalho, o editor é quem acaba consultando o manual para padronizar a reportagem conforme as exigências da empresa.

Em pesquisa realizada com editores de jornais impressos paulistas em 2011, Essenfelder (2012) relata que a rotina desses profissionais nas redações começa entre o meio dia e as 14 horas, conforme a área de atuação, e segue até as 22 ou 24 horas. Essa rotina inclui reuniões para definir as prioridades do dia, contatos com fontes, com os superiores, reuniões para definir o que será publicado, além de tirar dúvidas de repórteres e editar os textos, fazer títulos e escolher fotos apropriadas. Eventualmente, ainda cabe a eles fazer as chamadas de capa (ESSENFELDER, 2012). Nas entrevistas com profissionais da área, o autor notou que as atribuições gerenciais apareciam com frequência nas definições do cargo, embora os editores continuassem creditando maior valor ao entendimento dos valores-notícia.

A ascensão profissional não torna a vida dos editores mais fácil. Geralmente eles chegam ao cargo após acumular razoável experiência como repórteres. São raros os casos em que o profissional atinge o cargo de chefia sem uma vivência bem sucedida como repórter – que frequentemente inclui estágios como correspondente internacional. O repórter que se destaca é oportunamente chamado para o cargo de editor – um cargo de confiança atribuído pelo diretor de redação. (ESSENFELDER, 2012 p. 92).

Suzana Singer (apud ESSENFELDER, 2012), ombudsman do jornal *Folha de São Paulo*, definiu as atribuições do cargo da seguinte forma:

É esse cara que tem uma certa formação, algum *background* para conseguir dialogar, conversar, com quem está ali. Tem que ser um cara líder de equipe, e isso é superimportante. Ele é uma liderança, tem que descobrir novos talentos, apostar, reescrever textos, ter paciência. A gente dizia que os editores são pagos para fazer todo mundo parecer mais inteligente do que é. É isso. Tem editor que escreve, mas o clássico é um anônimo, ninguém sabe que ele existe, e todo mundo fala “nossa, que maravilhosas as matérias de fulano”, mas não sabem que o editor ficou lá horas ou dias reescrevendo, pedindo mais coisas. Mas claro que ele tem poder: está com a faca e o queijo na mão. (SINGER apud ESSENFELDER, 2012 p. 79).

Outras definições sobre o trabalho do editor podem ser encontradas nos manuais de redação. Na edição de 1991 do manual da *Folha de São Paulo*, estão expostas 20 atribuições

no verbete *Editor*, definido como “responsável por uma determinada editoria do jornal. Responde diretamente à Direção de Redação”.

Em edição de 2006 do Manual de Redação, a *Folha* destaca que “cabe ao editor, como responsável por uma editoria, o planejamento e o comando da execução do projeto editorial da *Folha* em sua área específica de atuação. Ele responde também pelos aspectos administrativos e operacionais da unidade. É cargo de confiança”. (Manual de Redação, 2006 p. 112). Editor-adjunto e editor-assistente, respectivamente substituem o editor na ausência deste. O manual dedica ainda um verbete para discutir o trabalho de revisão.

A Folha não mantém equipe destinada exclusivamente à revisão. O autor é responsável pelo texto que escreve. Por isso, é fundamental que os profissionais tenham domínio do português. Erros são levados em consideração na avaliação do jornalista. Os profissionais contam com auxílio de consultores de português para esclarecer dúvidas. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2006 p.117).

Fonseca (2008), em estudo sobre impressos do Rio Grande do Sul, chegou a um modelo de estrutura e distribuição de funções em uma redação do tipo fordista. Ele aponta que o tipo de organização da produção jornalística no *Zero Hora* na década de 1980 é semelhante à linha de montagem de organizações industriais. Assim, as funções de cada um são bem definidas. A fragmentação e especialização das tarefas jornalísticas, estruturadas na imprensa brasileira por volta dos anos 1960, consolida-se no *Zero Hora* entre o final dos anos 1970 e em 1980.

Segundo a autora, a estrutura inclui dos cargos de editor-chefe, editor, subeditor, chefe de reportagem, secretário de redação, pauteiro, repórter, redator (ou copidesque), diagramador, escuta, repórter fotográfico e editorialista. As funções do editor nessa definição incluem “chefiar a editoria, selecionar as matérias a serem publicadas, hierarquizá-las, editar, titular, legendar”. (FONSECA, 2008 p. 171). Ao subeditor, cabia “Auxiliar o editor e substituí-lo eventualmente; fazer a mediação entre o trabalho do editor, do redator e do diagramador”. (FONSECA, 2008 p. 171). Ao editor-chefe, “responsabilizar-se por toda a redação do jornal, dar orientação editorial, discutir matérias e decidir a forma final da edição (manchete, chamadas de capa, foto de capa) (FONSECA, 2008 p. 170). Ao chefe de reportagem, “coordenar o trabalho dos repórteres; em algumas editorias, decidir qual profissional é mais adequado para determinado tipo de matéria; fazer contato com as fontes. (FONSECA, 2008 p. 171). O secretário de redação tinha, no modelo do Zero Hora,

responsabilidades administrativas. É interessante trazer esse modelo de redação porque, nos jornais pesquisados, por vezes encontramos o mesmo profissional executando as funções de todos esses cargos. No próximo capítulo, discute-se o conhecimento do jornalismo para posteriormente analisar o conhecimento do editor.

Capítulo 3

A formação de editores

Neste capítulo a discussão teórica trabalha as noções de jornalismo como forma de conhecimento e as características essenciais do campo, que o diferenciam de outras áreas do saber, e relaciona-os com a formação dos profissionais.

3.1 Jornalismo como ciência e forma de conhecimento

A Alemanha, a partir do século XVII, pode ser considerada um país berço das discussões sobre a autonomia do jornalismo em relação a outras áreas do conhecimento, por uma série de fatores históricos. Tambosi (2004) contextualiza historicamente as reflexões acadêmicas do período e aponta que um dos acontecimentos decisivos é o próprio aumento do número de publicações, representando uma revolução científica e dos periódicos. O jornalismo é filho da modernidade e, no século XVIII, ajudou a difundir as ideias do Iluminismo. “A profissão de jornalista, de fato, amplia sua autonomia em relação aos ofícios de impressor e de editor, disseminando algumas regras técnicas que constituirão a 'cultura da notícia' no jornal moderno” (TAMBOSI, 2004, p. 56). O aparecimento dos correios também contribuiu para a proliferação das informações na época.

Tobias Peucer, na tese de doutorado “Os relatos jornalísticos”, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, na Alemanha, se coloca à frente na reflexão de algumas características essenciais do jornalismo, utilizando as categorias particular, universal e singular, originárias da filosofia e retomadas posteriormente por outros autores para compreender o jornalismo, sistematizando conceitos e regras até então dispersos e que compunham uma nova profissão (PEUCER, 2004).

No decorrer dos 29 parágrafos da tese, Peucer (2004) aponta diferenças entre jornalismo e história. De maneira geral, o autor defende que, diferente da história, o jornalismo não produz para a posteridade. Trata-se de uma preocupação com a curiosidade humana em um caráter imediato, com a novidade. O aparecimento dos periódicos estaria relacionado também à busca do lucro, tanto para quem faz como para quem vende os jornais.

Peucer (2004) elabora algumas críticas à atividade jornalística, a partir de uma análise das publicações alemãs, apontando erros e sugerindo regras que deveriam funcionar como norteadoras da técnica de contar histórias. Assim, identifica critérios para o

comportamento ético do profissional e características fundamentais da prática que seriam seguidas e desenvolvidas mais tarde por outros autores, abordando conceitos como a seleção de notícias – diferenciando o que é público e privado - clareza, verificação, credibilidade das fontes e a imparcialidade. “Relaciono com a vontade do escritor de periódicos a credibilidade e o amor à verdade. Não seja o caso que, preso por um afã partidário, misture ali temerariamente alguma coisa de falso ou escreva coisas insuficientemente exploradas sobre temas de grande importância” (PEUCER, 2004 p.19).

A abordagem de Peucer dá os primeiros passos para uma caracterização e regramento da atividade jornalística, estudo que acaba situando a atividade em relação a outras práticas. A noção de jornalismo como um tipo específico de relato é outra questão central na obra – também abordada por Groth (2011) - com descrição das diversas formas de história, que se diferenciam pela maneira de ordenar os fatos. Groth (2011) também se debruça sobre o tema, diferenciando o jornalista de outros profissionais - o publicista, o escritor e o poeta. A discussão do autor representa um avanço ainda maior para pensar a profissionalização do jornalismo, processo que tem seu desenvolvimento marcado no fim do século XVIII e início do século XIX. Na Alemanha do século XIX, essas funções acabavam se confundindo, já que era comum que profissionais de outras áreas publicassem eventualmente textos em jornais. Ou seja, havia diferentes possibilidades de atuar no jornalismo, sem que isso o caracterizasse propriamente como profissão (GROTH, 2011).

Para desenvolver o debate, Groth (2011) aponta limitações nos conceitos de profissão trazidos pela sociologia, citando autores da área como Max Weber. Para ele, não se trata apenas de definir as atividades profissionais como aquelas que compõem uma base intelectual ou mesmo econômica. Também não basta a definição que envolve as realizações e especializações de uma pessoa, nem considerando apenas as definições jurídicas. É preciso que se componha um grupo profissional.

Outras manifestações especiais nas profissões também não poderiam ser compreendidas sem o caráter grupal da profissão: o desenvolvimento de determinados costumes próprios dos pertencentes a uma profissão quanto ao seu comportamento e até mesmo às roupas; o emergir de determinadas qualidades de caráter, que não são só causas, mas também consequências da profissão; o desenvolvimento de um aprendizado e um ethos profissional, inclusive a tendência geral forte das profissões de fusão interna, de fechamento, que brotam da comunhão de interesses, mas também de uma raiz irracional, de um sentimento de comunhão. (GROTH, 2011, p.329).

O repórter, de acordo com Groth, assim como qualquer pessoa que pertence a uma profissão, está envolvido em uma 'esfera profissional específica'. “A *profissão* marca as pessoas, o seu olhar e o seu fazer. A estrutura mental e o vivenciar do repórter estão orientados nas exigências e nos métodos da profissão” (GROTH, 2011, p.376).

Beltrão (2006), um dos pioneiros na pesquisa em Comunicação no Brasil, também contextualiza um período de mudança e fortalecimento da atividade jornalística, ligada essencialmente à necessidade de orientação humana.

As transformações sociais do pós-guerra; a tomada de consciência profissional dos jornalistas; a concorrência do rádio e, agora, da TV à imprensa, dinamizando o exercício das atividades redacionais e dificultando a aprendizagem prática para aqueles que nenhuma noção possuem da técnica de colheita e redação das informações; e, sobretudo, a crescente exigência do público por um jornalismo vigoroso e responsável – impuseram a formação profissional técnica e universitária, entre nós (...). O agente qualificado do jornalismo na nossa época é um verdadeiro profissional, que deve possuir sólida base de conhecimentos científicos naturais e sociais e treinamento técnico eficiente, ao lado de vocação para as difíceis atividades do ofício, aguçado senso de responsabilidade e consciência da missão que a comunidade lhe outorgou. (BELTRÃO, 2006, p.20).

Conforme aponta Groth (2011), a falta de uma delimitação sobre o jornalismo dificultava até uma investigação científica sobre a área, na elaboração de conceitos, do ponto de vista dos produtos e do ponto de vista ocupacional. Para entender a prática do jornalismo, Groth (2011) desenvolve um debate voltado a caracterizar a atividade como ciência, contextualizando a constituição dessa disciplina na Alemanha. A chamada Ciência dos Jornais (ou Jornalística) se propunha a investigar algo que estava se desenvolvendo na época: a imprensa de massa. A discussão acontece na virada do século XX, quando o jornalismo começa a se profissionalizar e conquista espaço nas universidades alemãs e norte-americanas. O autor defende que os jornais são parte da cultura, de uma 'ciência da cultura', e expõe alguns critérios na consolidação de uma ciência nova e independente. Inicialmente, é preciso possuir um objeto próprio. Não se trata de um objeto necessariamente inédito, mas que seja analisado sob novos pontos de vista, o que trará resultados particulares ligados à sua essência. Isso significa que a especificidade está relacionada ao modo de contemplação. A ciência independente também precisa ter método próprio.

Para uma Ciência dos Jornais, o “essencial”, ou seja, o importante fundamentado, é exclusivamente a “ideia”, a “essência”, a “natureza” das obras – a similaridade do seu sentido, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as “características” e a estrutura desta unidade – e o que está ligado a isto. É no essencial que ela tem seu objeto e seu método próprio, ele fundamente o sistema dela. A investigação do essencial gera a ciência da cultura “Ciência dos Jornais”. (GROTH, 2011 p.35).

Belau (1966) discute o sentido de ciência que permite afirmar que o jornalismo se enquadra nessa categoria. Ele explica que o jornalismo se configura como uma ciência no sentido de que possui um objeto próprio. Mas ele é uma técnica no sentido da realização material, uma realização técnica “tanto em su estructuración, presentación y contenido com en la mecanica de su composición para la difusión al publico. Técnica que em el primer aspecto está basada em la teoria científico-periodística y em el segundo es una herencia cultural tecnica” (BELAU, 1966, p.27).¹⁰ O reconhecimento dessa nova ciência também passa pela tentativa de relacionar teoria e prática.

No Brasil, o pensamento de Groth encontrou repercussão em Luiz Beltrão e Adelmo Genro Filho. Genro Filho (1989) registra uma tentativa de recuperar a essência do Jornalismo, e ele mesmo apresenta seu estudo como um complemento do que foi iniciado por Groth na Alemanha.

O debate do jornalismo como conhecimento encontra fundamentação principalmente na conceituação do sociólogo Robert Park, conforme ensaio publicado na década de 1940 nos Estados Unidos, de abordagem funcionalista. Nesse estudo, Park expõe duas noções de conhecimento: o conhecimento de trato e conhecimento acerca de, cada um com uma função social diferenciada. O primeiro está relacionado a um saber complexo e abstrato, que se limita apenas ao aspecto fenomênico, relacionado à experiência e ao hábito. O segundo tipo diz respeito ao conhecimento formal, lógico e teórico.

Segundo Park (1940) apud GENRO FILHO, 1989), o jornalismo produz um tipo de conhecimento semelhante ao que representa a percepção para o indivíduo, ou seja, um conhecimento do senso comum, no sentido de que representa apenas a alusão a um acontecimento. Genro Filho (1989) se concentra em desenvolver essa perspectiva, diferenciando o jornalismo do senso comum e da ciência. As categorias singular, particular e universal também estão presentes na sua obra. Ele afirma que havia pouca reflexão sobre a

¹⁰Tanto em sua estrutura, apresentação e conteúdo como na mecânica de sua composição para divulgação ao público. Técnica que no primeiro aspecto se baseia na teoria científico-jornalística e no segundo é uma herança cultural técnica (tradução da autora).

prática jornalística, de modo que essas categorizações eram seguidas como um conjunto de regras técnicas, que os jornalistas seguiam sem refletir e sem questionar. Tratava-se de um período de defasagem nas teorizações sobre a atividade jornalística.

A definição de Park, para Adelmo, é “reduzora, pois supõe uma espécie de 'senso comum' isento de condições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade”. A apropriação do real pela singularidade acontece pela “reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 1989, p. 58). Assim, o autor expõe algumas limitações de Park e busca ainda mais reflexões que apontam para as especificidades do jornalismo.

Na percepção individual, a imediatez do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, o contrário, a imediatez é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim em uma 'simulação' dessa correspondência. (GENRO FILHO, 1989, p.58).

A principal contribuição de Genro Filho (1989) no avanço dessa discussão é dizer que a singularidade é a categoria central do jornalismo, embora sempre relacionada com as demais categorias, particular e universal, como diferentes componentes da realidade. Essas dimensões coexistem no fato jornalístico. Ele defende que o jornalismo produz um tipo de conhecimento pautado pelo singular, diferente da ciência, que busca as regularidades do fenômeno.

Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolivelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. (GENRO FILHO, 1989, p. 153-154)

Na mesma linha, Sponholz (2009) aponta razões pelas quais o jornalismo difere da ciência e do senso comum, sendo um tipo de conhecimento híbrido. O senso comum, na percepção da autora, é entendido como “um tipo de conhecimento que resulta do armazenamento de modelos e ação e interpretação no cérebro, que é compartilhado por um público (portanto, não é individual) e retratado como natural” (SPONHOLZ, 2009, p.98). Os jornalistas têm que testar suas suspeitas, tem métodos de investigação, além da percepção individual.

A produção dessa nova realidade difere do senso comum também porque quando o jornalista conhece a realidade, processa e estrutura os conteúdos vivenciados, ele não o faz somente de acordo com uma perspectiva própria, com base no que pessoalmente já sabe, mas também segundo regras profissionais. (SPONHOLZ, 2009 p.108).

As diferenciações e comparações entre jornalismo e outras formas de conhecimento são os primeiros passos importantes na consolidação do campo. No entanto, como indica Meditsch (1997), essas questões ainda não são suficientes para entender o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo. Há necessidade de destacar o que essa atividade tem de único e de original.

A comparação quantitativa dos atributos do Jornalismo em relação à Ciência ou à História pode ser útil para elucidar algumas das suas diferenças, mas parece insuficiente para definir o que ele tem de específico. Daí que tenha surgido uma terceira abordagem, que dá mais ênfase não ao que o Jornalismo tem de semelhante, mas justamente ao que ele tem de único e original. Para esta terceira abordagem, o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. (MEDITSCH, 1997, p.3).

Para o autor, entender o jornalismo como uma forma de reprodução do conhecimento, inclusive o conhecimento produzido por outras instituições sociais, ajuda a entender o seu papel no processo de cognição social. Para desenvolver essa discussão, o próximo tópico levanta o princípio da competência e dos saberes do jornalismo.

3.2 Conhecimento e competência no Jornalismo: os saberes de uma profissão

Pensar o conhecimento remete a uma discussão sobre os saberes do jornalismo, sua ciência, especificidades e diálogo com outras áreas. Meditsch (2002) mostra que a corrente das epistemologias críticas defende o jornalismo enquanto conhecimento, desmistifica a infalibilidade da ciência, aponta o caráter histórico e cultural de toda a forma de conhecimento, procura relativizar a verdade destruindo o ideal de uma verdade única e obrigatória e ainda estabelece “os limites lógicos de qualquer reivindicação de objetividade” (MEDITSCH, 2002, p.11). Nesse sentido, pressiona a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, visto que ele produz e reproduz conhecimento, repercutindo seus efeitos na sociedade em que atua.

Para Sponholz (2009), o jornalismo caracteriza-se como um tipo de processo de

conhecimento tanto para os seus produtores quanto para os receptores, sendo que para os jornalistas, ele é uma das fontes mais importantes de conhecimento, o que o obriga a trabalhar o conteúdo que produz de forma crítica e com responsabilidade social. Isso demanda uma concepção teórica de conhecimento que possibilite aos profissionais conhecer a realidade. “O conhecimento total da realidade continua sendo uma utopia, a busca deste é, no entanto, o que nos leva a ir adiante” (SPONHOLZ, 2009, p.13).

Groth (2011) revelou que o exercício diário do jornalismo, seja nos jornais ou revistas, exige uma metodologia científica no desenvolvimento de uma reportagem, passos que se repetem independente da sociedade e da sua cultura específica. A teoria e a prática estão na gênese do jornalismo, configurando uma relação complementar. Ele está intrinsecamente relacionado ao desempenho técnico, mas também ao compromisso ético e humanístico. Em concordância com esse raciocínio, o pesquisador português Fidalgo (2008) mostra que no ato do fazer também se desenvolve um saber.

O entendimento do conceito de competência é fundamental para compreender como o autor vê a essência do “saber profissional”. Ele parte de uma revisão histórica sobre a origem do termo competência, que surge de forma confusa, como uma nova tentativa de referendar qualificação. No entanto, ele se preocupa justamente em pontuar suas diferenças, atribuindo à noção de qualificação as características necessárias a um posto de trabalho e à de competência as qualificações referentes à pessoa (OIRY; D’IRIBARNE, 2001 apud FIDALGO, 2008).

Na década de 1970, o conceito de competência passa a ser usado no campo do trabalho, no bojo das mudanças no plano socioeconômico, com uma maior desregulação do mercado, flexibilidade das empresas e dos trabalhadores, co-responsabilização dos funcionários nos objetivos e resultados das empresas, crescente precariedade do emprego e alterações no âmbito sociocultural. Passaram a enfatizar entre outros aspectos, como a valorização das qualidades pessoais e relacionais de cada um, a importância do trabalho em equipe, a responsabilidade individual e mobilidade profissional (FIDALGO, 2008).

Fidalgo (2008) mostra que há três tipos de implicações dessa “lógica da competência”, na medida em que se associam a uma nova lógica de gestão empresarial, a um novo tipo de regulação social do trabalho ou a um novo entendimento da profissionalidade. Para o desempenho adequado de uma ação profissional mobilizam-se diferentes capacidades, pois a própria ação exige um pensar, um aprender e um inovar. Assim, o autor associa competências não apenas a um saber prático (“saber-fazer”), mas ao que ele denomina de saber de ação, o

qual congrega o “saber conhecer”, “saber fazer” e “saber-ser”, e vê este como uma categoria que ultrapassa o postulado binômio teoria/prática. “Aqui estabelece-se constantemente uma relação com a experiência, com o trabalho concreto e com a aprendizagem que (também) se realiza nele e através dele, num processo que não significa mera justaposição de saberes, mas o seu relacionamento dialético” (FIDALGO, 2008, p. 9). A competência profissional conta não apenas com a ação, mas sim uma ação reflexiva, a qual sustenta os “saberes de ação”, caracterizados por Schön (1996, apud FIDALGO, 2008) como “uma nova epistemologia do agir profissional”.

O jornalismo não se caracteriza como uma atividade tecnicista, nesse sentido a função do curso de formação não é apenas colocar o profissional no mercado para limitar-se a atender as exigências do mesmo. Trata-se de uma profissão liberal de informação que demanda um esforço intelectual e diferentes saberes. No entanto, como pontua Neveu (2005, p.55) “a competência de todo o jornalista manifesta-se e constrói no seio das limitações impostas por uma estrutura de interdependências com a hierarquia, os colegas, as fontes, e que nenhum devaneio sobre a liberdade do sujeito pode dissipar num passe de mágica”. Os cursos superiores deveriam formar profissionais com conhecimento, competência e capacidade para administrarem essa tensão.

Fidalgo (2008, p.13) chama a atenção para o jornalismo, pois essa nova epistemologia possibilita uma série de vantagens, destacando “novas orientações do ensino e da formação dos profissionais”, e ainda enfatiza “a importância de comportamentos e atitudes do profissional, para além de conhecimentos científicos e técnicos especializados”. Segundo ele, a competência específica que é requerida ao jornalista vai além da preparação na faculdade, ela é associada à experiência adquirida no campo profissional e à prática reflexiva na busca de respostas exigidas pelo contexto da ação. É válido trazer essas inovações para a formação do profissional, num movimento contínuo entre teoria e prática e acompanhando, na medida do possível, as transformações. Esse é um dos grandes desafios dos cursos de graduação, formar jornalistas com conhecimento crítico sobre a deontologia da profissão e aptos a atuarem em um mercado volátil, por isso a necessidade de reformular as diretrizes para o curso de Jornalismo. As diretrizes, discutidas desde 2009, representam um norteador para a reformulação das grades curriculares para os cursos de graduação, na tentativa de aproximar academia e mercado.

3.3. As mudanças do jornalismo brasileiro e a formação do profissional

As transformações que o jornalismo sofreu ao longo do século XX e início do século XXI desencadearam desdobramentos contínuos, configurando novos cenários no mercado de trabalho em diferentes países. As características do capitalismo, suas demandas e a forma que direcionou os países ocidentais nesse período, impulsionaram o processo de profissionalização da carreira de jornalismo, fomentado pelos cursos de graduação e pós-graduação na área, pela inserção das novas tecnologias no exercício da profissão, somados ao surgimento de novas mídias, à formação dos conglomerados de mídia, ao fechamento de jornais locais e regionais e à segmentação da informação. Isso tudo ocasionou, entre outras coisas, alterações nas estruturas das empresas de comunicação e no encolhimento dos postos de trabalho. Neveu (2005, p.115) chama a atenção para uma conjuntura de acontecimentos:

Os desenvolvimentos da tecnologia no interior das redações e a chegada do multimídia redefiniram as competências profissionais, ameaçando banalizar o jornalismo num *continuum* das profissões da comunicação. A escalada dos imperativos comerciais no seio dos grupos de comunicação social fragilizou a anatomia do trabalho jornalístico. Estas evoluções foram acompanhadas de atentados aos princípios deontológicos, facto que contribuiu para uma degradação da imagem social dos jornalistas.

O autor, no entanto, faz uma ressalva de que a profissão não assistiu passivamente à emergência desses fatores, cada país administrou e reagiu de forma diferenciada frente às inovações no campo do jornalismo. Entre as concordâncias desse novo panorama estão o rejuvenescimento e a feminização das redações tanto no Brasil, como em outros países. No Brasil, segundo pesquisa realizada, em 2012, pelo programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) com 2.731 jornalistas brasileiros, as mulheres representam 63,7% do mercado contra 36,3% de homens e 59% dos jornalistas estão na faixa etária entre 18 e 30 anos.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pela UFSC, 59,9% dos entrevistados recebem até cinco salários mínimos e 67,9% dos profissionais que atuam na mídia assinalaram desempenhar, além de outras atividades, a função de edição. Uma das preocupações frente a esse cenário é se os mais jovens estão preparados a assumir cargos de gestores nas redações, considerando conhecimento crítico e competência para tal. Neveu (2005) visualiza um paradoxo entre a capacidade de inovação e de reflexão do jornalismo. De

um lado uma população jovem e diplomada que tem que gestar o seu trabalho e, de outro, concomitantemente, sujeita a uma tensão das novas rotinas do jornalismo de mercado. Na mesma perspectiva Pereira e Adghirni (2011, apud MICK; LIMA, 2013) acentuam que a instabilidade do mercado brasileiro em jornalismo, fomentado pela falta de consenso sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, atribui uma maior autonomia às empresas e também uma insegurança aos jornalistas, o que afeta diretamente a qualidade do exercício da profissão e sua deontologia. “Mais jovens e inseguros quanto ao emprego, os jornalistas tendem a relativizar os padrões impostos pelos códigos deontológicos e o pensamento crítico – resultado da formação universitária – em nome dos valores do mercado” (PEREIRA, ADGHIRNI, 2011, p.48, apud MICK & LIMA, 2013, p.19).

3.4 Um novo olhar para o ensino do jornalismo

A redação de 2001 das Diretrizes Curriculares, que orientava os cursos de comunicação até 2013, não mencionava, ao definir a competência e a habilidade do egresso, o desempenho de funções em postos de chefia e edição. Isso acabou refletindo nos projetos pedagógicos que não tiveram como referência obrigatória a inserção de disciplinas com conteúdo sobre gestão ou mesmo funções de chefia. O complicador é que na já sociedade do século XXI, esses postos estão mais próximos do início da trajetória profissional. Como colocam Silva, Rocha e Schoenherr (2013, p.6), “o texto das diretrizes reitera o abismo entre teoria e prática, sem formar um profissional com conhecimento crítico, apto a ocupar espaços de chefia no mercado de trabalho e a exercer a profissão respeitando sua deontologia”. A partir da aprovação do documento das novas Diretrizes, em setembro de 2013, os cursos de jornalismo já buscaram se adaptar ao novo modelo ao discutir e propor no âmbito das próprias instituições de ensino novas grades curriculares.

O documento aprovado em 2013 foi formulado em 2009 por uma Comissão de Especialistas presidida pelo professor José Marques de Melo e composta pelos professores Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira. O grupo formulou um documento com alguns tópicos de devem funcionar como uma espécie de guia para pensar a composição curricular dos cursos de graduação em Jornalismo. As diretrizes indicam a estrutura do curso, projeto pedagógico, o perfil do egresso, as competências a serem desenvolvidas no curso, os

conteúdos curriculares – divididos em seis eixos - , a organização curricular. Discute o Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Curricular Supervisionado, as atividades complementares, o acompanhamento e avaliação dos estudantes.

A partir desse documento, das entrevistas e análises realizadas nesta pesquisa, pretende-se propor ferramentas para o ensino de edição nos cursos de jornalismo. Quando se leva em consideração as mudanças do mercado profissional – que tem exigido cada vez mais dos repórteres a habilidade de edição, e colocado profissionais mais jovens para ocupar cargos de chefia, é natural que as técnicas de edição sejam contempladas na formação acadêmica. E não apenas a edição como tratamento de textos, mas como rotina jornalística e suas transformações na morfologia das redações, motivadas por mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Capítulo 4

Fundamentos metodológicos e técnicas de investigação

4.1. A escolha do método

O estudo busca caracterizar a formação do jornalista que ocupa cargo de editor nos jornais do Paraná Diário dos Campos e Gazeta do Povo. Como objetivos específicos, elenca-se levantar o perfil profissional dos jornalistas; identificar o conhecimento e competências desses profissionais e contribuir para o levantamento de dados sobre a história da modernização das redações no Paraná e para os estudos sobre a formação dos jornalistas no Paraná.

A principal questão que se busca responder é: “Qual é o conhecimento específico em Jornalismo do profissional que desempenha função de edição no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo?” É necessário fazer aqui uma delimitação de período, considerando que o levantamento de dados envolveu entrevistas com profissionais que atuaram em 1999, 2013 e 2014, além de pesquisa sobre a história dos dois jornais no início da década de 1990. Os conceitos do Jornalismo trabalhados na metodologia são saber teórico, saber de ação (FIDALGO, 1998), valores-notícia, Teoria do *Gatekeeping* e Teoria Organizacional, por considerar a construção do conhecimento do editor na prática.

4.2. O estudo qualitativo

Os objetivos e técnicas centrais do estudo convocam uma abordagem essencialmente qualitativa, já que este se concentra em aspectos da formação, conhecimento e atividade dos profissionais, com ênfase na interpretação dos dados coletados. Stake (2011) define o estudo qualitativo como interpretativo, experiencial, situacional e personalístico. Quanto ao caráter interpretativo, o autor se refere ao fato de considerar diversos pontos de vista e significados múltiplos. E, principalmente, avaliar que os dados obtidos são fruto de uma interação entre o pesquisador e os sujeitos.

O estudo qualitativo é experiencial porque é empírico, tem foco em observações, relata experiências. A pesquisa qualitativa também é situacional, porque estuda objetos em contextos

específicos, descritos em detalhes. É personalística por buscar a singularidade e a diversidade, na tentativa de compreender as percepções individuais. Em um estudo qualitativo, o pesquisador escolhe algumas estratégias, com o objetivo gerar um conhecimento que contribua no desenvolvimento da prática e da política (STAKE, 2011).

A adoção dessa abordagem para a pesquisa aqui apresentada não indica que os dados quantitativos são excluídos no conjunto de técnicas. Esses dados contribuíram para a formação de uma base de informações sobre o objeto de pesquisa. Para Stake (2011), a observação, a entrevista e a análise dos materiais (o que inclui documentos) são as técnicas mais comuns. Nesta pesquisa, optou-se principalmente pela entrevista e análise de documentos, além dos questionários, que fazem parte do viés quantitativo da pesquisa, mas que contribuem para análise proposta na dissertação.

Embora se defenda que a pesquisa qualitativa dá conta de uma descrição densa do objeto em um caso específico, há autores contrários ao seu uso. O argumento principal ataca a subjetividade e pessoalidade de seus resultados, e diz que ela oferece mais perguntas do que respostas, com contribuições lentas e tendenciosas para a ciência (STAKE, 2011). Stake (2011) analisa que a subjetividade não representa um entrave, mas sim uma condição essencial para entender a atividade humana.

Os erros que podem decorrer daí são resultados de se tratar interpretações contraditórias como dados úteis. Assim, a triangulação é fundamental nessa defesa como procedimento de checagem de dados na pesquisa qualitativa. Isso significa verificar com os envolvidos, os atores citados, se realmente disseram aquilo, fazer uma revisão. O pesquisador precisa mostrar a complexidade do objeto, trabalhando com a interpretação. A epistemologia dos pesquisadores qualitativos é existencial (não determinista) e construtivista.

Essas duas visões estão correlacionadas como uma expectativa de que estão intrinsecamente relacionados a muitas ações coincidentes e que compreendê-los exige uma ampla mudança de contextos: temporal e espacial, histórica, política, econômica, cultural, social, pessoal. (STAKE, 2011 p. 42).

Entender o objeto implica, portanto, uma compreensão de fatores contextuais múltiplos, mas também exige foco na sua singularidade. A característica mais marcante da pesquisa qualitativa é a interpretação. Não significa dizer que outros tipos de pesquisa não se utilizem da interpretação, mas que na pesquisa qualitativa, como em nenhuma outra, o pesquisador precisa trabalhar com mais cuidado sobre os significados do que vê e ouve

(STAKE, 2011).

A correlação entre dados coletados se apresenta como a melhor forma de conferir rigor aos métodos qualitativos. Para Laperrière (2012), uma pesquisa sólida vem das “ligações estabelecidas entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos” (LAPERRIÈRE, 2012, p. 419). Para garantir cientificidade aos métodos qualitativos, a autora defende a necessidade de comprovação de sua validade interna, externa e a confiabilidade. Aplicar tais critérios significa, basicamente, mostrar que o mesmo procedimento pode ser utilizado em diferentes situações.

4.3. Saber teórico e saber de ação do jornalismo

Fidalgo (2008, p.11) mostra que no ato do fazer também se desenvolve um saber, “a investigação pode nascer da própria prática e ser reclamada por ela”, em um processo contínuo. O autor argumenta que a importância da prática na aprendizagem do jornalismo não está apenas ligada ao conjunto de técnicas mecânicas que reproduzem atividades passadas, mas como um “saber profissional” com dimensões reflexivas.

(...) um tipo de trabalho “técnico-intelectual”, que vai para além de uma mera lógica “técnico-instrumental” (CARIA, 2005 p.198). E isto por três motivos essenciais: (1) nesta acção profissional estão inscritos também “valores e orientações morais” que fazem com que os critérios de interação com “o outro” não sejam desvalorizados; (2) os conhecimentos mobilizados não são uma mera aplicação da ciência adquirida em educação formal prévia e, pelo contrário, obrigam a “operações sócio-cognitivas de recontextualização profissional do conhecimento”; e (3) a autonomia no contexto de trabalho implica o “desenvolvimento de uma reflexividade profissional própria” que saiba lidar com a incerteza e a singularidade das situações. (FIDALGO, 2008, p.11).

Segundo ele, a competência específica que é requerida ao jornalista vai além da preparação na faculdade, ela é associada à experiência adquirida no campo profissional e à prática reflexiva na busca de respostas exigidas pelo contexto da ação. Barbier (1996 apud FIDALGO, 2008) defende que os “saberes” sugerem a presença de três componentes diferentes na articulação entre os domínios da teoria e os da prática. São eles: conhecimento, capacidade e competência. O conhecimento refere-se aos saberes apropriados adquiridos por meio de sistemas de socialização como escola e ensino.

Essa discussão vem tecendo parte da história do jornalismo. A capacidade corresponde aos saberes que integram elementos operativos, relacionados a atividades concretas “sobretudo através de sistemas de socialização como a formação, o treino, o exercício”

(FIDALGO, 2008, p. 5). A competência envolve os saberes diretamente ligados à ação tanto do ponto de vista da performance realizada, como do comportamento adotado e desenvolve-se através de sistemas de socialização como os do trabalho e de formação integrada no trabalho (FIDALGO, 2008).

Meditich (1997) também destaca a importância da noção de Jornalismo como conhecimento para a formação profissional. “Considerar o jornalismo como modo de conhecimento implica também em aumentar a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores de conhecimento” (MEDITSCH, 1997 p.12). Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares mostram alguma convergência com essas questões, quando tratam do conhecimento necessário aos profissionais e das especificidades do campo jornalístico, na tentativa de aprimorar o modelo de ensino para o país.

Entender esses conceitos é central no desenvolvimento da pesquisa, pois os saberes norteiam desde a discussão sobre a formação dos profissionais até os procedimentos de trabalho e rotina dos mesmos.

4.4 Técnicas de pesquisa

4.4.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A revisão bibliográfica buscou recuperar a história dos jornais *Diário dos Campos* e *Gazeta do Povo*, a modernização da imprensa brasileira e a função dos editores bem como os saberes e teorias do jornalismo. Também foi utilizada pesquisa documental.

Para recuperar a história dos jornais, foram utilizados os livros “Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário”, de Alessandra Perrinchelli Bucholdz (2007) e “Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos da Gazeta do Povo” (2011), dos jornalistas José Carlos Fernandes e Márcio Renato dos Santos, sobre o impresso curitibano. No primeiro caso, o livro encerra no período em que o Diário dos Campos deixa de circular, em 1990. Esta pesquisa, no entanto, busca também mostrar o seu retorno, em 1999, a tentativa de modernização da redação, com contratação de profissionais formados em jornalismo e inovação do aparato tecnológico. Não se encontrou estudos focados exclusivamente nesse período, e sim análises de conteúdo ou observações-participantes. Em suma, os estudos históricos sobre o jornal Diário dos Campos voltam-se para o período de surgimento até a

suspensão da circulação.

Sem dúvida, esses materiais ajudam a compreender o surgimento e impacto dos jornais na sociedade, mas não trazem muitas informações sobre o organograma dos impressos no recorte histórico que esta pesquisa buscou. Parte desses dados foi obtida em consulta a exemplares do Diário dos Campos a partir de 1999, quando o jornal volta a circular e tem uma nova estrutura organizacional. O acesso a essas edições se deu na Casa da Memória de Ponta Grossa.

No caso da Gazeta do Povo, outro item que contribuiu foi o estudo “Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”, de Elza Aparecida de Oliveira Filha (2004), que traz informações principalmente do período entre o surgimento do jornal, em 1919, até as primeiras iniciativas de modernização, nos anos 1970, com algumas menções aos anos 1990. No entanto, esta pesquisa busca também informações centradas na modernização mais recente da Gazeta do Povo.

Sobre a modernização do jornalismo brasileiro e as atribuições dos editores, as principais referências foram Erbolato (1985), Bahia (2009), Abreu (2002), Dines (2009), Medina (1988), Fonseca (2008), Travancas (1992), Caversan (2009), Essenfelder (2012) e Pereira Júnior (2009). Ajudaram ainda nesse tópico as biografias de jornalistas influentes nesse período, como a de José Ramos Tinhorão e Samuel Wainer. Sobre os saberes do Jornalismo, além de Fidalgo (2008), utilizou-se Meditsch (2002), Sponholz (2009), Groth (2011), Park (1940) e Genro Filho (1989). Para o discutir o *gatekeeping* e a Teoria Organizacional, utilizou-se principalmente Shoemaker (2011), White (1993) e Breed (1993).

A pesquisa documental envolve consulta aos exemplares dos jornais e às ementas dos cursos de Jornalismo no Paraná, nos sites oficiais das instituições de ensino públicas e privadas, com o propósito de identificar o ensino da prática de edição jornalística nesses cursos. Quando a ementa não estava disponibilizada, considerou-se apenas a nomenclatura das disciplinas. Assim, encontrou-se espaço para discutir se os estudantes de jornalismo têm acesso ao ensino de edição jornalística. Essa análise se pautou principalmente pela discussão acerca das novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo, aprovadas em setembro de 2013, que apresentam no Eixo de formação profissional a necessidade em:

embasar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes **com o universo dos processos de gestão** [grifo nosso], produção, métodos e técnicas de apuração, redação e **edição jornalística** [grifo nosso], fomentando a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes, bem com a crítica e a prática redacional

em língua portuguesa, como os gêneros e os formatos jornalísticos, instituídos, as novas tecnologias, retóricas e argumentativas. (DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE JORNALISMO, 2009, p.21).

Pode-se citar ainda alguns dados complementares para a pesquisa, como o levantamento realizado no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), legislação da área e sindicatos dos jornalistas, para acessar números e definições sobre o trabalho dos editores. Nos próximos tópicos, recupera-se o desenvolvimento da imprensa regional no Brasil, parte da história dos dois impressos paranaenses, seu desenvolvimento e consolidação.

4.4.2 A imprensa regional

Identificar o impresso brasileiro como um jornal nacional, remete a algumas indagações, a princípio por não ter de fato um veículo que cubra todo o território da nação. Existem jornais de amplitude local, regional, estadual e aspirações nacionais associadas a serviços de agências de notícias ou mesmo correspondentes. Outro aspecto é que a história da imprensa no Brasil comprova que o berço foi o jornalismo regional e local. O jornal *Gazeta do Rio do Janeiro* surgiu em 1808 com a vinda da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Imprensa Régia. Era um órgão oficial da corte portuguesa. Somente após esse período circularam veículos de informação e opinião em diferentes estados. Outro jornal circulando no país no mesmo ano é o *Correio Braziliense*, editado em Londres.

De acordo com Sobrinho (1988), o precursor foi *A idade de Ouro do Brasil*, em 1811, na Bahia, depois Pernambuco (*Aurora Pernambucana*), Maranhão (*O Conciliador*), em 1821. Aos poucos espalham para Minas Gerais (1822, *O Compilador Mineiro*), Ceará (1824, *Diário do Governo*), Paraíba (1826, *A Gazeta do Governo*) e São Paulo (1827, *Farol Paulistano*). Em seguida, Rio Grande do Sul (1828, *Constitucional Rio-Grandense*), Goiás (1830, *Matutino Meiapontense*), Alagoas (1831, *Íris Alagoense*) e Santa Catarina (*O Catarinense*). Ainda na década de 1830, chegaram em Sergipe (*Recopilador Sergipano*), Rio Grande do Norte (*Natalense*), Piauí (imprensa oficial), Mato Grosso (*Themis Matogrossense*) e Amazonas (*Cinco de Setembro*). O último a criar um jornal foi o Paraná, em 1853 (*Dezenove de Dezembro*). Nenhum deles com cobertura nacional.

Há diferenças entre os jornais sediados nos grandes centros e nas cidades de porte menor. Para Peruzzo (2005, p.75), a mídia local ancora-se “na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região”. Embora não haja um

jornal genuinamente nacional, as especificidades dos periódicos dos grandes centros e das cidades do interior do país devem ser consideradas, para que seja possível, inclusive, entender o jornalismo exercido no interior e a morfologia das redações.

Os jornais se instalaram no interior brasileiro, de maneira geral, após chegarem às capitais, devido a não existência de uma estrutura mínima para produzir um impresso, como falta de vias de comunicação (ferrovias e telégrafos), acesso à imprensa e recursos econômicos. A história das transformações dos impressos no Brasil e a profissionalização do jornalismo não foram simultâneas entre os jornais das capitais e do interior. O atraso do acesso aos recursos sombreou a história dos jornais locais durante quase todo o século XX e o processo de profissionalização da carreira ocorreu de forma mais lenta comparado aos grandes centros. O advento da tecnologia e sua aplicabilidade, a partir da década de 1990, repercutem na queda dos custos e na agilidade de produção do impresso. Os pequenos jornais desfrutaram também desse benefício. Entre as inovações, encontra-se a reconfiguração das redações e abreviações no processo de produção da notícia.

4.4.3 Aplicação de questionários

Editores, ex-editores e repórteres fazem parte do grupo selecionado para a aplicação de questionários. A coleta desses dados possibilita a correlação com outras informações geradas pela pesquisa. Foram produzidos três questionários, em formatos diferenciados para cada grupo, de acordo com os objetivos do levantamento. Como o estudo busca identificar o saber específico em Jornalismo dos editores no jornalismo impresso, coletou-se dados sobre a formação dos profissionais – seja ela ligada à academia ou à prática profissional.

Para a realização da coleta de dados, verificou-se que há diferenças organizacionais entre os dois veículos. Enquanto no Diário dos Campos há um chefe responsável por todas as editorias, na Gazeta do Povo há um editor para cada uma. Para viabilizar a pesquisa, no jornal curitibano optou-se pela coleta de dados com questionário com os editores nas editorias equivalentes às do Diário dos Campos: Política (Vida Pública), Geral/Cidades/Polícia (Vida e Cidadania), Esportes, Cultura (Caderno G), Economia.

O questionário de 19 perguntas elaborado para editores apontava, além de dados pessoais, para a formação acadêmica do editor e sua trajetória profissional. O mesmo questionário, com poucas adaptações, foi aplicado para profissionais que já haviam ocupado o

cargo em outros períodos. Assim, identificou-se as diferenças de faixa etária, formação e atividades desempenhadas no trabalho. As funções dispostas no questionário foram inseridas com base na pesquisa bibliográfica.

No que diz respeito à formação acadêmica dos profissionais, levantou-se a formação específica (em Jornalismo) e se há cursos de aperfeiçoamento na área de atuação. Quanto à prática, é necessário entender a carreira do jornalista, descrever a trajetória do profissional até chegar ao cargo de editor.

A escolha de inserir os repórteres na amostra se justifica pela necessidade de evitar uma visão unilateral do trabalho do editor. Seis repórteres de editoriais variadas responderam um questionário de 10 perguntas, que buscou identificar situações em que solicitam a atuação do editor e sua visão sobre as atribuições desse cargo.

O questionário é fechado porque as perguntas que o compõem são caracterizadas pela possibilidade de respostas exatas e objetivas. Por exemplo, formação, tempo de trabalho, data de nascimento, entre outros. No que diz respeito às funções desempenhadas, mesmo com as opções fechadas, o fim do questionário abre espaço para a opção “Outro”, em que a fonte poderia inserir mais informações necessárias.

A coleta de dados não se pautou apenas nas características técnicas do trabalho do editor. Considerou-se ainda valores profissionais associados ao jornalismo, como verdade, pluralidade, objetividade. As questões envolveram a responsabilidade para com o público, com os princípios do jornalismo, a ética e a produção do conhecimento (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004).

Da mesma forma, a Teoria do *Gatekeeping* contribuiu para a formulação dos questionários, já que o editor se configura como principal agente do jornalismo a tomar as decisões sobre a seleção. Mas a ideia do estudo é justamente mostrar como o modelo tradicional de *gatekeeper* não se aplica aos profissionais que atuam hoje como editores nos dois jornais. A Teoria Organizacional se aproxima do objeto de estudo e também dialoga com os itens do questionário e com a análise dos dados. Kovach e Rosenstiel (2004), destacam como princípios do jornalismo a lealdade com os cidadãos, a disciplina de verificação, a vigilância do poder, o papel de guardião. “O princípio guardião significa muito mais do que simplesmente uma forma de monitorar as ações do governo, pois na verdade se estende a todas as instituições poderosas da sociedade” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 173). Significa ver se as instituições estão funcionando bem, em quais aspectos e se há lacunas.

Outro princípio considera o jornalismo como um “fórum público”, fornecendo um espaço para a crítica pública e debate, dirigido a todas as partes da comunidade, como uma obrigação para com a cidadania.

Nas técnicas de pesquisa optou-se por incluir a discussão desses princípios para compreender a visão dos profissionais sobre a atividade de desempenham. Considerar tais princípios está de acordo com o pensamento dos autores de que “a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas no dia a dia (...) os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por alguma coisa mais elementar – a função exercida pelas notícias na vida das pessoas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 30).

4.4.4 Entrevistas semi-estruturadas

As entrevistas foram realizadas com editores, ex-editores, direção de redação e estudiosos da área. Nesta pesquisa, elas têm o papel de fornecer interpretações desses atores sobre o cargo de editor, desde as suas funções, ambições, avaliações sobre eventuais mudanças que o cargo sofreu no decorrer do tempo e características necessárias ao jornalista que almeja o cargo em uma redação. Pereira e Neves (2013) explicam que “é preciso saber lidar com as imagens que o pesquisador faz do jornalista, construídas a partir do senso comum, mas também do recurso a categorias teóricas ou a pesquisas anteriores. Existe sempre o risco de se tentar encaixar a entrevista a esquemas preestabelecidos” (PEREIRA; NEVES, 2013, p.40). Não se trata de uma análise comparativa, mas de uma exposição dos modos de produção em um jornal da capital e em um jornal do interior.

Para Stake (2011), na pesquisa qualitativa a entrevista tem três objetivos principais: adquirir informações e interpretações sustentadas pelo sujeito entrevistado; obter uma soma numérica de dados de muitos sujeitos; e descobrir sobre algo que não pode ser observado pelo próprio pesquisador. Nesse caso, o autor recomenda que, embora o pesquisador possua um roteiro de perguntas definidas com base no problema de pesquisa, é necessário inserir questões abertas que possibilitem ao entrevistado comentar algumas histórias.

Parte das perguntas elaboradas se enquadram entre as que o autor denomina como “questões expositivas”, quando se pede ao entrevistado que analise determinada afirmação ou situação. “Damos aos entrevistados algo para analisar e conseguir uma lembrança, uma interpretação, talvez até uma opinião” (STAKE, 2011, p. 110).

Foram realizadas duas entrevistas com editores do *Diário dos Campos*, pois houve troca de profissionais no cargo durante a realização da pesquisa, e duas com editores da *Gazeta do Povo*, das editorias de Vida e Cidadania e Economia, além de uma entrevista com uma ex-editora-chefe do *Diário dos Campos*. Também foram incluídos nessa técnica dois professores de jornalismo e um consultor.

4.5 Aproximação das fontes

Realizou-se um período de observação na redação do *Diário dos Campos* por uma semana entre abril e maio de 2013, buscando uma aproximação com as fontes e compreender a rotina de produção do jornal. Na *Gazeta do Povo*, essa técnica não foi aplicada porque a pesquisadora já conhecia o modelo de produção e tinha aproximação prévia com as fontes contatadas, por razões profissionais.

4.6 Especificidades da pesquisa

Optou-se por preservar o anonimato das fontes nos questionários respondidos. Nas entrevistas, o princípio do anonimato manteve-se no caso de editores que exerciam a função no período estudado. Diretores de redação, pesquisadores e fontes que, embora tenham exercido o cargo, ajudaram a contar a história do jornal, estão identificadas. Justifica-se tal escolha metodológica por considerar que não era primordial para a pesquisa a identificação dos profissionais, apenas quando estes representam a fala da empresa ou instituição. Posteriormente, a maioria das entrevistas foi gravada em áudio e obteve-se autorização das fontes. A entrevista com Carlos Alberto di Franco foi realizada por telefone. Solicitou-se também autorização por escrito para realização da pesquisa no *Diário dos Campos*. A *Gazeta do Povo* deu resposta positiva à pesquisa via e-mail.

Capítulo 5

As competências do editor no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo

Antes de analisar as informações coletadas e tentar responder à pergunta de pesquisa, é necessário apresentar o surgimento e a história recente dos dois jornais selecionados. Assim, pode-se entender de que maneira eles chegaram à atual organização do trabalho e às funções exercidas pelos editores. Os dois impressos, em contextos diferentes, passaram por reformulações internas ao longo de sua trajetória. Nota-se que tanto a situação financeira da empresa quanto o modelo e ritmo de produção jornalística são fatores de influência nessas mudanças.

5.1 A história do jornal Diário dos Campos sob o viés da profissionalização

O *Diário dos Campos* é considerado o impresso mais antigo da cidade, com a ressalva de ter ficado quase uma década sem circular, a partir de 1990. Sua origem data de 27 de abril 1907, quando Jacob Holzmann fundou o jornal ainda sob o nome *O Progresso*, com periodicidade semanal, limitado pelo maquinário de impressão. Semelhante aos impressos de cidades menores contemporâneos, *O Progresso* era feito de forma artesanal, restrito a poucas pessoas e com periodicidade irregular. O maquinário comprado era de segunda mão, usado por pequenos veículos dos grandes centros. A partir de 1913, com a criação da Companhia Tipográfica Pontagrossense, *O Progresso* muda de nome para *Diário dos Campos* (DC) e a circulação passou a ser diária.

Em 1921, Toscano de Britto comprou o DC e o gerenciou com Elyseu de Campos Mello e José Cardilhe, propondo uma nova linha editorial. A partir de 1931, Juca Hoffman assume o DC durante 32 anos. Ele modernizou o jornal, inseriu títulos, manchetes e divisão em editorias, como política e esporte. Entretanto, os salários eram baixos e a estrutura precária (BUCHOLDZ, 2007).

Para tentar garantir a sobrevivência do DC, Hoffman comprou em 1939 três linotipos e passou a investir na qualidade das fotografias. O investimento beneficiou a qualidade gráfica do impresso e das fotos publicadas, atraindo público e estimulando as vendas (ROCHA, OLIVEIRA, KUHL, 2013). Ele era um homem envolvido com a política e usava o jornal para

divulgar suas ações e ideais. Hoffman foi deputado estadual de 1950 a 1954, eleito prefeito de Ponta Grossa em 1955 e vereador em 1959.

Pode-se dizer que, de forma geral, os jornais que se diziam informativos eram uma mistura do velho jornalismo partidário com marcas de interesse comercial. Isto se dá porque somente as assinaturas e anúncios não supriam as despesas dos jornais, necessitando de apoio da prefeitura municipal ou de grupos políticos para sobreviverem. Por isso, muitas folhas tinham uma vida curta, em que, ao findar o apoio político ou no momento do desinteresse, o jornal desaparecia. (PONTES; GADINI, 2008, p.6).

Em 1963, o DC foi vendido para o Grupo Slaviero, família de empresários do ramo madeireiro, pois enfrentava dificuldades financeiras. O jornal passou por reformulações, inseriu a pirâmide invertida e o *lead*. O texto buscava ser menos partidário, mais objetivo e imparcial. Entretanto, uma nova crise financeira assombrou o veículo na década de 1980, e sem equipamentos adequados para impressão e utilizando linotipos ultrapassados, o Grupo Slaviero decide encerrar a circulação do DC, que só retorna em 1999, em uma parceria entre Wilson Souza de Oliveira e o jornal Tribuna do Norte, de Apucarana, retomando investimentos na reformulação gráfica e editorial do veículo (BUCHOLDZ, 2007). Já se identificava, nesse período, a necessidade de uma melhor organização do trabalho.

A falta de um editor para revisar os textos e coordenar os trabalhos de reportagem e redação fazia com que a responsabilidade dos repórteres fosse dobrada (...). Paralelamente às investigações jornalísticas realizadas na rua, um telegrafista datilografava informações vindas de fora. Alguém também sempre ficava incumbido da rádio-escuta. sintonizava na Rádio Nacional ou Rádio Globo e acompanhava dia e noite o que as grandes redes noticiavam sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo. (BUCHOLDZ, 2007, p. 129).

É a partir desse momento da história do DC, quando volta a circular, que esta pesquisa detalha a organização interna dos jornalistas e as funções dos profissionais na chefia. Na reformulação fica evidente a tentativa de dividir o trabalho em várias etapas, quadro que, conforme se mostrará adiante, sofre uma reversão do decorrer dos anos.

Os cursos de graduação colocaram profissionais com formação superior em Jornalismo no mercado. Em 1985 criou-se o curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa¹¹. De acordo com Rocha, Oliveira e

¹¹ Em 2012 passou a ser denominado Curso de Jornalismo, para atender a uma regulamentação do Ministério da Educação (MEC) para padronização do ensino superior.

Kuhl (2013), o curso contava inicialmente com uma média de 40 alunos por turma. Em 2001, iniciou o curso de Jornalismo na instituição privada Faculdades Santa Amélia (Secal), com 16 alunos matriculados. Durante esse período existiu outro curso de Jornalismo na cidade, em uma faculdade particular, mas ele fechou antes da primeira turma concluir os quatro anos da graduação.

Durante o período de realização desta pesquisa, no primeiro semestre de 2013, a redação do jornal Diário dos Campos contava com sete repórteres, sendo que um desempenhava a função de editor, e um diretor-geral. Desses sete jornalistas, seis eram formados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (ROCHA; OLIVEIRA; KUHL, 2013). Em 2014, a redação conta com seis repórteres, todos formados em Ponta Grossa.

5.2 Mudanças organizacionais na Gazeta do Povo

Em 3 de fevereiro de 1919 foi lançada a primeira edição da Gazeta do Povo, por Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva, declarando-se um jornal independente e imparcial. Pode-se situar o surgimento do jornal na fase da imprensa de opinião e a imprensa comercial, conforme os modelos de Miège (1999 apud SODRÉ, 2002), cujas características são produção artesanal, estilo polêmico e prioridade para a publicidade. "Tudo indica que a 'Gazeta do Povo', pelo menos em sua primeira fase, somava estas características: ao mesmo tempo em que se dizia apolítica e independente, abrigava artigos marcadamente facciosos" (OLIVEIRA FILHA, 2004 p. 3). Ao longo dos anos, o jornal se firmou no espaço editorial do estado.

Apenas em julho de 1951 surgiria um jornal que ocupasse o papel de principal concorrente da Gazeta, O Estado do Paraná. Se durante a década de 1950 o jornal era uma vitrine comercial, com anunciantes do Paraná e de outros estados, depois esse cenário muda. Em 1962, o jornal passava por uma crise financeira, com dívidas, pagamentos atrasados e redução do espaço de publicidade. Francisco da Cunha Pereira conta que foi procurado por Plácido e Silva, um professor e jurista local, que procurava passar o controle do jornal para um conhecido. Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, também advogados e empresários, compram então o jornal, que passou a integrar o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Foram cerca de dez anos até retomar o equilíbrio das contas do impresso. Os novos proprietários deram início a uma fase de transição, com reformulações

como a troca dos "vales" pelos salários (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.7).

A década de 1960 foi marcada pela chegada de uma rotativa moderna, em substituição à máquina rotoplana, computadores de leitura de fita e papel fotográfico, a aquisição do Diário da Tarde, a introdução da leitura óptica no processo produtivo. Adotou-se ainda a fotocomposição, para montagem de textos em grandes chapas metálicas e adquiriu uma rotativa com capacidade de impressão de 50 mil jornais por hora e em cores.

No período posterior foram feitos grandes investimentos na modernização do parque gráfico, da redação e de outros setores, ao mesmo tempo em que o Grupo ampliava seus domínios no segmento da comunicação. Em 1969, por exemplo, começou a operar uma nova rotativa, a primeira offset de grande porte instalada no sul do país. Em junho de 1973 a “Gazeta do Povo” instalou os primeiros computadores para fotocomposição e em agosto o jornal estampou, na primeira página, uma foto colorida, novidade na imprensa paranaense. (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.7).

Em 1973 acontece ainda o lançamento de novos cadernos – O Gazetinha e o Viver Bem. Em 1984, uma edição comemorativa dos 65 anos do jornal serviu de exemplo do papel que o impresso tentava desempenhar na sociedade paranaense: a publicação de um caderno especial de 20 páginas com o conteúdo de cinco mesas redondas promovidas pela Gazeta com as principais autoridades do estado, apontando como objetivo levantar o debate sobre os interesses da comunidade. Nos anos decorrentes, o jornal também firmou uma imagem através das campanhas em que afirma defender os interesses do Paraná.

Os anos 1990 marcam a era digital na Gazeta do Povo, tornando o parque redacional e gráfico um dos mais modernos do sul do país, em um contrato de fornecimento fechado com a empresa americana Apple. Ainda nos anos 1990, deu início a um processo importante na sua história: a chamada “Reforma de Navarra”, comandada por profissionais espanhóis. No mesmo ano, o jornal lança “um sítio com links ativos para matérias do jornal impresso” (SANTOS, 2011, p. 35), sendo o segundo jornal brasileiro a disponibilizar seu conteúdo parcialmente na internet. É desse período a integração de sua redação com a Internet. Esse processo de entrada do periódico ainda num incipiente - se comparado com os padrões atuais – mundo digital, ao lado de outras transformações editoriais é que marca a chamada Reforma de Navarra (SANTOS, 2011 p.36).

Nos anos 2000, o jornal passa a produzir conteúdo próprio para a internet e consolida sua ligação como o jornalismo regional. Em 2010, por exemplo, conquistou o Prêmio Esso com a série de reportagens Diários Secretos, que desvendou esquema de desvio de dinheiro na Assembleia Legislativa do Paraná. O resultado das investigações gerou a campanha “Paraná

que queremos”, com uma manifestação que reuniu milhares de pessoas na capital do estado. Em 2014, o jornal tem cerca de 200 profissionais na redação, incluindo repórteres, editores, diagramadores, ilustradores, infografistas.

5.3 - A mudança na estrutura interna do Diário dos Campos e os editores

Em 1990, o Diário dos Campos (DC) deixou de circular. Um comunicado da direção na capa do jornal no dia 18 de setembro de 1990 anunciava o fim da sua circulação, por tempo indeterminado, sem dar muitas explicações sobre o motivo. Uma das razões para encerrar a publicação era o sucateamento do parque gráfico. Os linotipos já não eram padrão na produção dos jornais, mesmo no interior do estado no final do século XX, quando passou a se usar o *offset*. A montagem e paginação já haviam se modernizado e o DC não conseguiu acompanhar. Com o sistema antigo, passavam muitos erros na revisão. Além disso, o chumbo, o estanho para as caldeiras e as letras para a montagem das manchetes estavam escassos. A incompatibilidade técnica com o modelo técnico dos anúncios fez o jornal perder gradativamente o número de publicidade nas páginas. Neste período, o chefe de redação era Altair Bail (BUCHOLDZ, 2007). Na edição de despedida, há ainda a informação de que o fechamento aconteceu porque o jornal tinha muitas notícias locais e pouco espaço para as estaduais e nacionais, então não conseguia competir com os impressos estaduais que chegavam à cidade.

A ideia do fechamento do Diário dos Campos já vinha sendo cogitada havia anos, e ela foi apressada com a morte de Ercílio Slaviero, um dos principais defensores do jornal dentro do grupo Slaviero. Do ponto de vista econômico e financeiro, o grupo tinha empreendimentos mais lucrativos que o jornal, e para tornar o Diário dos Campos atraente, era necessário investir pesado no processo industrial. Os linotipos, que tinham atravessado o século XX e que chegaram à década de 90 em plena produtividade, já não eram mais viáveis. O jornal precisava incontestavelmente partir para um processo de informatização para se manter competitivo. (BUCHOLDZ, 2007 p. 145).

Em 1999, o empresário Wilson Souza de Oliveira assume o DC, em uma parceria com o jornal Tribuna do Norte, de Apucarana, e convida a jornalista Alessandra Bucholdz, então repórter da sucursal da Gazeta do Povo em Ponta Grossa, para ser editora-chefe do novo empreendimento. Alessandra já havia chefiado o Jornal da Manhã, na mesma cidade. Com a ajuda de Wilson, a jornalista ficou responsável por reunir uma nova equipe de jornalismo. O

jornal volta a circular em 15 de setembro de 1999, aniversário de Ponta Grossa, com uma edição que trazia um caderno especial sobre a história do DC. Alessandra exerceu o cargo de agosto de 1999 a março de 2003 (BUCHOLDZ, 2013).

Com mais recursos financeiros, a redação do jornal ficou entre as mais modernas do interior do Paraná, com sede na rua XV de Novembro, número 615, um dos principais pontos da cidade. A edição comemorativa de retorno da circulação trouxe uma reportagem com detalhes do processo de montagem e impressão. O jornal era montado em Ponta Grossa e transmitido para a gráfica em Apucarana via Frame Relay. A informatização em Macintosh dos terminais da redação e da montagem, em substituição aos linotipos, representavam um diferencial. A impressora em Apucarana tinha 18 metros de comprimento e 4,5 metros de largura, com capacidade para imprimir cadernos com até 16 páginas coloridas. No início da sua história, ainda fabricado de maneira artesanal com as prensagens, o DC imprimia 300 exemplares, em meio dia de trabalho. Em 1999, eram 30 mil exemplares rodados por hora, com a impressora norte-americana Goss SSC.

A equipe do DC em 1999 incluía um revisor, formado em Letras, que fazia apenas a revisão ortográfica, três diagramadores, sem formação em Jornalismo, uma editora-chefe, um secretário de redação, um editor de Cidades, além sete dos repórteres, formados em Jornalismo. O editor ajudava a coordenar a equipe de Cidades, composta por dois repórteres, uma editoria com maior volume de matérias e páginas do jornal. Ele fazia a edição das matérias e ajudava a pautar. Eventualmente, também escrevia (BUCHOLDZ, 2013).

A editora-chefe participava de reunião de pauta, de maneira mais próxima, com as demais editorias, fazia editoriais, fechamento de capa e definição de manchete. O secretário de redação também era repórter de política, então não se dedicava integralmente ao cargo de chefia, segundo os relatos da então editora-chefe. Ele discutia com a editora-chefe sobre a manchete e a capa do jornal. Também respondia por ela na sua ausência. Assim como o modelo atual de organização, cada repórter era responsável por uma editoria - Cidades, Política, Economia, Polícia, Esporte, Social, Variedades. Em 1990, não havia separação por editorias nomeadas, exceto a Social. O levantamento realizado em edições da época para a pesquisa aponta que os assuntos presentes nas páginas do início da década eram opinião, prefeitura, variedades, poesia, esporte, social, política e polícia. A então editora-chefe defendeu a organização do trabalho com um repórter responsável por cada editoria.

A gente discutiu muito esse modelo. Mas aí você cria laços com a fonte, entendeu? Repórter de economia passa a entender mais de conceito, jargão econômico. Se você mistura, você não consegue especializar o jornalista. (...) A gente achou mais produtivo para o jornal, para o jornalista, a questão da especialização no setor. (BUCHOLDZ, 2013)¹².

No aspecto gráfico, o caderno de variedades incluía entre as inovações o DC Bananas, suplemento de humor feito por um chargista exclusivo para o jornal. No período de realização desta pesquisa, as charges do Diário dos Campos eram compradas de uma agência. No período em que Alessandra ocupou o cargo de editora-chefe, o jornal passou por cerca de três reformas gráficas (BUCHOLDZ, 2013).

A modernização do jornal exigiu que os jornalistas se preparassem. No DC, os novos repórteres foram treinados para trabalhar com os computadores, conforme relato da então editora-chefe. Hábitos anteriormente comuns nas redações, como fumar, precisaram ser abolidos, para não prejudicar os equipamentos.

Foi dado treinamento [aos jornalistas]. Só que daí também tinha regras, não se fumava mais dentro da redação, tinha ar-condicionado na redação, então a gente saltou de um ambiente mais amador que eram os jornais para um ambiente mais profissional. Mas a gente também tinha o desafio de construir aquele ambiente, porque era um jornal novo, começando do zero, então a vantagem é que não vinha com vícios, mas também a gente tinha o desafio de estabelecer um modelo de gestão, uma proposta editorial (BUCHOLDZ, 2013).

Além das inovações técnicas, o jornal adotou reformas e projetos editoriais. Alguns exemplos são o DC nos Bairros, em que semanalmente o jornal dedicava espaço a uma reportagem relatando os problemas em algum bairro da cidade; e Cidadão do Futuro, iniciativa ligada à educação que incentiva a leitura de jornais em sala de aula. “Eu via muito essa necessidade de a gente formar um leitor mais crítico, participativo, atuante enquanto leitor” (BUCHOLDZ, 2013). O DC nos Bairros foi retomado pelo jornal em 2013, e o Cidadão do Futuro já completou 13 anos de execução. Em 2013, três mil alunos do 5º ano receberam exemplares do jornal semanalmente, em 36 instituições de ensino: 32 municipais, três estaduais e uma particular. Até 2013, 35 mil crianças foram atendidas (Diário dos Campos, 08/12/2013).

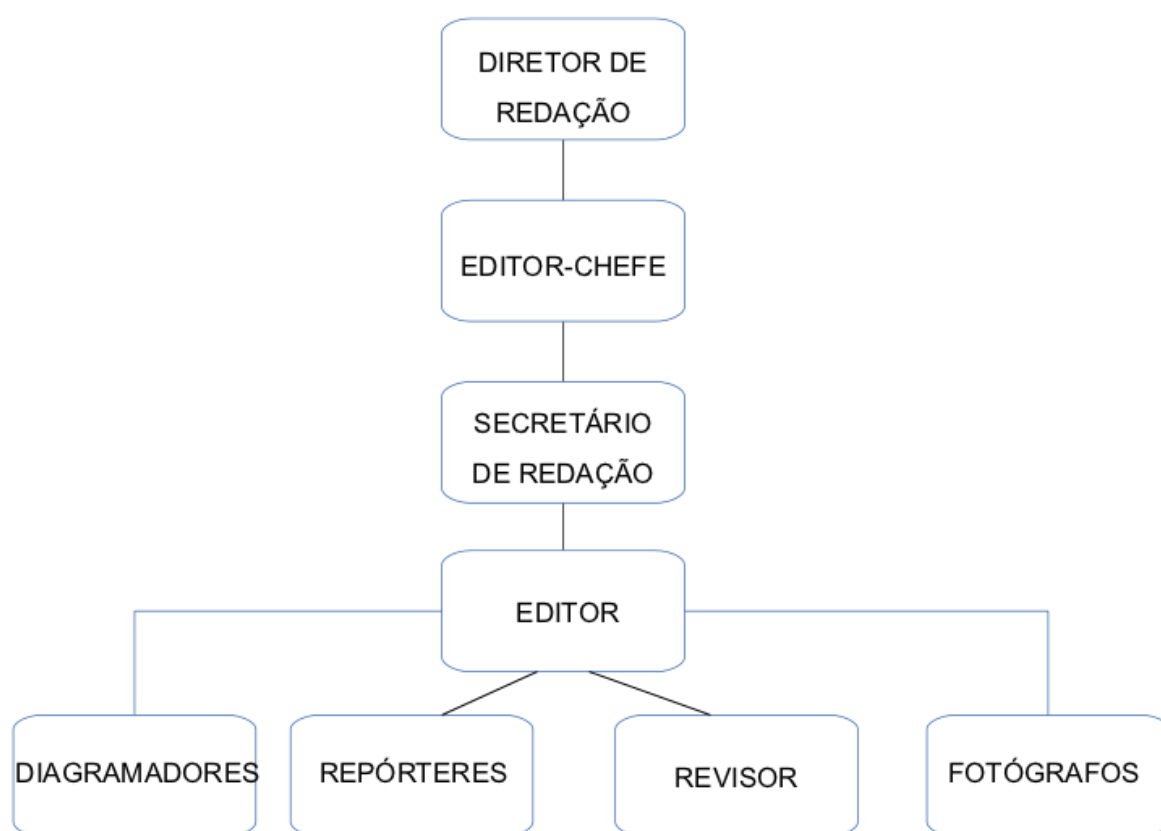
Por fim, a criação da seção Pesquisa DC, uma parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) representou outro projeto do jornal, que passou a publicar informações sobre as pesquisas desenvolvidas em diversas áreas. Ainda sobre padrões

¹² Entrevista concedida à autora em 27 de setembro de 2013.

editoriais, Alessandra relata que o jornal priorizava a investigação e a reportagem “de rua”, evitando tratar apenas temas factuais. Mas essa premissa acabou prejudicada pela falta de estrutura.

Isso foi diminuindo um pouco por questão de cortes. Por exemplo, a gente utilizava muito táxi, o custo começou a ser muito alto, daí começaram a pedir que se usasse menos, isso foi forçando os repórteres a ficar mais dentro da redação, daí se associa já um comodismo (BUCHOLDZ, 2013).

Figura 1- Organograma da redação do Diário dos Campos em 1999



fonte: a autora

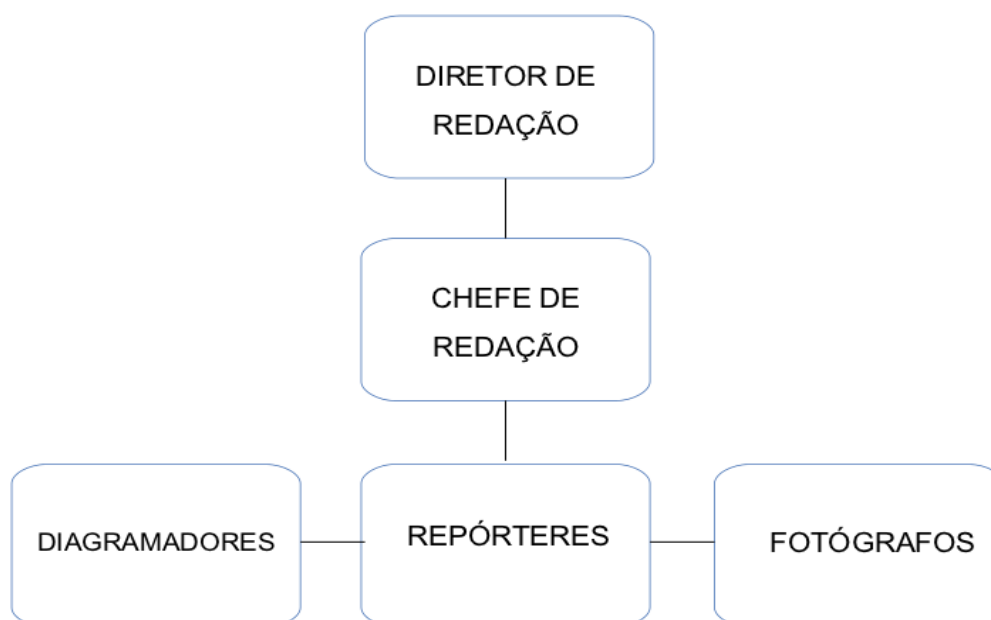
O que se verificou no DC é que os cargos vão desaparecendo com o tempo, até chegar ao organograma atual, com apenas um cargo de chefia do jornalismo. Ou seja, de quatro cargos responsáveis pelo produto final (editor-chefe, secretário de redação, editor e revisor), restou um. Segundo Alessandra, o desaparecimento dos cargos decorreu de cortes financeiros na empresa, por não atingir o faturamento esperado. Após a saída do profissional do cargo,

seja por demissão ou remanejamento, não havia reposição. No caso da revisão, uma funcionária pediu demissão, sendo substituída por uma estagiária do curso de jornalismo. Quando essa estudante se formou, passou a exercer o cargo de repórter.

Quando sai o cargo de revisor, o jornal perdeu no sentido de não ter mais um processo de revisão tão cauteloso. Então o repórter escrevia e ia para o jornal o que ele escrevia. Eu acho que o jornal perde em qualidade, no sentido de que não passa mais pelo funil de outro profissional, já que era uma revisão de língua portuguesa. Então, consequentemente, a peneira acaba não tão fechada. (BUCHOLDZ, 2013).

Quando Alessandra saiu do jornal, o então secretário de redação assumiu o cargo de editor-chefe, e nenhum jornalista foi colocado em seu lugar, eliminando-se o cargo. Quando o editor saiu do jornal, ainda em 1999, seu cargo também não foi repostado. Em 2013, o único cargo de chefia no jornalismo na redação do DC é o chefe de redação. Pode-se dizer que o profissional editor, entendido aqui como chefe de um setor da redação, existiu no Diário dos Campos até 1999. Posteriormente, os demais profissionais na chefia exerceram a sua função.

Figura 2 – Organograma da redação do Diário dos Campos em 2014



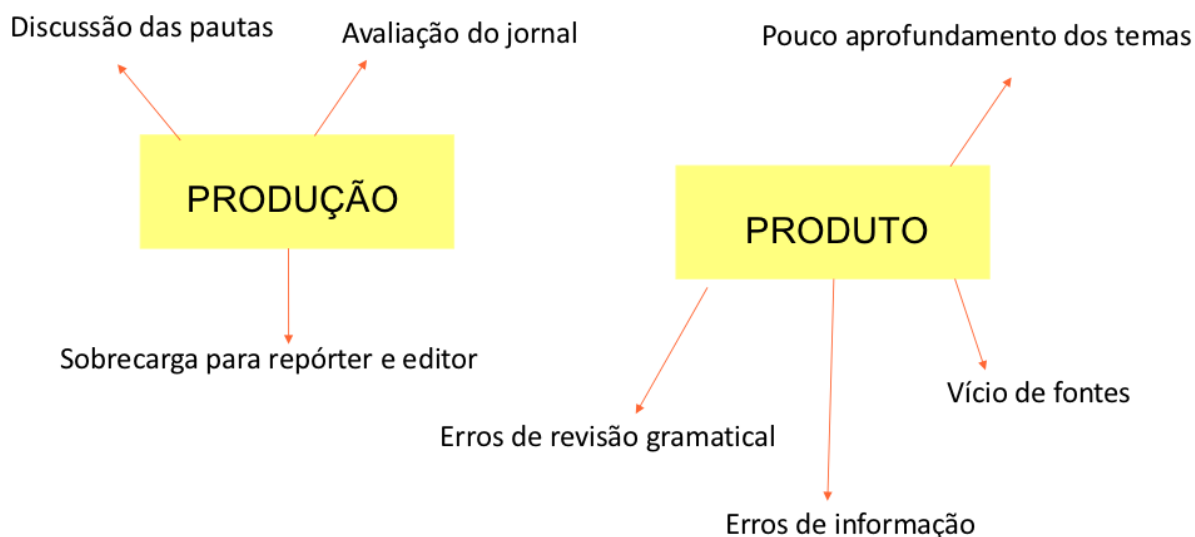
fonte: a autora

No DC, a mesa do chefe de redação fica próxima às duas baias dos repórteres, com

quatro lugares cada uma, e logo ao lado da sala dos diagramadores, à direita da mesa do chefe. Um quadro branco na parede, próximo à porta, marca horário e local das pautas da semana agendadas previamente para os fotógrafos.

O organograma do DC tem apenas dois profissionais em função de chefia. Um diretor de redação, dono do jornal - que não possui formação em jornalismo-, e o Jornalista 1, responsável pelo gerenciamento da produção jornalística. A pesquisa com observação realizada num período de sete dias na redação, em maio de 2013, possibilitou constatar que o diretor, embora exerça funções administrativas, tem participação no conteúdo noticioso, selecionando pautas e eventualmente, sugerindo temas para editoriais. Todos os dias, antes de decidir qual é a manchete do dia, o chefe de redação precisa ligar para o diretor para receber a aprovação dele. Com essa estrutura mais enxuta, quem ocupa o cargo de chefe de redação acaba acumulando algumas funções durante o processo de produção do jornal, é o profissional que realiza o trabalho de edição.

Figura 3 – Impactos do enxugamento da redação



fonte: a autora

Algumas das mais recentes alterações no processo de produção no DC se devem à revisão das horas de trabalho do jornalistas. A jornada de trabalho de cinco horas, cumprida rigorosamente a partir de 2013, tirou dos repórteres parte da responsabilidade pelo fechamento final da página, por exemplo, além de trazer outras mudanças: para tentar deixar o trabalho mais prático, o DC extinguiu as reuniões de pauta - retomadas pelo Jornalista 1, conforme se detalhará adiante. O chefe apenas anota as pautas apontadas pelo repórter e oferece sugestões de enquadramento e fontes. Além disso, a repórter da editoria Geral também exerce funções de edição, contribuindo com o fechamento de algumas páginas.

No DC, também cabe ao jornalista que ocupa o cargo de chefe de redação selecionar o conteúdo da página de opinião: escrever o editorial, selecionar recados para o espaço do leitor, artigos de opinião e a foto do espaço 'Flagra', que registra algum acontecimento inusitado do dia. Esse espaço pode receber material dos fotógrafos ou dos próprios leitores. Essa estrutura “enxuta” pode ser entendida como um processo dos últimos 15 anos. Se em 1999 o DC estava com 12 jornalistas, considerando oito repórteres e três chefes e um revisor, hoje tem sete - seis repórteres e apenas um chefe.

5.4 O perfil e as funções da chefia no *Diário dos Campos* de 1999, 2003, 2013 e 2014

Tabela 1 – Perfil profissional do Jornalista 1, Jornalista 2, Jornalista 3 e Jornalista 4 no jornal *Diário dos Campos*: por sexo, tempo de profissão, período em que ocupou o cargo, cargo e editoria ¹³

Identificação	Sexo	Tempo de profissão	Período em que ocupou o cargo	Cargo	Editoria
Jornalista 1	Masculino	8 anos	2013/2014 (dez meses)	Chefe de redação	Todas
Jornalista 2	Feminino	9 anos	2013	Chefe de redação	Todas
Jornalista 3	Feminino	18 anos	1999 a 2003	Editor-chefe	Todas
Jornalista 4	Masculino	10 a 20 anos	1999	Editor	Geral, Cidades e Cultura

Fonte: autora

¹³ Questionários respondidos em maio e setembro de 2013 e março e 2014.

Tabela 2- Perfil do Jornalista 1, Jornalista 2, Jornalista 3 e Jornalista 4 no jornal *Diário dos Campos* de acordo com a idade ao ocupar o cargo, tempo de trabalho na empresa, cargos que ocupou no jornal e trajetória profissional.

Identificação	Idade ao ocupar o cargo	Tempo de trabalho na empresa	Outros cargos que ocupou na empresa	Trajetória profissional
Jornalista 1	30	7 anos	Repórter de Esportes	Jornal Página Um, free-lancer
Jornalista 2	29	Dois anos e quatro meses	Repórter de Polícia	Jornal da Manhã antigo, Página Um, Prefeitura de Carambeí, Página Um, Jornal da Manhã, Diário dos Campos
Jornalista 3	24	Nove anos	Gestora de projetos	Diário da Manhã, Jornal da Manhã e Gazeta do Povo
Jornalista 4	35	Um ano	nenhum	Jornal da Manhã

fonte: autora

Chama a atenção, nos dados, a trajetória profissional dos editores. Embora jovens, os editores com menos de 30 anos quando assumiram o cargo já haviam trabalhado em pelo menos três empresas. Com aproximadamente dois anos de trabalho no DC, o Jornalista 2 já chegou ao cargo de chefe de redação. A trajetória profissional mostra que além de ter passado pelo concorrente direto do DC, Jornal da Manhã, esse profissional passou por empresas de outras cidades da região, como Castro e Carambeí. Já o Jornalista 1 chegou ao cargo depois de sete anos de trabalho na empresa. A tabela 2 mostra que o Jornalista 3 foi o mais novo a ocupar o cargo, com 24 anos, e permaneceu mais tempo no posto e na empresa. O Jornalista 1 e o Jornalista 2 só passaram por uma editoria do jornal antes de ocupar o cargo. Os dados do DC não comprovam o rejuvenescimento das redações no que diz respeito ao cargo de chefia, mantendo uma média de 30 anos no período.

Como o Jornalista 3, que atuou em 1999, era mais voltado à gestão de recursos e assuntos políticos, o Jornalista 4 acabava, por vezes, acumulando outras funções do chefe e até fazia alguns editoriais, segundo o relato do profissional. As demais editorias ficavam a cargo dos próprios repórteres, como já descrito.

Qualquer repórter que trabalhe no jornalismo diário se sente sobrecarregado, exatamente por ter que exercer outras funções além da de ser repórter. Também são raros os jornais que dividem corretamente as funções dos jornalistas, o comum é virarmos um faz de tudo nas redações. (...) As dificuldades eram muitas, começavam nas questões salariais e se estendiam às de estrutura. Redações desconfortáveis, equipamentos tecnológicos já obsoletos para a época. (...) A pauta era feita na rua, na lanchonete, no café muitas vezes, para onde íamos atrás dos assuntos, já que não tínhamos pauteiro. (Jornalista 4, 2013) ¹⁴

Outra situação importante no cotidiano de trabalho é que no primeiro semestre de 2013 o jornal não tem um espaço de debate entre os jornalistas sobre o conteúdo publicado, prática diária no período relatado pelo Jornalista 4. Pela fala do profissional, fica evidenciada a sobrecarga, mesmo com a divisão mais ampla de funções, em relação ao modelo de trabalho da empresa em 2013.

Tabela 3- Características do trabalho de Jornalista 1, Jornalista 2, Jornalista 3 (1999) e Jornalista 4 (1999/2003) no *Diário dos Campos*: carga horária, forma de ingresso, número de textos jornalísticos que gerencia por dia, de repórteres sob sua responsabilidade, trabalho em finais de semana, sindicalização, salário.

Identificação	Carga horária diária	Como ingressou no trabalho	Textos que gerencia por dia	Quantos repórteres gerencia	Trabalho em fim de semana	Sindicaliz ação	Salário
Jornalista 1	7h30 a 10h	Indicação /convite	10 a 15	6	Sábado	não	O piso mais 30%
Jornalista 2	7h30 a 10 h	Indicação /convite	Mais de 20	6	Sábado	não	O piso mais 30%
Jornalista 3	7h30 a 10 h	Indicação /convite	Mais de 20	8	Sábado	sim	O piso mais 50%
Jornalista 4	7h30 a 10 h	Indicação /convite	De cinco a 10	8	Sábado	não	O piso mais 30%

Fonte: autora

Apenas um dos profissionais afirmou ser sindicalizado quando ocupava o cargo. Quanto ao salário, apenas o Jornalista 3, que ocupava o cargo de editor-chefe, ganhava o piso mais 50%. Os atuais chefes de redação do DC (Jornalista 1 e Jornalista 2), embora tenham

¹⁴ Entrevista concedida em julho de 2013.

acumulado as funções dos cargos que desapareceram, não ganham um salário proporcional ao que afirmou ganhar o Jornalista 3.

Como precisa revisar, praticamente sozinho, todos os textos publicados, os jornalistas que ocupam o cargo de chefe de redação acabam com uma carga média de 40 textos por dia para ler - conforme coleta realizada pela autora, considerando todos os textos jornalísticos publicados, como notas, artigos e *releases*. No questionário, o Jornalista 1 afirmou estar responsável por "de 10 a 15 matérias por dia", o Jornalista 2 e o Jornalista 3 por mais de 20 matérias e o Jornalista 4 por "de cinco a 10 matérias". Esse número reduzido se explica pelo fato de o Jornalista 3 não ser o único chefe na redação no período em que ocupou o cargo, com maior possibilidade de divisão de trabalhos. Em entrevista, Jornalista 1 disse deixar claro para os repórteres que é responsabilidade deles revisar o próprio texto.

Tinha outros chefes que faziam questão de ler todas as matérias. Eu já falo que eu não corrijo textos, quem corrige é o repórter (...). Quem tem que revisar mesmo é o cara que escreve. Mas também sei que são cinco, seis matérias para escrever por dia, uma hora para escrever uma matéria, às vezes menos, alguma coisa passa. Mas eu pego bastante no pé. (JORNALISTA 1, 2014)¹⁵.

Esse é um indicativo de que o acúmulo de funções para o chefe de reportagem passou ao repórter mais responsabilidade pelo formato final do texto que produz. De certa forma, pode-se dizer que o repórter também faz atividades de editor. Atento ao noticiário local, o chefe acompanha principalmente os telejornais, sites e material das agências de notícias e assessorias. Diferente do que acontece em outras redações, o chefe no DC não gerencia o orçamento das editorias – embora controle as saídas dos repórteres e fotógrafos com o único carro do jornal, por exemplo. O tempo de trabalho diário do Jornalista 3 e do Jornalista 4 se assemelha ao padrão atual – mais de oito horas. Os entrevistados mencionam como dificuldade do cargo o relacionamento com outras pessoas. Isso fica evidenciado na fala do Jornalista 1 e do Jornalista 2 no DC.

A parte ruim é a pressão. E ter que chamar a atenção dos repórteres. Às vezes o diretor me fala que eu preciso ser mais rigorosa, cobrar mais deles. Mas é muito difícil. No primeiro dia que assumi como chefe, já tive que demitir uma pessoa. A chefe que estava saindo já havia me passado que não estava satisfeita, e eu tive que fazer isso. Foi muito difícil (JORNALISTA 2, 2014).

Uma dificuldade semelhante foi mencionada pelo Jornalista 1.

¹⁵ Entrevista concedida à autora em 20 de março de 2014.

A questão de se relacionar com as pessoas acho que é complicadíssimo. O chefe de redação tem que se relacionar com muita gente. Com repórter fonte, relação com fonte que quer empurrar matéria, com a direção do jornal, comercial, leitor, é muita coisa. Conseguir se adaptar a isso para mim é muito difícil(...). Ao mesmo tempo que você tem que ter um diálogo com o seu chefe, com o dono do jornal, você tem que gerir uma equipe que está insatisfeita às vezes com o chefe ou com o próprio chefe de redação, que sou eu. Coisa que acontecia comigo também às vezes eu estava insatisfeito com o meu chefe de redação. E eu ter que lidar com isso é muito difícil (JORNALISTA 1, 2014).

Outra desvantagem do cargo citada pelo Jornalista 2 do DC, como a “parte ruim” da chefia, são os erros que saem eventualmente no jornal impresso, seja de gramática ou informação. Ele mesmo indica que a alta carga de atividades para o chefe de redação é um dos fatores que pode explicar a frequência dos erros.

Uma vez saiu matéria com uma porcentagem errada. A repórter colocou 35% de aumento, e era 210%. E passou por mim, e eu não vi. O leitor não viu. Quem viu foi o diretor, e ele me ligou muito bravo. E os jornalistas lendo na rádio, ninguém viu, e era um erro absurdo. Isso é ruim pelo horário que a gente trabalha também, porque fica cansado e acontece isso. Eu acho que tinha eu ser cinco horas de trabalho por dia para o chefe também (JORNALISTA 2, 2014).

Nesta fala observa-se preocupações específicas do Jornalista 2 que chamam a atenção. Além do fato de se sentir responsável pela publicação do erro, há dois outros constrangimentos: a identificação do erro ter partido da direção do jornal, seu superior, e pela repercussão da notícia errada em outros meios de comunicação, o que se percebe no momento em que menciona que a matéria foi lida em um programa de rádio.

O questionário trata das atividades executadas pelo editor na redação. Na questão "Assinale suas atribuições no cargo", era possível assinalar mais de uma alternativa. Eram 23 opções de resposta que incluíam atividades jornalísticas e administrativas, ligadas ou não ao trabalho de edição, conforme a pesquisa bibliográfica. Assim, foi possível identificar as funções que eventualmente tenham desaparecido ou que foram remanejadas no desenvolvimento da história do jornal.

As atividades realizadas pelo Jornalista 2 e pelo Jornalista 3 coincidem, segundo as respostas nos questionários, quanto à edição de textos, definição de pauta, distribuição de pauta, fechamento de capa, seleção de fotos, escrever editoriais, inserção de informações faltantes nos textos, discussão das pautas com o repórter, dar soluções rápidas em caso de imprevistos, monitoramento do noticiário e do material das agências de notícias, seleção de

repórteres para contratação, organização da cobertura fotográfica, e reunião de pauta diária.

A diferença é que o Jornalista 2 marcou ainda as alternativas revisão de textos, seleção e organização de textos nas editoriais, página de opinião (seleção de cartas do leitor, artigos, etc), gestão diária de deslocamento dos repórteres e atualização do site do jornal. Esse sistema de trabalho se diferencia do Jornalista 4 (1999), apenas no que diz respeito a fechamento de capa, não escrever editoriais nem gerenciar os demais itens da página de opinião e, além das reuniões de pautas diárias, mantinha reuniões semanais. Essas atividades ficavam, portanto, de 1999 até 2003, a cargo do Jornalista 3. No entanto, em entrevista, o Jornalista 4 afirmou que eventualmente escrevia editoriais. Ou seja, embora não fosse sua atribuição, ele poderia assumir outras funções da chefia.

O Jornalista 4 assinalou ainda as atividades seleção de fotos e organização da cobertura fotográfica. Nesse sentido, nota-se a sobrecarga de atividades do Jornalista 2, que exerceu a função em um período em que o jornal não tinha mais os demais cargos que colaboravam com o trabalho do chefe, como em 1999.

“Atualizar o site do jornal” é uma função específica dos chefes de redação do DC a partir de 2004, ano da criação do site. Mas há, ainda em 2013 e 2014, um sub-aproveitamento da plataforma digital no processo produtivo e o chefe de redação, por conta da estrutura organizacional, acaba acumulando funções ligadas às mídias digitais, que incluem Twitter e Facebook do jornal. Em entrevista, o Jornalista 2 disse acreditar que tinha mais atividades do que seria sua função. Principalmente quanto ao site, que, de acordo com ele, poderia ficar sob a responsabilidade de outro profissional. Também defendeu que, na estrutura disponível, as funções ficam difusas. “Na verdade, no jornal pequeno, todo mundo é meio pauteiro, meio editor, meio repórter, né? Você não tem pauteiro, então o repórter mesmo faz a pauta. Eventualmente o repórter mesmo edita o material” (JORNALISTA 2, 2013)¹⁶.

O caso do DC mostra como o desafio colocado pelos “novos meios” tem respostas diferentes em grandes empresas de comunicação e em jornais de porte menor. O jornal passou pela criação de um site em 2004 e de perfis em redes sociais posteriormente, porém não tem utilizado o potencial dessas mídias com o mesmo vigor que outros jornais já experimentaram, seja por falta de estrutura, de recursos, ou por posicionamento dos profissionais da direção, como aponta Jenkins (2009).

¹⁶ Entrevista concedida à autora em 20 de maio de 2013.

À medida que passam por essas transformações, as empresas midiáticas não estão se comportando de forma monolítica; com frequência, setores diferentes da mesma empresa estão procurando estratégias radicalmente diferentes, refletindo a incerteza a respeito de como proceder. Por um lado, a convergência representa uma oportunidade de expansão aos conglomerados das mídias, já que o conteúdo bem-sucedido num setor pode se espalhar por outros suportes. Por outro lado, a convergência representa um risco, já que a maioria dessas empresas teme uma fragmentação ou uma erosão em seus mercados. (JENKINS, 2009 p. 47).

Um exemplo que se aproxima do relato de Jenkins (2009) é que a partir do lançamento do portal, o jornal seguiu a tendência inicial dos demais jornais com a nova plataforma: publicar no site o mesmo conteúdo do impresso. O jornal também tem perfil em redes sociais, no qual publica o link das matérias e coleta mensagens para divulgar no “Espaço do Leitor”, além de sugestões de pauta.

Porém, a adaptação acontece a passos lentos. Até 2011, o leitor que tivesse cadastro no site – feito gratuitamente - ou que fosse assinante da edição impressa, tinha acesso ao conteúdo na íntegra. Após sete anos de funcionamento do site, o leitor perdeu esse benefício. O DC passou a disponibilizar as reportagens no site em versão reduzida, publicando na íntegra apenas a editoria Polícia, que tem o maior número de acessos, conforme mostra a lista diária das reportagens mais lidas disponibilizada no site do jornal. Nem mesmo os assinantes têm acesso.

As demais editorias têm até dois parágrafos publicados, seguidos da mensagem: “Leia a matéria completa na edição impressa do DC”. De acordo com o Jornalista 2, a estratégia adotada pela empresa buscou incentivar a compra do jornal impresso, decisão da qual ele afirmou discordar.¹⁷

Deveria ser feito assim: a pessoa que acessa o site faz um cadastro, e quem tem o cadastro consegue acessar a matéria inteira(...). Porque a pessoa pode ser assinante e estar viajando (...). Só que ela quer acompanhar o jornal (...), ela está pagando. Então ela perde o direito de ler o jornal inteiro? (JORNALISTA 2, 2013).

A participação em redes sociais foi um ponto positivo para o jornal, que começou a contar com repercussões imediatas sobre a produção e sugestões de pautas dos leitores. Porém, em abril de 2013, essa interação direta com o público foi prejudicada: a diretoria de redação proibiu o acesso ao *Facebook* no ambiente de trabalho – proibição suspensa no mesmo ano. Nota-se, a partir dessa decisão, que a direção do jornal não vê as redes sociais

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 20 de maio de 2013.

como fator potencializador no contato com a audiência.

As funções administrativas indicadas pelo Jornalista 1 e Jornalista 2 do DC refletem na visão que os próprios repórteres têm da chefia, como se comprovou por outro questionário desta pesquisa. Aplicada aos seis repórteres do jornal, essa ferramenta verificou em que situações o Jornalista 1 era mais solicitado por eles. Nesta questão, havia 12 possibilidades de resposta, além de espaço aberto para escrever outra alternativa não contemplada. Selecionouse, para apresentar nesta pesquisa, as seis opções mais assinaladas.

Na pergunta “Em que situações você solicita auxílio do editor responsável?”, para os repórteres do DC, tiveram mais marcações as opções “sugestão de qual matéria deve ser abre de página”, com cinco marcações, e “viabilizar transporte para reportagem”, também com cinco marcações. As opções “enquadramento de uma reportagem” e “dúvidas sobre ortografia e gramática” tiveram quatro marcações e “sugestão de pauta” e “dúvidas sobre o padrão de estilo de redação” tiveram três marcações.

Predominam as respostas referentes a atividades jornalísticas. No entanto, entre as duas mais assinaladas está uma atribuição administrativa, “viabilizar transporte para reportagem”. Isso acontece porque o DC tem apenas um carro à disposição dos repórteres. Decidir quais pautas são prioridade e quem utilizará o carro primeiro é uma das funções do Jornalista 1. Por vezes, é possível gerenciar a locomoção com táxis, mas por questões controle de gastos, a disponibilidade desse serviço depende da distância a ser percorrida.

A resposta “sugestão de qual matéria deve ser abre de página” teve o mesmo número de marcações. Isso se explica pelo fato de que, no DC, cada repórter é responsável por uma editoria, produzindo cerca de quatro matérias por dia para fechar a página.

As alternativas “conhecimento da linha editorial da empresa”, “sugestão de *lead*” e “sugestão de fonte” não foram assinaladas. Receberam poucas marcações “informações sobre determinado assunto”, “informações sobre as suas férias” e “sugestão de título”, assinaladas uma vez cada uma. Notou-se que os repórteres mais jovens, que também são os que têm menos tempo na empresa, marcaram mais alternativas, entre quatro e seis respostas. Já os repórteres mais velhos, que têm mais tempo de trabalho na empresa, marcaram menos, entre duas e três respostas. Isso indica que quanto mais experiência tem o repórter, menos ele solicita ajuda ao editor.

5.5 A mudança na estrutura interna da Gazeta do Povo e os editores

Em 2014, o departamento de Jornalismo da GP tem cerca de 215 pessoas. Esse número inclui jornalistas, infografistas, webdesenvolvedores, repórteres fotográficos, designers e pessoas da área administrativa, que trabalham com banco de horas, cartão-ponto. Na chefia estão os editores - cada um responsável por uma editoria, os editores-executivos, chefes de reportagem e a diretoria de redação. Mas o organograma já foi diferente.

Nos primeiros anos da década de 1990, o jornal passa a implantar mudanças sugeridas em uma consultoria de professores da Universidade de Navarra, na Espanha, hoje presente em vários jornais brasileiros. Embora alguns autores façam referência a essa consultoria como “Reforma de Navarra”, não existe um modelo elaborado na Universidade para as redações, como explica o consultor Carlos Alberto Di Franco, doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra. “O que existe são professores que, nos seus trabalhos pessoais de consultoria, tiveram influência na imprensa brasileira” (DI FRANCO, 2014)¹⁸.

Essa influência ocorreu principalmente em função do curso Master em Jornalismo, oferecido pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS), realizado em São Paulo desde 1997, e que teve Carlos Di Franco como um dos fundadores. O curso tem profissionais da Universidade de Navarra no seu quadro docente. Já passaram pelo Master gestores e editores de grandes veículos de comunicação brasileiros, como O Estado de S. Paulo, TV Globo, O Globo, Zero Hora, Uol, além de empresas de países como Peru e Paraguai. “Navarra é uma escola de comunicação que está entre as melhores no mundo do jornalismo, que tem um corpo docente muito sólido e professores com grande conhecimento do mercado, são consultores, conhecem as tendências” (DI FRANCO, 2014). Esse conhecimento, segundo Carlos Di Franco, levou grande parte dos alunos do curso a solicitar os trabalhos de consultoria para reformular diferentes aspectos da sua redação, que vão desde projeto gráfico até conteúdo e planejamento. Temas como cidadania na cobertura política e capacidades de gestão para jornalistas alimentam projetos no decorrer do curso. “Desenvolvendo essas discussões no espaço acadêmico, ao longo do tempo isso resulta em projetos interessantes. O próprio Master terminou sendo um laboratório, vários projetos nasceram dentro do Master e foram implantados depois. A influência [de Navarra nas redações] vem da vivência no programa”. (DI FRANCO, 2014). Fazem parte do corpo docente do curso dois profissionais

¹⁸ Entrevista concedida à autora em 19 de março de 2014.

ligados à instituição de ensino espanhola: Alfonso Sánchez-Tabernero, reitor, e Ramón Salaverría, diretor do Departamento de Projetos Jornalísticos da Universidade de Navarra.

No caso da GP, um dos principais benefícios que essa reforma trouxe para a redação, segundo a diretora de redação, Maria Sandra Gonçalves, é o planejamento. Ela defende que isso ajuda os jornais a ocupar o papel que as revistas ocupavam antigamente, com um conteúdo aprofundado e estrategicamente planejado. Também fez parte das mudanças a inserção das reuniões de abertura e fechamento.

Olhando para a história da Gazeta, com o recorte que eu tenho, que são quase 16 anos de Gazeta, eu vejo o quanto o modelo de Navarra foi benéfico para nós. Porque isso de ter abertura e fechamento foi muito bom para nós, né? Então hoje a gente tem na mão o jornal de daqui a quatro, cinco dias. A gente saberá hoje à tarde [segunda-feira] qual é a nossa manchete de domingo. Claro que muitas vezes ela muda, é muito frequente que ela mude ao longo da semana, mas eu não faço um voo cego, a gente faz um voo planejado. (GONÇALVES, 2013)¹⁹.

Sobre o planejamento, que inclui essas reuniões de abertura e fechamento da edição, o professor Carlos Di Franco destaca que "planejar melhor o produto é fundamental", e que é necessário "que as pessoas que vão tomar a decisão final acompanhem de perto da produção diária". "O modelo de reuniões mais cedo faz com que o resultado final seja diferente" (DI FRANCO, 2014).

Outro exemplo sobre a importância do planejamento está nos jornais de domingo. "No fim de semana, tirando sexta-feira, nada mais acontece. As editoriais de política terminam antes do fim da semana. Mas se você tem a visão de que a qualidade do conteúdo é fundamental, pode fazer ótimas edições dominicais" (DI FRANCO, 2014). Sobre as razões que possam ter levado parte dos grandes jornais brasileiros a buscarem um novo modelo para as redações, Di Franco analisa que é a crise modelo de negócios da comunicação. Para ele, o problema da imprensa brasileira é a "morte da reportagem", pois as notícias factuais são lidas na internet e não nos jornais. "Porque as pessoas não querem pagar nada, porque leem na internet. Eu acho que a crise já começa a ser superada" (DI FRANCO, 2014). Para ele, o leitor quer encontrar histórias humanas nos jornais. O professor cita entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 10 de março de 2014 com o jornalista Steve Coll, que assumiu recentemente a direção da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, em que afirma que "o dinheiro vai voltar para o jornalismo"²⁰.

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 11 de novembro de 2013.

²⁰ "Dinheiro vai voltar para o jornalismo, diz diretor da Columbia".

Entre as soluções para esta crise estariam a qualidade da informação e o foco no cidadão. "O que pode nos salvar, a nós que trabalhamos nas empresas, é a qualidade do conteúdo. Num mundo em que as pessoas estão imersas na internet, ou nós temos um conteúdo de altíssima qualidade, ou vamos morrer na praia" (DI FRANCO, 2014).

O cargo de editor-executivo, hoje consolidado na GP, não existia antes dos anos 1990. Segundo a diretora de redação, ele é um cargo típico da consultoria realizada pela Universidade de Navarra, e é o principal responsável pelo planejamento, um "conceituador" do jornal, papel ocupado anteriormente, em certa medida, pelo pauteiro, cargo suprimido após a reforma (GONÇALVES, 2013). Não se pode dizer, no entanto, segundo Di Franco, que o cargo de editor-executivo tenha sido uma criação exclusiva dos consultores de Navarra. "As editorias executivas são realizações antigas. Nós só contribuimos para fazer com que as funções fiquem mais eficientes" (DI FRANCO, 2014).

Figura 4 – Organograma da redação da Gazeta do Povo em 2014



fonte: a autora

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/03/1422926-dinheiro-vai-voltar-para-o-jornalismo-diz-diretor-da-columbia.shtml>. Acesso em 19 de março de 2014.

Os editores-executivos têm uma tarefa mais burocrática. Conversam com a equipe, fazem *feedback*, ou seja, comunicam ao editor ou aos repórteres como tem avaliado o seu trabalho, planejam conteúdo, e se ocupam de atividades gerenciais como organização de escalas e organização de banco de horas. Já os editores preocupam-se essencialmente com a revisão e edição do material jornalístico. O editor-executivo é quem mais participa nas questões estratégicas do jornal.

Eu peguei um pouco só do tempo pré-Navarra. A maioria das pessoas chegava às duas da tarde. E havia repórteres matinais, que recebiam a pauta. Ficava aqui [na redação] de manhã a pauteira, e os repórteres da manhã. E as chefias todas chegavam à tarde. Então duas da tarde, duas e meia, três horas era que havia a primeira reunião para se discutir a manchete do dia seguinte. É um modelo completamente incompatível para tempos em que a gente está toda hora com manchete no site, né? Então, realmente, não funcionaria mais (GONÇALVES, 2013).

Há ainda três repórteres para abastecer o site com conteúdo, subordinados dos editores online. O editor de online é um parceiro do editor. O setor do online existe desde 1996. “Mas é claro que num primeiro momento era um conteúdo estático, depois a gente foi evoluindo. Em 2010 a gente reformula nossa redação, criamos a editoria de mídias sociais, a editoria de vídeos e de webdesenvolvimento” (GONÇALVES, 2013). Um dos editores entrevistados define o trabalho no cargo.

O editor aqui na Gazeta é o cara do fechamento, é o cara que vai ter um pré-planejamento feito. Claro que ele vai ter liberdade pra mudar, pra não mudar, pra fechar do jeito que ele quer. Mas quem pensa pela primeira vez o jornal é editor-executivo, de manhã. Então quando eu chego aqui já tem algo pensado, eu não vou começar o caderno do zero (Jornalista 1, Gazeta do Povo).²¹

Na GP, portanto, o editor está mais afastado das questões administrativas, e tem mais tempo para dedicar ao tratamento e seleção de textos.

²¹ Entrevista concedida à autora em 24 de junho de 2014.

Tabela 4– Perfil profissional dos cinco editores responsáveis no jornal *Gazeta do Povo* em 2014, por editoria, sexo, idade, tempo de profissão, tempo de trabalho no jornal, tempo de trabalho no cargo, outros cargos ocupados, trajetória profissional ²²

Editoria	Sexo	Idade	Tempo de profissão	Tempo de trabalho na empresa	Tempo de trabalho como editor	Outros cargos que ocupou no jornal	Trajetoária profissional até ocupar o cargo
Vida Pública	Masc	38	10 a 20 anos	15 anos	cinco a sete anos	repórter	Somente estágios: Rádio Clube, TV Educativa, escritório de Relações externas da UFPR, assessoria de comunicação
Vida e Cidadania	Fem	31	10 a 20 anos	7 anos	Menos de um ano	Repórter e editor assistente	Assessoria do governo estadual
Caderno G	Fem	33	10 a 20 anos	10 anos	um a três anos	Estágio como revisora, assessoria de imprensa do GRPCOM	Secretaria de Estado de Saúde do Paraná
Esportes	Masc	38	De 10 a 20 anos	13 anos	três a cinco anos	Repórter e editor-assistente	Não respondeu
Economia	Masc	36	De 10 a 20 anos	9 anos	três a cinco anos	Repórter e editor de capa	Jornal do Estado, Revista do CREA-PR, Enter Comunicação

Fonte: a autora

Em 2013, a *Gazeta do Povo* tinha quatro editores homens e apenas uma mulher, no caderno de cultura. Em 2014, há um remanejamento em função da saída de um dos editores do jornal, e uma mulher passa a ocupar também a chefia da maior editoria do jornal, Vida e

²²Questionário respondido em 7 de agosto de 2013.

Cidadania, como mostra a tabela. O editor mais jovem está no Caderno G, com 33 anos. Todos têm pelo menos sete anos de trabalho na empresa. No cruzamento dos dados sobre tempo de trabalho na empresa e tempo de trabalho como editor, chegou-se à conclusão de que nenhum deles ocupou o atual cargo de editor responsável antes de ter pelo menos cinco anos de atuação em outras áreas do jornal. Não é possível afirmar, em todos os casos, que essa atuação tenha sido no cargo de repórter, já que alguns também já foram editores em outras áreas, editor de capa ou editor-executivo. É interessante observar que a editora do Caderno G já foi estagiária e desempenhou a função de revisora. Hoje, o cargo não existe mais no jornal. O editor de Vida Pública é o único que ocupou apenas o cargo de repórter antes de se tornar editor. A tabela revela que ele trabalhou entre sete e dez anos como repórter antes de ocupar o cargo de editor, e os demais profissionais passaram pelos cargos de editor-assistente, por exemplo, profissional que auxilia no trabalho do editor.

Tabela 5 - Características do trabalho dos editores responsáveis na *Gazeta do Povo*, por editoria, carga horária, forma de ingresso, número de matérias que edita por dia, trabalho em finais de semana, sindicalização, salário ²³

Editoria	Carga horária diária	Como ingressou no trabalho	Reportagens que gerencia por dia	Trabalha nos finais de semana?	É sindicalizado?	Salário
Vida Pública	8 a 10 horas	Em continuação de estágio ou trainee	Mais de 20	Sábado e domingo, uma vez por mês	sim	Não responde u
Economia	8 a 10 horas	Indicação /convite	10 a 15	Plantões eventuais	não	Não responde u
Caderno G	8 a 10 horas	Indicação /convite	Cinco a 10	Plantões eventuais	sim	Não responde u
Esportes	Mais de 10 horas	Processo seletivo	10 a 15	Plantões eventuais	sim	O piso mais 30%
Vida e Cidadania	8 a 10 horas	Em continuação de estágio ou trainee	Mais de 20	Plantões eventuais	sim	O piso mais 50%

fonte: a autora

Todos os editores trabalham ao menos oito horas por dia. O editor de Esportes, no entanto, assinalou que trabalha mais de dez horas por dia. Quanto à natureza da contratação, dois jornalistas foram contratados em continuação de estágio ou *trainee*. Os demais receberam o convite ou participaram de processo seletivo.

Quanto ao número médio de reportagens que gerencia por dia, no caso dos profissionais que assinalam mais de 20 matérias, o dado inclui material recebido das agências de notícias. O menor número de reportagens sob a responsabilidade do editor foi encontrada

²³ Questionário respondido em 7 de agosto de 2013.

na editoria Caderno G, enquanto Esportes e Economia têm diariamente entre 10 e 15 matérias. Mais de 20 matérias ficam diariamente sob responsabilidade do editor de Vida e Cidadania. “Mais de 20 matérias” também foi a opção assinalada pela chefe de redação do DC que ocupou o cargo durante o primeiro semestre de 2013. Quanto ao item sobre salário aplicado no questionário, alguns profissionais não responderam à questão pelas alternativas não corresponderem ao valor. Isso acontece pela organização interna da GP quanto à “carreira em Y”, explicada no tópico 5.7.

5.6 Funções do editor na Gazeta do Povo

Na pergunta sobre as atribuições, seis das 23 alternativas foram assinaladas por todos os editores, indicando uma consonância de atribuições entre eles no que diz respeito a edição de textos; seleção de fotos; inserção de informações faltantes nos textos; discussão de pautas com o repórter; dar soluções rápidas em caso de imprevistos; monitoramento do noticiário e do material de agências de notícias.

As demais opções não tiveram consenso nas marcações principalmente por dois motivos: a estrutura organizacional e as diferenças no ritmo de trabalho das editorias, mesmo que todas tenham caráter diário. A definição e distribuição de pautas não tem consenso entre os editores porque parte dessa função fica com os editores-executivos, que todos os dias inserem um planejamento no sistema com o nome de cada repórter responsável e com o prazo para entrega.

Apenas o editor de Vida e Cidadania não assinalou a reunião de pauta semanal como função. As reuniões semanais indicam que o jornal tem um planejamento maior do que o DC, em que a discussão das pautas precisa ocorrer diariamente. Nesse sentido, o jornal do interior se mostra mais dependente de notícias de assessorias de imprensa e agências de notícias, já que, pela rotina, não têm matérias de gaveta.

Diferente do que acontece no DC, em que o único chefe também é responsável pelo conteúdo da página de opinião, incluindo o editorial, na GP essa função está com outra equipe. Há no jornal uma Editoria de Opinião, que seleciona e edita mensagens dos leitores, escolhe artigos de opinião e organiza temas de editoriais.

Outro diferencial entre as alternativas não assinaladas é a organização da cobertura fotográfica, que se explica por uma questão organizacional: o impresso possui um Editor de

Fotografia. O departamento de fotografia é responsável por gerenciar o deslocamento dos fotógrafos e distribuir as pautas. Cabe ao editor apenas selecionar as fotos para a página.

A gestão de orçamento da redação fica a cargo do editor-executivo na GP, assim como a escolha de repórteres para contratação. Nas demais respostas, a marcação não foi consensual. Aí estão os primeiros indícios da dispersão de algumas funções entre outros profissionais do organograma. Um exemplo disso é que mesmo que cada editoria possua um editor-online, um dos profissionais assinalou que também é responsável pela atualização do site do jornal.

Além das alternativas presentes no questionário, dois profissionais incluíram no espaço para inserir outras respostas as funções: escrever matérias e resenhas, gestão do banco de horas dos repórteres e *feedback* aos repórteres, que acontece a cada três meses. Também utilizou-se questionário na GP para verificar as funções do editor mais assinaladas pelos repórteres, de acordo com a sua demanda na produção.

Na pergunta “Em que situações você solicita auxílio do editor responsável?” para repórteres da GP, as alternativas “sugestão de pauta”, “enquadramento de uma reportagem”, “informações sobre determinado assunto” e “sugestão de fonte” empataram com seis marcações. “Sugestão de lead” e “sugestão de qual matéria deve ser abre de página” ficaram com quatro marcações.

Nesta questão, todas as alternativas foram marcadas por pelo menos um repórter. Foram menos assinaladas as respostas "sugestão de título", "informações sobre as suas férias" e "dúvida sobre padrões de estilo de redação", com três marcações cada, "dúvidas sobre ortografia e gramática", com duas marcações e "conhecimento da linha editorial da empresa" e "viabilizar transporte para reportagem", com uma marcação cada. Aqui, os tópicos de gestão tiveram menos marcações, o que comprova a divisão de funções na empresa, em que há outras chefias responsáveis por essas atribuições. Na GP, há menos disparidade na lógica do repórter mais jovem solicitar mais ajuda. Embora o mais jovem tenha marcado mais respostas, totalizando 10, os demais tiveram uma média aproximada, entre seis e nove marcações, variando independentemente da idade.

5.7 Trajetória do jornalista para chegar ao cargo de editor

O organograma reduzido das redações de jornal no interior limita as possibilidades de ascensão profissional do jornalista. Como mostra a Figura 2, no DC, a única via de promoção para o repórter é chegar ao cargo de chefe de redação, prova de uma carreira verticalizada.

Já na GP, há possibilidade de desenvolvimento horizontal da carreira. O jornal tem um modelo de categorização de repórteres e editores, numa escala de um a quatro. Um repórter ou um editor podem, dessa forma, receber uma promoção e continuar no mesmo cargo. Os repórteres quatro, por exemplo, têm salário maior do que os editores três. Mas não é necessário para o repórter passar pelas quatro categorizações antes de se tornar editor. Segundo Santos Neto (2007), o Jornal do Brasil foi a primeira empresa do país a adotar a chamada carreira jornalística em Y, como o modelo da GP.

O que acontecia antes era o bom repórter ter de se tornar editor, editor-chefe, chefe-de-redação, diretor, para progredir funcionalmente. E, na maioria dos casos, o jornal passava a ter um editor mediano e perdia um grande repórter. Na carreira em Y, se progredia na haste redacional, ou na administrativa. Existiam várias classes de repórter, sendo a última delas, repórter especial, com o mesmo salário do maior cargo administrativo da redação (SANTOS NETO, 2007 p. 72).

A justificativa apontada por Santos Neto (2007) para implantação desse método se assemelha bastante ao argumento da diretora de redação da GP. Para ela, esse mecanismo atende, por exemplo, aos casos de jornalistas que já tiveram experiências como editores, mas preferiram continuar atuando como repórteres e voltaram ao cargo.

É melhor ter um bom repórter. Nem sempre um bom repórter vira um bom editor. Às vezes você perde um bom repórter e não ganha um bom editor, ganha um mau editor. Então a gente prefere que todos cresçam nas suas carreiras horizontalmente também (...) É realmente um posto para alguém que já trilhou muita coisa, que tem uma história muito grande aqui. Mas a ideia é ter repórteres quatro, repórteres que ganham mais que a maioria dos editores, que sejam felizes na sua função de repórter, que não queiram virar editor só por conta da questão salarial, se não tiverem vocação para tanto. (GONÇALVES, 2013).

Soloski (1993) traz uma discussão que contribui para a compreensão desse modelo de carreira no profissionalismo jornalístico. O autor aponta que a "escada profissional" funciona dentro do sistema de recompensa para os jornalistas, que contam com o sucesso profissional. Para Kornhauser (apud Soloski, 1963), as empresas são forçadas a desenvolver escadas de

dois tipos: a escada da direção e a escada profissional.

A escada da direção é a tradicional medida do sucesso dentro da organização: os trabalhadores bem sucedidos são recompensados entrando para a hierarquia da direção e para a equipe executiva. A escada profissional foi instituída para recompensar os profissionais bem sucedidos, aumentando os seus vencimentos e categorias sem terem de aumentar as suas responsabilidades supervisoras ou directoriais. (SOLOSKI, 1993 p.98).

No caso da escada profissional, os trabalhadores recebem melhorias "no salário e no status sem assumir deveres administrativos. Em vez de maior autoridade, eles são recompensados com uma maior liberdade no desempenho de suas especialidades" (KORNHAUSER, 1963, p. 205, apud SOLOSKI, 1993, p. 98).

As tabelas salariais do sindicato dos jornalistas do Paraná são respeitadas pela GP, mas também há a definição dos valores dentro da construção do modelo de crescimento horizontal. Nos relatos da diretora de redação sobre as habilidades valorizadas em profissionais para ocupar o cargo de editor, fica evidente que uma das preocupações centrais - além de atribuições básicas como domínio da língua portuguesa - é a capacidade de dar *feedback* aos repórteres.

A gente precisa de muito espírito crítico dentro das redações. E alguém que se sinta confortável dando *feedback* para as outras pessoas, porque tem gente que prefere assim, quando gosta, elogia, mas quando tem crítica, para não magoar, por uma série de razões, prefere não falar. E é lógico que o editor não pode ter essa característica, ele precisa dar *feedback* constante e frequente para o seu repórter (GONÇALVES, 2013).

Seguindo a linha do planejamento nas redações, o professor Carlos Di Franco confirma que a capacidade de dar *feedback* é uma habilidade que pode ser formada. "É impossível fazer conteúdo de qualidade sem falar em repórter e sem falar no editor que conversa com o repórter. Criar mecanismos para facilitar esse tipo de conversa nas redações é fundamental" (DI FRANCO, 2014).

Além das condições técnicas e profissionais que o jornalista precisa ter para se promover a editor na GP, ainda é considerada a afinidade com a linha editorial do veículo.

A gente tem uma linha editorial clara. Então temos uma linha editorial que defende o empreendedorismo, que defende o Paraná e os paranaenses, uma linha editorial que defende a livre iniciativa, uma linha editorial que promove o desenvolvimento das pessoas, que olha para o desenvolvimento social mas também o desenvolvimento das pessoas. Então o grau de comprometimento com essa linha editorial também conta muito para que as pessoas possam ser promovidas a editor (GONÇALVES, 2013).

Os editores da GP também recebem um retorno formal de seu trabalho, duas vezes por ano, realizado pelos editores-executivos. Além disso, semanalmente, nas reuniões de pauta, que reúnem editor-executivo e editor de uma editoria, junto com os repórteres, há um balanço da produção do setor, como um *feedback* informal (GONÇALVES, 2013).

Capítulo 6

A formação e o conhecimento do editor no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo

Este segundo momento da análise traz os dados relacionados à formação e ao conhecimento específico do editor. Algumas perguntas do questionário, das entrevistas semi-estruturadas e dados levantados a partir de pesquisa documental permitiram indicar que tipo de saberes o editor convoca ao exercer o cargo, de onde vem a formação profissional desses jornalistas.

6.1 O editor e os princípios do jornalismo

O questionário formulado para os profissionais continha uma pergunta relacionada aos princípios do jornalismo, e identificou algumas diferenças de percepção sobre as responsabilidades do editor entre os jornalistas da Gazeta do Povo. A questão “Como você vê a responsabilidade do editor com o público e com os princípios do jornalismo?” tinha oito opções de resposta, elaboradas de acordo com o levantamento bibliográfico, e os respondentes poderiam marcar quantas quisessem. Na GP, foram unânimes as alternativas: “fiscalização do poder público”, “garantir a pluralidade da informação e fontes”. Quatro editores assinalaram “incentivar o debate público” e “garantir a ética na coleta de informações”.

Apenas o profissional da editoria Vida Pública adicionou mais opções no espaço destinado a “Outro”: “textos bem escritos, páginas bem diagramadas e atraentes, buscar a fidelidade do leitor, garantir uma seleção de assuntos que deixe o leitor bem informado”. Aqui, trata-se de uma preocupação também ligada à forma e ao conteúdo da publicação, e não apenas à função social da profissão e à ética.

O Jornalista 1 e o Jornalista 2 do DC assinalaram todas as opções, coincidindo com as respostas dos editores da GP. Esse resultado denota uma formação semelhantes desses profissionais, que embora tenham métodos diferentes de trabalho, se aproximam no que diz respeito ao reconhecimento dos princípios da profissão. A importância de captar essa percepção é que ela indica um aspecto da formação dos profissionais.

A entrevista semi-estruturada também questionava os editores se a experiência no cargo de editor possibilitou alguma mudança em sua concepção de jornalismo. A resposta do

Jornalista 2 da GP chama particularmente a atenção. Ele diz que o editor tem que ter um papel de liderança e de olhar a produção de modo geral. As preocupações de um editor se diferenciam das de um repórter porque, segundo ele, o repórter está focado na pauta e o prazo para entregar a reportagem, sem conhecimento sobre o que acontece nas outras editorias, ou no conjunto de reportagens da sua própria editora.

Na edição você tem aquele olhar macro. Olha não só a sua editoria como um todo, como o jornal. Você vem para a reunião e sabe o que os seus colegas estão fazendo. Você abre o mapa da edição e não tem só economia ali, tem todas as editorias, então você consegue saber o que está sendo feito, quais são as expectativas que a capa tem. Isso tudo é um aprendizado, você tem esse olhar no todo. Além disso, você chefiar equipe, você dar tarefas, estar antenado com as coisas que acontecem, saber que você pode contar com x ou y, tem que saber se a pessoa tá com uma demanda alta de matérias para entregar, então talvez você não passe pra ela. E orientação também. Em geral, como editor você já tem uma certa experiência, já tem uma bagagem, uma trajetória. Você empresta essa experiência para o repórter ali, se tá em dúvida com alguma pauta, alguma matéria, não sabe quem ouvir, a gente conversa e dali sai alguma orientação. Que não é definitiva, pode ser que ele não concorde (JORNALISTA 2, 2014)²⁴.

Dessa explanação, pode-se extrair algumas pistas sobre o conhecimento específico do editor. Primeiramente, a noção de que o editor precisa acompanhar a produção como um todo. Quando o editor tem em mãos as informações sobre o que será publicado em sua editoria, as matérias de gaveta com as quais pode se planejar, e o planejamento dos colegas de outras editoriais, ele pode negociar destaque para a sua área, pensar produções conjuntas, repensar abordagens. E nesse aspecto, ele está constantemente trabalhando com valores notícia, com critérios de noticiabilidade, com a repercussão que determinados temas podem ter com o público do jornal, qual é o potencial do material que a sua equipe está produzindo.

Na mesma fala, há uma indicação sobre a formação de editores na prática da redação. Ao dizer que o editor “empresta experiência para o repórter”, o Jornalista 2 sinaliza que as funções do editor, como aconselhar, orientar e corrigir os repórteres é, em parte, responsável pela formação deste para desempenhar o trabalho no cargo eventualmente. Os demais editores também indicaram esse aprendizado na prática nas entrevistas.

²⁴ Entrevista concedida à autora em 24 de junho de 2014.

6.2 Ferramentas de controle de qualidade

A questão da qualidade no jornalismo se inseriu na discussão dessa pesquisa numa consonância entre o discurso acadêmico e dos profissionais. A busca pela excelência técnica leva os jornais a estabelecerem ferramentas de análise do trabalho desempenhado. Entre os instrumentos que podem fazer o controle da qualidade, estão a avaliação de processos e produtos, as reuniões internas da avaliação, se há divisão de controle de qualidade, documentos de políticas de qualidade, manual de redação, código de ética, como apontou Christofolletti (2010), em uma análise de vários veículos nacionais. Na GP, uma análise diária do jornal feita pelos editores-executivos é disponibilizada todas as manhãs no sistema interno da redação, ao qual todos os jornalistas têm acesso, com possibilidade de réplica para os editores. Uma análise também acontece nas duas reuniões semanais de planejamento do jornal, nas segundas e quintas-feiras.

O Conselho Editorial da GP também pode ser identificado como uma ferramenta para controle de qualidade. O grupo se reúne uma vez por semana, às terças-feiras, para fazer uma análise da linha geral seguida pela redação. Integram o Conselho os três sócios principais, o diretor de redação da RPC TV, a diretora de redação e o editor de opinião da GP. Eles comparam as linhas seguidas pelo jornal com a linha editorial e buscam perceber onde há “janelas”. Desses debates podem surgir pautas ou campanhas, como a série “Bem Feito no Paraná”.

A gente estava falando bastante em economia de soluções, mas essas soluções estavam muito focadas em grandes conglomerados, ou em grandes empresas, e a gente estava deixando um pouco de lado as empresas locais. Constatado esse viés, a gente resolveu criar uma série, na conversa com a equipe de economia, acabou se transformando no “Bem Feito no Paraná” (...), com trinta histórias de empresas que foram criadas no Paraná, se desenvolveram no Paraná, enfim, produtos de excelência feitos no Paraná (GONÇALVES, 2013).

Outro exemplo é a série “Ocupe o Passeio”, que defendeu iniciativas de ocupação e revitalização do Passeio Público de Curitiba, atraindo visitantes ao local. Segundo a diretora de redação, não é defensável que o jornalista destaque apenas pautas negativas sobre a cidade, se há possibilidade de incentivar ações positivas e inspirar o público leitor. Como exemplo, ela indica as pautas de volta às aulas, em que geralmente o repórter espera encontrar falta de estrutura nas escolas.

É um mal que a gente vive na nossa profissão, que é sair com a pauta pronta. Eu não só desenvolvi a pauta, eu já desenvolvi a tese que eu vou colocar na minha matéria. Então eu chego lá, vejo tudo funcionando bem, eu sou capaz de voltar e dizer “não tem matéria”. Quando na verdade é justo o contrário. Se eu fui e encontrei tudo dando certo, o porquê uma escola onde se esperava, com todo tipo de adversidade, tudo funcionando mal, tudo dando certo, é aí que tá a verdadeira história. É aí que eu posso fazer a diferença, é isso que eu preciso contar para o meu leitor para inspirá-lo, para mostrar que essa solução pode ser replicada. Então é muito importante a gente tentar quebrar os paradigmas, e você só faz isso se tiver sistematicamente analisando o tipo de cobertura que você faz e confrontando com um conjunto de premissas que você abraçou. Sim, eu quero mostrar o que dá certo. Sim, eu quero ter um jornal bem-humorado. Sim, eu quero ter um jornal de serviço. Se você não se propuser algumas dessas linhas, o seu jornalismo dificilmente, organicamente, vai cair nessas linhas. Você precisa se propor essas metas para poder chegar lá (GONÇALVES, 2013).

Na GP, o editor precisa estar informado sobre essas diretrizes: produzir um jornal que ofereça serviço, bem-humorado, que incentiva o empreendedorismo. Para isso, a linha editorial é frequentemente reapresentada aos editores, o que contradiz a noção clássica de que o jornalista aprenderia os princípios da empresa em que trabalha por "osmose", como descrito pela teoria organizacional e comprovado em estudos como o de Breed (1993). O autor afirma que quando um jornalista novo começa a trabalhar em uma empresa, ele não é informado sobre a política editorial.

A gente também faz o seguinte: nas nossas reuniões de pauta, de manhã, na reunião de abertura, “olha, a gente se propõe a fazer um jornal que seja também divertido e alegre. Que matéria hoje cumpre esse objetivo? Que matéria cumpre o objetivo de mostrar o desenvolvimento do Paraná? Que matéria cumpre o objeto de mostrar apoio ao empreendedorismo? Que matéria cumpre o objetivo de apontar o desenvolvimento humano? Se a gente não faz essas perguntas, automaticamente vai caminhando para um lugar mais ou menos comum, que é essa zona comum de onde a gente quer sair (GONÇALVES, 2013).

Em 2013, o DC já não realizava reuniões de pauta. A partir de março de 2014, o Jornalista 1 resolveu retomar as reuniões, com periodicidade semanal. Segundo ele, o objetivo é, mais do que discutir as pautas, avaliar o jornal, discutir abordagem, fotografia, entre outros pontos.

Eu sempre achei que é válido ter reunião de pauta, mas também sei que é muito difícil fazer, por causa do tempo. Mas pelo menos uma vez por semana a gente tem que ter uma reunião. Não necessariamente de pauta, uma reunião para conversar mesmo, discutir o jornal. Eu penso muito mais nisso do que na reunião de pauta em si (...)Minha ideia sempre foi ter uma reunião de 15 em 15 dias para a gente discutir o jornal. Para ver o que a gente está errando e também o que está acertando, comparar com outros veículos, cobrar, ouvir reclamações (JORNALISTA 1, 2014).

Além dessas reuniões, pode-se dizer que outra ferramenta de controle de qualidade no DC é o uso de manual de redação, um exemplar pessoal que o Jornalista 1 deixa à disposição dos repórteres e incentiva a consulta.

6.3 O ensino de edição nos cursos de Jornalismo paranaenses

A formação de jornalistas para os cargos de chefia em Ponta Grossa passa quase que exclusivamente pela prática na redação. Como se comprova na Tabela 1, todos têm uma trajetória profissional em outros veículos de comunicação e tempo de trabalho de mais de um ano na empresa. A cidade possui dois cursos de Jornalismo – um privado e um público - e ambos não possuem na ementa nenhuma disciplina voltada ao ensino de edição, seja no aspecto de operação sobre textos ou para atividades gerenciais (SILVA, 2013).

Para analisar as grades curriculares em busca de disciplinas focadas no ensino de edição, foram selecionadas as instituições de ensino superior com curso de Jornalismo no Paraná. Isso porque os jornalistas empregados no DC e na GP têm, em grande parte, formação nessas instituições, principalmente na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), no caso de Curitiba.

Diante das mudanças do mercado e principalmente ao rejuvenescimento das redações, este tópico analisa em que medida o ensino universitário prepara os profissionais para atuar no mercado do jornalismo, em especial nos cargos de chefia.

A análise partiu da grade curricular de 24 cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior do Paraná²⁵. Depois do levantamento buscou-se as grades curriculares no sites dos cursos. Porém, nem todas instituições disponibilizam a grade e, entre as que disponibilizam, nem sempre é possível ter acesso à ementa. Assim, este estudo considera somente os cursos que oferecem acesso a esta informação online.

Do total, quatro cursos não tinham sequer a grade curricular disponível para consulta no site. Outras sete publicaram a ementa. Essas sete instituições fazem parte da análise

²⁵ Levantamento realizado no site do Ministério da Educação (MEC), em portais especializados e com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR) identificou 24 cursos de jornalismo em 14 cidades do estado. A busca por cursos de Jornalismo no site do MEC aponta dez cursos em instituições particulares: Universidade Tuiuti do Paraná, Faculdade Assis Gurgacz, Uninter, Facnepar, Faculdades Integradas do Brasil, Positivo, Faculdade de Maringá (Cespar), Cesumar, Faculdade Dinâmica das Cataratas (UDC) e Faculdades Opet. Entre as gratuitas, aparecem UEPG e Unicentro.

apresentada neste tópico: Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Faculdade Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Faculdades Santa Amélia (Secal), Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também foi incluída na amostra a Universidade Positivo, pois a autora teve acesso a um artigo científico que conta as especificidades da disciplina e em seguida contatou o professor responsável pela disciplina para ter informações sobre a ementa.

Dos cursos levantados no Paraná com a grade curricular disponível na internet, apenas dois têm alguma disciplina relacionada à edição, com ementa publicada: a UFPR e a Universidade Positivo. Partiu-se da definição de Soster (2006), que sugere duas concepções para uma disciplina ligada à edição nos cursos de jornalismo: não só a edição como parte do processo de produção jornalística, de formatação das matérias, mas também sob um ponto de vista que o autor chama de jurídico-administrativo, correspondente à manutenção da empresa. Assim, nesta pesquisa buscou-se avaliar esses dois fatores na análise das ementas, os quais dialogam com a noção de competência.

A ementa da disciplina “Planejamento e Produção Editorial”, na UFPR traz os termos “edição jornalística”, “acompanhamento da produção da reportagem”, “construção de um projeto editorial para veículos impressos” e “a empresa jornalística e sua organização”. De caráter semestral, ofertada no terceiro período, aponta como objetivos: “Estruturar a elaboração e distribuição da notícia, adequar forma, conteúdo e demandas da realidade no fazer jornalístico, a hierarquia da informação”. O programa inclui conceitos como editoração jornalística, estrutura da empresa jornalística moderna, técnica do planejamento editorial e produção de um modelo editorial.

O curso de jornalismo da Universidade Positivo (UP), em Curitiba, possui um eixo de Empreendedorismo com três disciplinas: Gestão da Empresa Jornalística, Teoria Geral da Administração e Projetos Inovadores. Em 2009, a disciplina Gestão da Empresa Jornalística passou a se chamar Planejamento em Jornalismo e os estudantes desenvolvem pesquisas nas redações sobre profissionais em cargos de chefia, levando a discussão à sala de aula.

Em Planejamento o objetivo é tratar especialmente do trabalho do editor, responsável por coordenar repórteres em um ou mais setores, administrar todos os demais recursos de produção e o tempo necessário para se chegar ao produto final, nos termos de qualidade desejados, de acordo com a programação do veículo. Isso reflete em todo processo de reportagem, mas nem sempre há esta percepção pelos alunos, até porque não imaginam a possibilidade de assumir essa responsabilidade em início de carreira. As redações atuais desmentem essa noção (SILVA, 2010, p. 4).

Outras seis instituições apresentam disciplinas que designam edição no conteúdo de suas ementas, como Introdução ao Jornalismo e Redação Jornalística. Na ementa da disciplina Redação Jornalística I da UEPG cita-se o termo “edição em jornalismo impresso”. No entanto, nas demais disciplinas de redação ofertadas durante os quatro anos, nem mesmo este termo aparece. Na Secal, localizada em Ponta Grossa, a disciplina Cobertura e Redação Jornalística I e II, no terceiro e quarto semestre do curso, respectivamente, têm na descrição de sua ementa os conceitos “edição” e “edição em jornalismo impresso”.

Outras disciplinas também chamaram a atenção. Embora não estivessem voltadas para o trabalho de edição como operação sobre textos e controle da equipe jornalística, demonstram preocupação com o caráter empreendedor. É o caso da disciplina Empreendedorismo, que aparece principalmente nas faculdades particulares. Na PUC-PR, há as disciplinas de “Empreendedorismo em Comunicação” e “Produção Editorial para Revistas”. O curso do Grupo Uninter tem a disciplina “Gestão de Negócios em Jornalismo”. A Secal oferece a disciplina “Gestão e Cultura Organizacional”, que tem como termos em sua ementa: “Estruturas organizacionais; tipos de organização e formas de gestão; planejamento organizacional estratégico: missão, objetivos, metas; cultura e ambiente organizacional; relações de dependência entre diferentes organizações; fluxos de comunicação e informação; projetos de responsabilidade social na gestão organizacional”. Ou seja, não há referência ao jornalismo.

Na Tuiuti, em Curitiba, o assunto “edição” está concentrado em produções específicas. Fala-se do tema, por exemplo, na ementa das disciplinas de Fotojornalismo, Radiojornalismo e no jornal laboratório. No quarto período do curso, há a disciplina “Reportagem e edição em telejornalismo”.

O curso das Faculdades Opet, Curitiba, tem um módulo de Gestão e Comunicação, em que as disciplinas ofertadas são Marketing, Fundamentos de Gestão, Planejamento Estratégico em Comunicação e Ética e Legislação. Também há outro módulo chamado “Reportagem e Edição”, com as disciplinas Técnicas de Entrevista e Reportagem, Redação Jornalística,

Editoração Gráfica e Eletrônica e Fotojornalismo.

Percebe-se que essas disciplinas abordam o caráter técnico da edição, sem contemplar as definições de Soster (2006) e nem a discussão proposta por Fidalgo (2008) sobre competência e saberes do jornalismo. Assim, não se pode afirmar que preparam o estudante com as competências necessárias para desempenhar o cargo de editor nas redações se que configuram no mercado atual.

É válido ressaltar que outras quatro instituições, apesar de não disponibilizarem a ementa, possuem disciplinas que fazem referência à edição e gestão na nomenclatura. O quarto período do curso da UniBrasil – Faculdades Integradas do Brasil, tem a disciplina Planejamento Editorial. No curso do Grupo Uninter, há uma disciplina de mesmo nome, também no quarto período. O Centro Universitário Cesumar, em Maringá, contém as disciplinas “Edição”, no terceiro ano do curso, e “Gestão de Empresas Jornalísticas”, no segundo ano. A Faculdade Sul Brasil, em Toledo, possui a disciplina “Edição Jornalística”, no 5º período do curso. No entanto, sem acesso às ementas, não se pode afirmar que esses cursos trabalham o tema na perspectiva buscada nesta pesquisa.

Nesta análise inicial, que considerou informações disponíveis em sites sobre a grade curricular dos cursos de jornalismo e suas ementas, ficou demonstrado que as disciplinas dedicadas ao ensino de práticas de edição – no sentido de gestão da produção jornalística – estão principalmente na capital do estado e representam um percentual baixo na amostra levantada. Isso aponta um descompasso da academia em acompanhar as transformações do mercado e da profissão.

A necessidade de formação universitária para cargos de chefia nas redações, no entanto, não é consensual entre os profissionais. O Jornalista 1 afirma que a o curso de jornalismo não ensinou conteúdos que contribuíssem no seu desempenho do cargo, mas avalia que a graduação não tem obrigação de formar jornalistas para ocupar a chefia.

Eu acho que no meu caso, hoje, não diria que fez alguma diferença. Não existe uma formação no curso da UEPG para este tipo de cargo. Mas também considero aceitável, não seria obrigação da universidade trabalhar isso (...). É um cargo que só a experiência de redação dá (...), não que eu ache que eu esteja pronto, mas eu acho que é só a redação que te dá essa base. Mas também pensando em outras áreas, acho que outros cursos também não têm a obrigação de preparar o profissional para cargos de mais responsabilidade, de chefia. Isso pensando na área de humanas, ou biológicas, enfim, na formação universitária como um todo (JORNALISTA 1, 2014).

Uma das interpretações possíveis para essa fala é que este chefe não vê a dimensão

reflexiva da atividade que desempenha. Ou, ao menos, não como algo de deve ser discutido na academia. Assim, para ele, o trabalho do editor é essencialmente técnico e com aprendizado na prática.

6.4 Formação complementar para editores

No DC, dos quatro jornalistas consultados sobre o cargo de chefia, 2 já possuíam pós-graduação enquanto exerciam o cargo. Na GP, dos cinco editores que ocupavam o cargo em 2013, três possuem especialização e um possui uma segunda graduação. Esses números denotam a preocupação dos jornalistas, pelo menos dos que ocupam tais cargos, em possuir uma formação complementar. Ao ser questionado sobre o ensino de edição quando estudante da graduação, o Jornalista 1 da GP afirmou que aprendeu coisas básicas, como trabalho em equipe, e no jornal laboratório gestão de equipe e tarefas. O jornalista não faz menção, por exemplo, a discussões teóricas sobre as funções de um editor. O Jornalista 2 da GP também não diz ter muito aprendizado de edição no curso.

Isso você não recebe na academia. Você não se prepara pra ser editor, você se prepara pra ser um jornalista bem informado, que escreva bem, e interessado pelas coisas. [Formação] Para ocupar cargo de chefia, pelo menos na minha época, não (...) De certa maneira você faz esse trabalho de edição, mas a hora em que te colocam pra fazer esse trabalho de edição ali [na redação], eu não lembrei de nada da faculdade, eu parti da experiência que vivi aqui dentro e outros veículos em que já trabalhei. (Jornalista 2, 2014)²⁶

O aprendizado na academia, para o Jornalista 2, estava em alguns exercícios do jornal laboratório, ao chefiar o jornal, chefiar um grupo de colegas. Na ocasião, os alunos ficavam responsáveis por uma página, desenvolviam pauta, diagramação, apuração, edição, sem muito aprofundamento. Alguns editores, como o Jornalista 2, da GP, afirmaram desejar complementar a formação justamente em função do cargo. O Jornalista 2, que já tinha uma especialização, desejava começar outra, em Planejamento e Gestão de Negócios.

É porque na época que eu respondi seu questionário eu estava em Vida e Cidadania. E agora eu estou em Economia, desde o começo do ano. E aí é uma pós [graduação] para a área, né? Para me inteirar um pouco mais dos assuntos econômicos (...). Porque eu fui repórter e editor de Geral quase oito anos, né? Então você tem que se reciclar. Por mais que a gente conheça um pouquinho de cada coisa, de cada área, quando você tá ali dentro precisa se aprofundar, precisa correr atrás. (Jornalista 2, 2014).²⁷

²⁶ Entrevista concedida à autora em 24 de junho de 2014.

²⁷ Entrevista concedida à autora em 24 de junho de 2014.

A formação complementa desejada, conforme o profissional evidencia nesta fala, não é em áreas da comunicação, e sim em outras áreas. Já o Jornalista 1 disse que já almejava fazer outros cursos antes de ocupar o cargo, que correspondessem à sua área de cobertura, e não ao cargo em si.

Embora nunca tenha sido editor em outros veículos, o Jornalista 2 da GP fez trabalhos esporádicos no cargo, na suplência de outro editor. As noções sobre o trabalho na edição vieram desses períodos, como projetos especiais e cadernos em jornais anteriores – em que fazia pauta, reportagem e edição- e de um jornal de bairro que o profissional contou editar enquanto fazia a faculdade. Mesmo assim, o profissional assinala que a experiência foi desenvolvida na redação da GP. “Eu fui subeditor também, por um bom tempo. Não passei direto da reportagem para a edição. Então como subeditor você vai se antenando dos procedimentos, dos processos, vai fazendo um treinamento informal. Quando surgiu a oportunidade, eu estava preparado”. (JORNALISTA 2, 2014). Já sobre o curso chamado “masterzinho”, o jornalista afirmou que continha discussões filosóficas, sobre os rumos do jornalismo e o papel dos jornalistas. A linha editorial também é reforçada no curso.

Tabela 6– Formação de editores e chefes de redação em 2013/2014 por editoria veículo de comunicação

Jornal	Cargo	Editoria	Formação
Gazeta do Povo	editor	Vida e Cidadania	Graduação em Jornalismo (PUC-PR)
Gazeta do Povo	editor	Vida Pública	Graduação em Jornalismo (PUC-PR), graduação em Administração (UFPR), especialização em Sociologia Política (UFPR).
Gazeta do Povo	editor	Caderno G	Graduação em Jornalismo (PUC-PR), graduação em Letras/Inglês (UFPR, não concluído)
Gazeta do Povo	editor	Esportes	Graduação em Jornalismo, graduação em Direito, especialização em Direito do Trabalho (PUC-PR).
Gazeta do Povo	editor	Economia	Graduação em Jornalismo (PUC-PR), especialização em Sociologia Política
Diário dos Campos	chefe de redação	todas	Graduação em Jornalismo (UEPG, 2004); especialização em Comunicação Política e Imagem, UFPR, 2009/2010
Diário dos Campos	chefe de redação	todas	Graduação em Jornalismo (UEPG, 2005)

Fonte: a autora

A tabela mostra que todos os editores da GP têm formação em Jornalismo, concluída em Curitiba; apenas um deles se formou em universidade pública, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), os demais se formaram na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Três dos cinco profissionais também possuem graduação em outra área (Direito, Administração e Teologia), além de uma outra graduação não-concluída (Letras/Inglês) e três possuem especialização – os editores de Vida Pública e Vida e Cidadania em Sociologia Política e o editor de Esportes em Direito do Trabalho. Para se ter uma ideia dos conteúdos trabalhados na especialização em Sociologia Política da UFPR, a ementa inclui temas como cultura política, instituições e processos políticos brasileiros, políticas públicas, teoria do estado contemporâneo e política e sociedade no Brasil.²⁸ Nesse caso, trata-se de temas relacionados à área de trabalho dos profissionais. Segundo a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, que ouviu 2.731 jornalistas em 2012, o índice de jornalistas com pós-graduação representava 40%, e 61% têm formação em instituições de ensino privadas. A diretora de redação da GP, Maria Sandra Gonçalves, confirma a importância da formação complementar para os jornalistas. Na opinião dela, o jornalismo é uma carreira técnica, e a graduação está mais enfaticamente ligada à técnica.

Técnica é técnica, eu ensino a técnica em dois meses para alguém que venha de outro curso, né? Agora, como é que eu abasteco alguém bem com ideias? Isso é muito o espírito e a vontade de estudar de cada indivíduo que atua dentro do jornalismo. Então sim, a gente gosta muito e acha sim, que, em geral, uma segunda graduação, uma pós-graduação trazem muito valor agregado para o trabalho do profissional. Você pode ver, não é coincidência, mas os nossos editores têm uma segunda graduação ou uma pós-graduação numa área humanística, em geral (GONÇALVES, 2013).

No DC, a formação complementar de jornalistas em cargo de chefia também é comum. Além do Jornalista 2, o Jornalista 3, que possui especialização em Psicologia da Educação (UEPG/2001), MBA em Derivativos e Informações Econômico-Financeiras (Fundação Instituto de Administração/USP, 2003) e MBA em Gestão Empresarial com ênfase em Direção Estratégica (Fundação Getúlio Vargas, 2007).

Se faltam disciplinas que ensinem a prática de edição nas instituições de ensino superior, como demonstrado no tópico anterior, há cursos de especialização ou

²⁸ Segundo informações retiradas do site <http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiapolitica/ementa/>. Acesso em 26 de agosto de 2013.

aperfeiçoamento focados apenas nas funções de chefia no jornalismo. É interessante analisar a composição desses cursos para identificar qual é a compreensão sobre os saberes dos jornalistas que estão acima dos repórteres na hierarquia da redação. Empresas como a GP encontram no curso que chamam de “Masterzinho” uma saída para ter profissionais com melhor formação humanística para operar na redação, tanto repórteres quanto editores. Trata-se de um dos treinamentos oferecidos aos editores pelo jornal, um curso com duração de três semanas com conteúdo de política, economia, filosofia. A justificativa de que o profissional precisa de formação que complemente a técnica. Esse curso é uma versão compacta do “Master em Jornalismo: Gestão Estratégica e de Marcas”, do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS), já mencionado em tópico anterior, que tem parceria com a empresa.

Também há treinamento de RAC – Computer Assisted Reporting Company - reportagem construída no computador – e de acesso a dados públicos, com a equipe da ONG Contas Abertas, de Brasília, que trabalha com acompanhamento de orçamentos públicos. Os repórteres também recebem tais treinamentos, com diferença em alguns conteúdos, mas com objetivos semelhantes. A diretora de redação da Gazeta do Povo, Maria Sandra Gonçalves, explicita a necessidade de formação na área de humanidades para os jornalistas.

O material de trabalho de um jornalista são as ideias. Então pouco resultado se verá de um jornalista que não for bem abastecido com ideias. E aí, claro, a gente prega, principalmente a gente preza, favorece e estimula que o jornalista se abasteça das ideias que comunguem com a nossa linha editorial, né? A gente acha que a visão de mundo que o jornalista tem vai parar na reportagem dele (...). Então a gente acha que é muito importante que os nossos jornalistas estudem ciência política, estudem história, história da arte, direito da comunicação, porque é muito comum que os jornalistas não entendam o alcance e a responsabilidade do que escrevem, do ponto de vista do direito. Que reflitam sobre os seus papéis, que reflitam sobre os dilemas jornalísticos, até onde eu vou, até onde eu não vou. Que reflitam sobre filosofia política, sobre história, sobre literatura, enfim, sobre todos os campos do humanismo, que são os campos que enriquecem uma pessoa com ideias e que essas ideias são a matéria-prima principal do trabalho do jornalista. Mesmo que ele vá cobrir economia, o conhecimento que ele tem de história da arte trará riqueza para dar enriquecimento para as suas reportagens (GONÇALVES, 2013).

Um levantamento realizado para esta dissertação localizou cursos de especialização no Brasil para jornalistas que ocupam ou que pretendem ocupar cargos de chefia nas redações. A ESPM oferece, em São Paulo, a pós-graduação em Jornalismo com Ênfase em Direção Editorial. Em um manual do candidato, o curso aponta como objetivos “Proporcionar a jornalistas em meio de carreira — com experiência como repórteres ou editores — a formação necessária para o exercício das funções de Direção Editorial de jornais, TVs, revistas, rádios,

sites e empresas de mídia em geral”.

O texto ainda fala em aprofundar o estudo da atividade editorial como empreendimento. As 14 disciplinas ministradas são: História e Mudanças na Imprensa; Marketing e Gestão Estratégica; Legislação, Justiça e Liberdade de Imprensa; Ética na Imprensa; Gestão de Pessoas; Informação e Comunicação na Era Digital; Edição e Design; Administração de Negócios Editoriais; Teoria Econômica; Gestão de Processos; O Jornalista e os Números; Modalidades Jornalísticas; Casos que Ensinam e Indicadores de Qualidade Editorial.

Chama a atenção, principalmente, para esta pesquisa, a ementa da disciplina “Casos que ensinam”, que se dedica ao ensino de “Grandes histórias de sucesso e fracasso. Como estudar e tirar lições de episódios que puseram à prova a competência de gestores e editores (...)”, e “Indicadores de Qualidade Editorial”, que fala em “Como estabelecer critérios para medir objetivamente a qualidade editorial. Como utilizar pesquisas (qualitativas e quantitativas) com a audiência na avaliação da qualidade editorial”. Ambas evidenciam algumas especificidades do conhecimento dos jornalistas em cargos de chefia.

A grade do MBA em Jornalismo: Gestão Editorial, na Tuiuti, em Curitiba, possui quatro módulos: Gestão e Fundamentos, com as disciplinas Gestão Editorial e Jornalismo e suas Especializações; Ética, Legislação e Liberdade de Imprensa e Metodologia de Projeto Específico. Outro módulo é o de Gestão Estratégica, com as disciplinas Gestão de Empresa de Mídia; Gestão de Pessoas e Liderança; Gestão de Marketing e Comercial e Qualidade no Jornalismo.

Outro módulo é Gestão por tipos de Mídias, com as disciplinas Informação e Comunicação Digital; Mídia Impressa; Rádio e Televisão Corporativa; Relações com os Públicos, com as disciplinas Fontes de Notícias; Comportamento do Público; Parceiros e Fornecedores; Relações com Anunciantes e Agências de Propaganda. Entre os objetivos descritos no site do curso estão: “proporcionar e empreendedores e jornalistas formação profissional para a gestão em cargos de liderança em jornal, revista, internet, rádio e televisão” e “capacitar profissionais para administrar uma organização de mídia ou gerenciar uma editoria ou produção editorial”.

As disciplinas no curso Master em Jornalismo, Gestão Estratégica e de Marcas, do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) também estão divididas em módulos. O módulo Gestão Estratégica tem as disciplinas Filosofia editorial: algumas reflexões;

Estratégia editorial e foco na audiência; Planejamento e gestão estratégica de empresas de comunicação; Gestão estratégica de talentos; perfis de liderança; Gestão estratégica de convergência multimídia; Análise das empresas informativas; Gestão estratégica de marcas. Funções e Processos: Gestão financeira e orçamentária; Gestão de inovação; Jornalismo online; Ferramentas do mundo digital. Outro módulo trata de Capacidades gerenciais na Redação, com as disciplinas Ética da comunicação; Direito da comunicação; Literatura e humanismo; Excelência e desenvolvimento humano; Filosofia Política; Informação.

O curso define em seu material de divulgação que tem como objetivo “a capacitação de profissionais que ocupam ou que se preparam para ocupar cargos de chefia nas empresas de comunicação”. Assim, busca provocar uma reflexão sobre princípios editoriais e gerenciais. “Permite, portanto, o desenvolvimento de habilidades que facilitam o exercício tanto das tarefas de cunho empresarial – gestão de pessoas, finanças, planejamento – quanto das vinculadas ao exercício e à reflexão editorial – alinhamento da cobertura, uso das novas ferramentas multimídia, implantação da convergência de redações e de mentes, entre outras”, diz o texto de divulgação no site do curso²⁹.

Criado em 1997, o Master em Jornalismo surgiu com a ideia de que “as redações, sobretudo no nível de comando, como os editores, etc, necessitam, além de aprofundamento nas questões editoriais e de conteúdo, desenvolver ferramentas de gestão que não têm” (DI FRANCO, 2014). Para Carlos Di Franco, coordenador do curso, as escolas de jornalismo não preparam para gestão. Isso inclui gestão de planejamento estratégico, orçamento, gestão de pessoas, coordenação de uma equipe, formar talentos, criando um espaço para discussões editoriais e de gestão. “Montamos o curso com bastante apoio da Universidade de Navarra, o Master foi o grande laboratório para as experiências na imprensa brasileira” (DI FRANCO, 2014). Segundo o coordenador, Carlos Alberto Di Franco, o Master reúne anualmente um grupo de editores variado, com editores de grandes jornais ou emissoras, representando jornais pequenos, nacionais, regionais e de outros países. Na análise dele, a formação em gestão para jornalistas é imprescindível para o funcionamento das empresas de comunicação.

O objetivo do curso é fundamentalmente preparar pessoas que sejam capazes não apenas de entender as ferramentas de gestão, não apenas uma planilha financeira. Que sejam capazes de influir na estratégia editorial das companhias. **Estamos convencidos que elas são mais eficientes enquanto empresas, em qualidade de conteúdo, se a gestão estratégica tiver participação direta dos jornalistas [grifo nosso].** O jornalismo é uma indústria com muita cultura própria. Não há ninguém

²⁹ <http://www.iics.edu.br/comunicacao/cursos/master-em-jornalismo/>. Acesso em 12 de março de 2014.

melhor para realmente tocar a estratégia das empresas de comunicação. Se os jornalistas têm talento para cargos de comando, têm crescimento no cargo de gestão, a empresa vai se beneficiar muito (DI FRANCO, 2014).

Uma característica a destacar dos cursos ministrados em São Paulo é a presença massiva de profissionais da imprensa como professores, enquanto que o curso de Curitiba tem um quadro docente essencialmente teórico. Quanto às disciplinas, pode-se perceber a grande presença de conceitos ligados à administração e gestão, mas também de coordenação da equipe jornalística e para desenvolver uma percepção crítica sobre o produto jornalístico.

A Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas possui especialização em Gestão e Produção em Jornalismo, que tem entre as disciplinas Ética e Deontologia do Jornalismo, Gestão da produção jornalística e Modelos de negócio no Jornalismo. Pode-se encontrar especializações semelhantes na União das Faculdades dos Grandes Lagos (Unilago), em São José do Rio Preto (SP) e no Centro Universitário do SENAC, também em São Paulo.

Na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), já houve planejamento de uma pós-graduação em Edição em Jornalismo, em 2010. Porém, a universidade não conseguiu reunir o número de inscrições necessário. O material de divulgação dizia que a especialização se destinava a “profissionais graduados em jornalismo que atuam ou desejam atuar em jornais, revistas, rádios, televisões, assessorias de imprensa, webjornais, blogues e microblogs de natureza jornalística na função de editor”.³⁰ Um grupo de professores da UNISC já havia organizado uma série de livros que abordavam a edição: “Edição em Jornalismo: Ensino, Teoria e Prática” (2006) e “Edição de Imagens em Jornalismo” (2008), e aí surgiu a ideia de estender os debates para uma pós-graduação, como explica o professor Demétrio Soster, pensando em jornalistas que estão ocupando esse cargo cada vez mais cedo.

A gente pensou em organizar esse livro justamente pensando nesse público-alvo, mas também nos que pesquisam edição, e sobretudo naqueles que ainda ensinam edição. Eu digo 'ainda' porque são raras as universidades hoje que têm uma disciplina de edição em jornalismo na sua grade curricular. O discurso é que essa entrada, essa disciplina se pulveriza nas demais disciplinas, mas isso é uma falácia, porque é um fazer extremamente específico que tem uma lógica específica. Então, a preocupação com edição nasce nesse contexto, né? Instrumentalizar os jovens aprendizes. Porque hoje, com um ano e meio, dois anos de redação, tendo alguma versatilidade, alguma cultura, algum conhecimento específico bacana o rapaz e a menina já estão fazendo edição. E a pós [-graduação] caminhou nesse sentido

³⁰ http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651:oportunidades-a-carreiras-unics-oferece-curso-de-pos-graduacao-de-edicao-em-jornalismo&catid=120&Itemid=103. Acesso em 14 de março de 2014.

(SOSTER, 2013)³¹.

Conforme o relato do professor, o curso não chegou a funcionar, pois não houve fechamento de turma com alunos suficientes. No entanto, aqui se coloca mais uma alternativa para o ensino de edição.

Figura 5 – Indicações sobre o conhecimento específico do editor



fonte: a autora

A partir das entrevistas, levantamento de dados e levantamento bibliográfico, é possível indicar algumas particularidades sobre editor no jornalismo impresso regional, a partir dos dois jornais estudados. Uma possível resposta à pergunta de pesquisa deve considerar essas variáveis que, embora tenham nominadas igualmente nos dois jornais, se manifestam de maneiras diferentes, em função das características organizacionais. A necessidade de dar *feedback* existe do DC e na GP. Porém, ambos têm dificuldade para por em prática. No DC, porque os entrevistados relataram certo constrangimento em cobrar mais qualidade na produção do repórter. A na GP, há relatos da falta de tempo para dar um retorno mais efetivo

³¹ Entrevista concedida à autora em 8 de novembro de 2013.

aos profissionais.

Quanto à visão ampla da produção, pode-se incluir as funções de acompanhamento do noticiário e da rotina de outras editorias e da evolução da sua própria editoria como um todo – no caso da GP- enquanto o repórter pode estar mais concentrado apenas no material que está produzindo. O conhecimento sobre o leitor também é uma característica por vezes mais ligada ao chefe, que faz acompanhamento dos comentários nas reportagens e recebe e-mails do público. Assim, pode ter maior esclarecimento do perfil do leitor.

As noções sobre os princípios do Jornalismo foram inseridas nesse esquema por constarem nas respostas dos questionários – de maneira muito semelhante nos dois jornais. O resultado demonstra que o profissional da edição tem esclarecimento sobre seu papel na sociedade e sua responsabilidade com o interesse público.

6.5 Propostas para uma disciplina de edição jornalística

Figura 6 – Disciplina de edição jornalística



fonte: a autora

Esse esquema buscou seguir as variáveis apontadas na Figura 5. Esta dissertação mostrou, em tópicos anteriores, que faltam disciplinas que tratem o tema da edição, das funções do editor no jornalismo impresso - e mesmo digital – nos cursos de jornalismo paranaenses. E constatou que a atividade do editor envolve competências relacionadas às deontologias do jornalismo - formação acadêmica e profissional - e formação de mercado, que considera as transformações do mercado de jornalismo e do sistema organizacional. Um caminho possível seria propor como poderia ser elaborada uma disciplina de edição em jornalismo, com base nas entrevistas com profissionais, professores, nas novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo, ementas de disciplinas e programas de cursos de especialização na área.

O levantamento trazido por esta pesquisa indicou programas de pós-graduação na área de edição e disciplinas em cursos de graduação ligadas ao tema – sendo apenas uma comprovada no Paraná e outras em demais estados. Uma análise da ementa disponibilizada nos sites de tais cursos considerou o conteúdo trabalhado.

Uma disciplina de edição deve discutir critérios de noticiabilidade e hierarquização da notícia; rotinas de produção ligadas à função do editor, o organograma das redações – de mídia nacional e regional. Alguns tópicos presentes na ementa da disciplina Planejamento e Produção Editorial, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), são relevantes para uma disciplina de edição e condizem com parte da discussão que essa pesquisa apresenta, no que diz sentido ao conhecimento necessário ao editor da produção jornalística como um todo. É o caso de “a empresa jornalística e sua organização”, “a estrutura da empresa jornalística moderna”, “o acompanhamento da produção da reportagem”, “a edição jornalística” e “a hierarquização da informação”. É interessante notar que a bibliografia utilizada na disciplina da UFPR, conforme informado na ementa, incluiu desde livros que falam da história e organização de empresas jornalísticas, como *Mil Dias – Seis mil dias depois*, de Carlos Eduardo Lins da Silva, sobre a Folha de São Paulo, até livros com lições básicas de reportagem, apuração, pauta e valor-notícia. O programa inclui ainda livros que discutem a profissão e os deveres do jornalismo, como *Os elementos do jornalismo*, de Bill Kovach e Tom Rosentiel e *Os jornais podem desaparecer?*, de Philip Meyer. Esses três livros interessam particularmente à composição de uma disciplina de edição em jornalismo, no modelo que esta pesquisa defende. Isso porque todos permitem uma discussão sobre o papel

do editor em uma grande empresa jornalística – caso da Folha de São Paulo, e uma discussão sobre os desafios do jornalismo e sua responsabilidade perante o público. Da mesma forma, conteúdos sobre produção básica de notícias, como noticiabilidade e apuração podem ajudar na formação de um editor, mas deve-se incluir também conteúdo sobre checagem de informações – discussão que o próprio livro *Elementos do jornalismo* traz.

Ao expandir a busca por disciplinas de edição nas universidades federais do sul do país e em conversa informal com uma repórter da Gazeta do Povo formada em Santa Catarina, encontrou-se ainda no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a disciplina Edição. O plano de aula foi fornecido pelo professor responsável, Ricardo Barreto. Com a descrição detalhada do conteúdo, pode-se afirmar que a disciplina se aproxima da proposta defendida neste tópico. Fala-se da divisão de funções dentro da redação (edição-executiva, diretor de redação, editor-chefe, secretaria de redação, editor sênior, editor assistente, editor júnior, editores setoriais, pauteiro, e até secretaria gráfica produção gráfica e pré-impressão).

O interessante na análise dessa disciplina é que para além das funções e organização dos profissionais, foca na organização da empresa e em todo o processo de produção, o conhecimento sobre a divisão dos cadernos e o tratamento do material jornalístico. Manuais de redação, edição de páginas, funções do título, perfil e demandas do público-alvo, *gatekeeping*, agenda-setting, pauta regional, cargos de confiança e “tendências do mercado editorial brasileiro e internacional” são alguns tópicos que chamam particularmente a atenção. Parte da bibliografia utilizada é produção do próprio professor e parte da revista *Carta do editor*. Também há bibliografia sobre jornalismo opinativo e sobre lições e conceitos básicos da profissão, no caso o livro *A arte de fazer um jornal diário*, de Ricardo Noblat, e *Conceitos de Jornalismo*, de Michael Kunczik. Um dos pontos mais interessantes da bibliografia é o uso do Manual de Checagem da Associação Americana de Jornais. Sobre as duas disciplinas, pode-se afirmar que a bibliografia considera bastante o conteúdo sobre o jornalismo norte-americano, ainda sim com menções à imprensa nacional e regional. Parte dos livros traz experiências do mercado e da rotina do jornalismo ao falar de edição, como é o caso de *A arte de fazer um jornal diário* e *Elementos do Jornalismo*. Isso, de certa forma, retrata a necessidade de a academia discutir e envolver tal concepção no âmbito das pesquisas e formação.

Nas entrevistas, é consenso entre os editores que entre os maiores desafios e

dificuldades do cargo está a relação com outros setores, e com a própria equipe. Uma saída seria incluir em uma disciplina de edição tópicos como “a gestão da equipe jornalística”, e “controle de qualidade na redação”, que pudessem apresentar aos estudantes formas de acompanhar a produção e entender a necessidade de dar *feedback* aos repórteres. No entanto, vale considerar que no caso do DC não se trata apenas de um conteúdo trabalhado ou não na formação do profissional, mas também envolve a sobrecarga de atividades que o jornalista tem no cargo. Aí há uma limitação da própria empresa. Mas uma disciplina deve considerar essas limitações e formar jornalista com visão crítica do jornalismo, dos produtos jornalísticos, com um tipo de conhecimento que corresponda a demandas do mercado e às Diretrizes Curriculares aprovadas em 2013.

Conclusão

Esta pesquisa de mestrado foi uma tentativa de, unindo dados sobre a formação dos jornalistas e as transformações pelas quais as redações regionais passaram nos últimos anos, dar algumas pistas sobre o conhecimento específico dos profissionais que desempenham a função de edição nos dois jornais analisados. Para tal, a dissertação teve como aporte teórico o *gatekeeping*, Teoria Organizacional, valores-notícia e saberes do jornalismo. As informações coletadas dão indícios de um perfil múltiplo de profissional à frente do processo de edição no Diário dos Campos (DC) e na Gazeta do Povo (GP). Pode-se afirmar que o cargo sofreu transformações relacionadas às reformulações no organograma das duas redações, decorrentes, principalmente, de crises, além da incorporação da internet no processo produtivo.

O DC, a partir de 1999, passou a perder cargos de chefia na redação por motivos financeiros e administrativos. Gradativamente, editor-chefe, secretário de redação, editor e revisor foram extintos, e deram lugar ao profissional denominado chefe de redação. As responsabilidades do jornalista que ocupa esse cargo pouco se aproximam das definições conceituais do cargo de editor levantadas pelos teóricos e pesquisadores nesta dissertação, como reunião de pauta, revisão de textos e controle da qualidade da produção.

Se, por um lado, eles correspondem ao perfil que envolve tanto funções jornalísticas quanto administrativas, tais como gestão de transporte e pessoal e relação com outros departamentos da empresa, conforme apontam autores como Pereira Júnior (2009), estas acabam impedindo que o editor se dedique mais às funções jornalísticas. Na atual estrutura de trabalho, o acúmulo de funções é um empecilho para os profissionais que ocupam cargo de chefe de redação no DC. Parte das reclamações dos profissionais entrevistados fazia referência ao tempo gasto com funções não jornalísticas ou cumulativas, como a atualização do site, que limitavam seu tempo de ação sobre o material produzido e sobre as demais atividades de sua responsabilidade, como seleção de cartas do leitor, produção do editorial e seleção de artigos para a página de opinião.

Outra mudança evidente no DC é que, com poucos repórteres e apenas um chefe, os repórteres têm mais responsabilidade sobre o material final de sua editoria, escolha de fotos, revisão gramatical dos textos e verificação das informações. Eles acabam experimentando na sua rotina algumas funções de um editor. Os repórteres são responsáveis por sugerir as pautas

que vão ocupar sua página, e sua produção diária soma, em média quatro ou cinco matérias.

Os questionários aplicados com repórteres no DC revelaram duas funções de naturezas diferentes empastadas. Na pergunta “Em que situações você solicita ajuda do chefe de redação?” aparecem, com o mesmo número de marcações, “sugestão de qual matéria deve ser abre de página” e “viabilizar transporte para reportagem”. Depois, aparecem sugestão de enquadramento da reportagem e dúvidas ortográficas. Esse dado corresponde à ideia de que também há atividades não jornalísticas na rotina do chefe. Já na GP, sugestão de pauta e enquadramento de reportagem são as opções mais assinaladas. Nenhuma das funções administrativas foi marcada pelos repórteres.

Na Gazeta do Povo, grande parte da mudança ocorreu em função da consultoria contratada pelo jornal em 1990, um grupo de professores da Universidade de Navarra, na Espanha, que inseriu o modelo de abertura e fechamento, com profissionais dedicados com mais foco em um desses processos, como os chefes de redação, e instituiu o cargo de editor-executivo, que assumiu função de distribuição de pauta e planejamento do jornal. Os editores da GP, dessa forma, se dedicam principalmente aos textos que serão publicados, ao espaço que cada um deles terá na página. As funções dos editores aproximam-se mais dos conceitos referentes ao cargo de editor abordados na pesquisa.

Como apontou um dos jornalistas da GP na entrevista, quando o editor chega para trabalhar, sua página já está planejada pelo editor-executivo, ele já sabe o que deve sair no jornal do dia seguinte, precisa apenas editar. Os repórteres podem também sugerir pautas, mas não são responsáveis pelo fechamento de uma editoria completa. Embora tenham que produzir um bom texto final, a decisão sobre a versão que será publicada, desde chapéu, título, linha de apoio e *lead*, são do editor. Um dos profissionais afirmou, em entrevista, que quando chega para trabalhar, o caderno já está “pensado”, embora ele tenha liberdade para alterar o que achar necessário.

A pesquisa mostrou que um chefe de redação no DC tem sob sua responsabilidade diariamente uma quantidade de reportagens semelhantes ao editor da maior editoria da Gazeta do Povo, Vida e Cidadania.

Os entrevistados de ambos os jornais manifestaram dificuldades semelhantes quanto ao relacionamento profissional. Mas esse tema apareceu de duas formas. Um dos editores da GP, por exemplo, lamentou que o cargo o deixava com pouco tempo para conversar com os repórteres, orientá-los, dar um *feedback* sobre o trabalho que estavam realizando. Já a

diretoria de redação da GP comentou na entrevista que muitos jornalistas que desempenham função de editores têm dificuldade com esse tipo de relação na chefia, dificuldade em dar um retorno sobre a produção para os subordinados. Essa dificuldade também foi relatada por editores do DC. Cobrar mais responsabilidade ou cuidado com a produção é um fator de constrangimento para uma parte desses profissionais.

O enxugamento da redação do DC tem consequências para a organização do trabalho dos jornalistas e para o jornal. Os procedimentos de avaliação interna do jornal também foram minimizados com o tempo. Em 1999, quando o jornal ainda tinha três jornalistas em função de chefia, aconteciam reuniões para avaliar o jornal. Nas gestões atuais, embora um dos editores entrevistados tenha manifestado a intenção de retomar as reuniões de pauta, até então extintas, também como uma forma de discutir o jornal, a rotina seguia sem possibilidade dessa comunicação.

Nesse ponto, já é possível estabelecer uma relação com a formação acadêmica dos jornalistas. As transformações das funções do editor no período analisado envolvem novos saberes de ação. Pode-se dizer que há diferença nas redações regionais atuais em comparação com a imprensa dos anos 1980, por exemplo. Segundo Fonseca (2008), o jornal gaúcho Zero Hora possuía, na década de 1980, editores cujas funções eram a coordenação da editoria, a seleção de reportagens para publicação, hierarquizar as reportagens, editar, colocar títulos e legendas. Mas as funções encontradas na GP envolvem ainda o que o autor descreve como atividades de cargos como subeditor, que é o caso de contato com o diagramador.

Nas grades curriculares analisadas, é possível encontrar menções aos conceitos de estruturação da notícia e hierarquização. De certa forma, as grades em que se constatou o ensino de edição vão ao encontro dessas funções, o que indica um diálogo entre os saberes da prática e a academia. Mas no levantamento feito na dissertação, comprovou-se o ensino de conceitos ligados diretamente à edição no jornalismo em apenas duas disciplinas.

Embora essas funções possam ser categorizadas por alguns autores como atividades de gestão, ligadas à administração, este estudo reconhece que elas estão envolvidas com a atividade jornalística. Uma relação segura quanto a críticas e orientações pode decorrer de uma formação que incentive a avaliação de produtos jornalísticos, a experiência laboratorial em edição, ou mesmo a discussão em sala de aula sobre critérios editoriais e coordenação da produção de jornal.

A dificuldade relatada pelos profissionais a respeito de dar *feedback*, principalmente

no DC pode ser associada à falta de discussão e prática sobre o tema na formação acadêmica. O depoimento de um dos editores faz menção também à dificuldade para demitir repórteres. Se houvesse tempo e estrutura para a comunicação prévia de falhas ou necessidade de mudanças, os motivos ficariam mais claros para o repórter. Mas vale indicar também que, a princípio, sequer seria função do editor fazer o comunicado da demissão ao repórter, o que pode criar constrangimentos na redação entre o editor e os repórteres. Em redações com maior estrutura organizacional, essa função é atribuída a cargos superiores.

Um aspecto a se destacar nos dados dos editores é sobre o papel de mediador. Um dos editores da GP, que mencionou no questionário ser responsável por fazer páginas atraentes, buscar fidelidade do leitor e deixá-lo bem informado. Esse pensamento no público se aproxima da definição de alguns autores sobre o editor ter um “contrato” com o leitor.

Entre os editores da GP entrevistados, foi consenso que o curso de graduação contribuiu no ensino de técnicas de edição principalmente em projetos de extensão e atividades laboratoriais. Também ficou claro que o aprendizado de edição se dá principalmente na prática, observando o trabalho dos chefes. Houve dificuldade de conseguir dados sobre salário, pois os profissionais evitaram falar sobre valores exatos.

Apesar de concordarem que não tiveram formação para edição no ensino superior, nem todos os profissionais defendem que a graduação em jornalismo deveria conter essa disciplina, como comentou o Jornalista 2 da GP. Para ele, a experiência como subeditor também foi fundamental para a formação.

Sobre os benefícios do cargo, os profissionais dos dois impressos citam principalmente a repercussão positiva e retorno prático do que publicam no jornal, além do ensinamento que conseguem passar aos repórteres. Identifica-se aqui que a realização profissional tem relação com o efeito do trabalho do editor na sociedade. Sua recompensa principal é ver que suas decisões na redação afetam o cotidiano da população ou, em escala menor, melhoram a situação de uma fonte. Neste segundo caso, vale lembrar algumas reportagens típicas na linha editorial do DC, que mostram o drama pessoal de alguma pessoa em situação vulnerável. Essas reportagens geram uma comoção entre os leitores e, frequentemente, um leitor oferece ajuda.

Além do retorno que o jornalista tem do público com as reportagens de maior repercussão, observa-se aí uma satisfação pelo sucesso profissional. Os dois são paralelos. Essa fala presente nas entrevistas vai ao encontro das deontologias do jornalismo, de servir a

sociedade - neste caso intermediado pelo repórter que seguiu sua orientação - mas também percebe-se a relevância das funções do editor para orquestrar a produção jornalística. Pode-se afirmar, assim, que embora o cargo de editor tenha passado por transformações, ao menos no jornalismo regional, trata-se de uma função que não deve ser extinguida do organograma das redações.

A partir dos questionários aplicados, notou-se que os valores mais presentes no imaginário dos editores com relação à responsabilidade de seu cargo são pluralidade, a fiscalização do poder público, o debate público e a confiabilidade das fontes utilizadas no jornal. Então, pode-se citar o interesse público, credibilidade e pluralidade como valores mais destacados pelos profissionais. Também verificou-se, no caso da GP, que a formação acadêmica é um aspecto influente na ascensão profissional dos editores, como é indicado na fala da diretora de redação. Dos cinco editores da Gazeta do Povo em 2014, três possuem pós-graduação, e dois entrevistados mencionaram o desejo de fazer cursos de pós – um deles já havia feito um curso dessa natureza, e outro não.

Com base nos dados analisados, pode-se afirmar que a função dos editores nos jornais *Diário dos Campos* e *Gazeta do Povo*, em uma descrição mais macro, é o controle da produção a curto e longo prazo, a visão da produção com foco no leitor e na linha editorial, o olhar mais geral do processo produtivo. As transformações pelas quais os cargos passaram apontam que estão mais afastados da definição clássica de *gatekeeper*.

Na GP, ele precisa saber o que se passa nas outras editoriais, e está mais preocupado com a repercussão e sucesso da sua área, com o destaque que ganha no jornal. No DC, além do controle da produção e edição do material, o chefe de redação se responsabiliza pelo contato com o leitor, por representar a voz do jornal através dos editoriais.

A partir dessas funções identificadas, uma possível resposta à pergunta de pesquisa é que o conhecimento específico em jornalismo dos profissionais que desempenham função de editor no *Diário dos Campos* e na *Gazeta do Povo* é a visão ampla e a longo prazo da produção jornalística. Esse princípio já havia sido apontado na entrevista com o professor Demétrio Soster, realizada em novembro de 2013, em que ele defendia que o editor deveria ter um conhecimento mais largo, qualificado e dinâmico do que o repórter, com mais responsabilidade sobre a produção.

Esse conhecimento envolve, como foi discutido no terceiro capítulo da dissertação, saberes formados pela prática profissional e pela formação acadêmica. Quando um repórter

está trabalhando na redação, seu foco está em cumprir o prazo e a expectativa sobre o material que vai produzir. Segundo a resposta dos editores, o repórter tem uma preocupação mais individual com o material produzido. Enquanto o editor está atento ao desempenho da editoria como um todo, no caso da GP, ou do jornal como um todo, no caso do DC. A pesquisa mostrou que a atividade do editor envolve competências relacionadas às deontologias do jornalismo, incluindo formação acadêmica e profissional, e formação de mercado. Os cursos universitários têm uma grade majoritariamente programada para formar repórteres, e não editores. Esse conhecimento, de coordenar e conhecer em profundidade a produção jornalística, de acordo com a fala dos profissionais, está principalmente na prática.

Esses apontamentos colaboram para repensar a formação em jornalismo oferecida para os estudantes brasileiros. A proposta de uma disciplina, que considerou a pesquisa bibliográfica, documental e as entrevistas, vem tentar contribuir para a reformulação já proposta pelas novas diretrizes curriculares, que exigem um profissional atento a todas as etapas da produção.

No DC, o rejuvenescimento da redação no que diz respeito ao cargo de chefia não se comprova. Fica entre 29 e 30 anos a média de idade dos profissionais no cargo, nos anos de 1999, 2013 e 2014. Na Gazeta do Povo, a média de idade dos editores é um pouco maior, chegando aos 45 anos.

É importante mencionar que, durante o período da pesquisa, três profissionais ocuparam o cargo de chefe de redação no Diário dos Campos. Há alta rotatividade no cargo. Na GP também teve troca de editores durante o período da pesquisa, em função do pedido de demissão de um deles. Além disso, o ano de 2014 marcou o período com mais demissões em massa da história do jornal. Sob a alegação de crise financeira e reformulação da redação, mais de 60 profissionais foram demitidos naquele ano. Com isso, cadernos fecharam e editorias perderam mais de três repórteres. No DC, também houve redução do número de repórteres, de oito para seis. Essas mudanças constantes na redação demonstram a relevância de manter o jornalismo regional sob o foco de estudos, para compreender as consequências dessas transformações no exercício da profissão e nos rumos do jornalismo regional.

Houve uma dificuldade na coleta de dados sobre a história do DC. Os livros e artigos científicos que citavam o jornal não tinham foco na estrutura organizacional da redação, nem citavam a estrutura interna depois de 1999, quando o jornal voltou a circular. Com a pouca variedade de referências sobre a história do jornal Diário dos Campos, o que contribui foram

materiais oficiais nos jornais da época, como edições comemorativas que contavam a história do jornal, e as entrevistas. Já sobre a Gazeta do Povo havia mais artigos produzidos que destacavam as mudanças ocorridas na redação. Os estudos sobre a história recente da imprensa regional do Paraná ainda são incipientes, o que aponta justamente na necessidade em pesquisar mais o tema e contribuir para novas investigações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2002.
- ABREU, Alzira Alves. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. ROCHA, Dora (orgs). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CDDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. As técnicas do jornalismo. 4 ed. São Paulo: Ática, 2009.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Vozes, 2013
- BASTOS, Daniel Trench. **Tentativa e acerto: a reforma gráfica do Jornal do Brasil e a construção do SDJB**. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- BELAU, Angel Faus. **La ciencia periodística de Otto Groth**. Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra. Pamplona, 1966.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI/ Catedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Edições Omnia, 2006.
- BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.
- BRONOSKY, Marcelo. **Manuais de redação e jornalistas: estratégias de apropriação**. UEPG, 2010.
- BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário**. Editora UEPG, 2007.
- CAVERSAN, Luiz, PRADO, Magaly (org). **Introdução ao Jornalismo diário: como fazer jornal todos os dias**. Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2009.
- Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2014. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. <http://sindijorpr.org.br/convencao>. Acesso em 25 de julho de 2013.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Indicadores da qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros**. Série Debates CI. Nº 3, novembro de 2010.
- COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Cadernos da Biblioteca

Nacional, 2011.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: e a profissão de jornalista. 9ª ed -São Paulo: Summus, 2009.

ERBOLATO, Mario L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição do jornal diário. Petrópolis:Vozes, 1985.

ESSENFELDER, Renato. **O editor e seus labirintos**: reflexos da crise de paradigmas do jornal impresso. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 2012.

FERNANDES, J. C. ; Santos, Marcio Renato dos . **Todo dia nunca é igual** - notícias que a vida contou em 90 anos da Gazeta do Povo. 1.ª. ed. Curitiba: Gazeta do Povo, 2011.

FIDALGO, Joaquim. Jornalistas e saberes profissionais. I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação - XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais do I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação - XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2008.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1989.

GONÇALVES, Elias Machado. Os novos conceitos de edição no jornalismo digital. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 357-373.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis, Vozes, 2011.

HOHENBERG, John. **O jornalista profissional**: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Ed. Interamericana, 1981.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2ª ed. – São Paulo : Aleph, 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom; DUPONT, Wladir. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Geração, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica da pesquisa jornalística. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPANT, Jean. Et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIMA, Samuel, MiCK, Jaques. Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país. Palestra proferida pelo professor Samuel Lima no II Fórum Sul-brasileiro de Professores de Jornalismo e V Encontro Paranaense de Ensino do Jornalismo, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Anais do II Fórum Sul-brasileiro de Professores de Jornalismo e V Encontro Paranaense de Ensino do Jornalismo**, Ponta Grossa, 2013.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Tinhorão: o legendário**. Imprensa Oficial, 2010.

LUSTOSA, Elcia. **O texto da notícia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MACEDO, R. G. MELO, W. F. O periódico Última Hora e sua relevância na história da mídia impressa brasileira. 6º Encontro Nacional da Rede Alcar. **Anais do 6º Encontro Nacional da Rede Alcar**, 2008.

MANUAL de redação. 2.ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1987.

MANUAL de redação. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2006.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. A dupla falta do editor de jornal, nos livros e cursos de jornalismo. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azevedo; PICCININ, Fabiana (orgs). **Edição em jornalismo: Ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Ed. Forense- Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Mídia & Jornalismo**, Vol.1, p.9-22, 1997.

MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo, 199. In ://www.bocc.ubi.pt, acessado em agosto de 2013.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

OLIVEIRA FILHA, E. A. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: Gazeta do Povo e O Estado do Paraná. **Cadernos da Escola de Comunicação** (Unibrasil), v. 02, p. 86-101, 2004.

PARK, Robert. A história natural do jornal. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era**

glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa, volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PENA, Felipe (org.) **Jornalismo** (Coleção 1000 perguntas). Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique. Jornalistas-intelectuais no Brasil. São Paulo: Summus, 2011.

PEREIRA, Fábio Henrique. NEVES, Laura Maria. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 35-50, dez. 2013.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PERUZZO, C.M.K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 43, p. 67-84, 2005.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Revista Estudos de Jornalismo e Mídia**. Vol.1, nº 2, 2004.

PONTES, Simão Pontes; GADINI, Sérgio Luiz. Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná - Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR). 3º Encontro da Rede Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. **Anais do 3º Encontro da Rede Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**, 2005. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1?b_start:int=100

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937-1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani. **A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. 241 p.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro de. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

ROCHA, Paula Melani; OLIVEIRA, Marina A.; KUHL, Crystian E. A história do ingresso das mulheres nas redações de dois impressos de Ponta Grossa. Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação. **Anais do Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**, Ponta Grossa, UEPG, 2013.

ROCHA, Paula Melani, SCHOENHERR, Rafael, SILVA, Gisele Barão da. Agência de Jornalismo e aprendizagens de edição jornalística. **Anais do II Fórum Sul-brasileiro de Professores de Jornalismo e V Encontro Paranaense de Ensino do Jornalismo**, 2013.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: insular, 2007.

SANTOS, Alexandre Correia dos. O jornalismo de região em consonância com a história do seu povo: um breve estudo da trajetória da Gazeta do Povo. **Revista Temática**, Ano VII, n. 05 – Maio, 2011.

SANTOS NETO, Laudelino. Guevara, revolução gráfica e modernização. In: SARDÁ, Laudelino José (org.). **Da Olivetti à Internet**. Tubarão: Ed. Unisul, 2007.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SHOEMAKER, Pamela. **Teoria do Gatekeeping**: construção e seleção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil Dias**: seis mil dias depois. 2ª ed. São Paulo: PubliFolha, 2005.

SILVA, Emerson Castro Firmo da. **Planejamento em Edição Jornalística**: uma perspectiva pedagógica da pesquisa de campo, 2010.

SILVA, Gisele Barão da. Apontamentos sobre o ensino de edição jornalística na Universidade. Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação. **Anais do XVI Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**. Ponta Grossa, 2013.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O problema da imprensa**. São Paulo, Com arte, 1988.

SODRÉ, Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLOSKI, Jonh. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”, in TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega, 1993.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Ensino de edição em jornais impressos**: uma abordagem metodológica. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azevedo; PICCININ, Fabiana (orgs). **Edição em jornalismo**: Ensino, teoria e prática. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e da construção. Série Jornalismo a Rigor. V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as Teorias do Jornalismo. **Revista Estudos de Jornalismo e Mídia**. Vol. 1, nº 2, 2º semestre de 2004.

TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis. Editora Insular. 2005b. Vol. II.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 3ªed. São Paulo: Summus, 1992.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Organização e edição de Augusto Nunes. São Paulo:Editoria Planeta, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Editorial Presença, Lisboa, 1987.

Cidadão do Futuro encerra atividades de 2013. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 8 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.diariodoscamos.com.br/geral/cidadao-do-futuro-encerra-atividades-de-2013-74501/> Acesso em 12 de março de 2014.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIOS

1. Questionário para repórteres

Data de nascimento: ____/____/____

Cidade de nascimento:

Sexo: () feminino () masculino

Empresa:

Editoria:

Há quanto tempo trabalha nesta empresa?

Formação

() ensino médio completo

() graduação em Jornalismo (especifique a instituição e o ano):

() graduação em outra área. Qual curso (especifique a instituição e o ano)? _____

() especialização (especifique o curso, o ano e a instituição):

() mestrado (especifique o curso, o ano e a instituição):

() doutorado (especifique o curso, o ano e a instituição):

Tempo de profissão

() até 5 anos

() 5 a 10 anos

() 10 a 20 anos

() mais de 20 anos

Em que outras empresas trabalhou anteriormente?

Que outros cargos já ocupou nesta mesma empresa?

Em que situações você solicita auxílio do editor responsável?

() sugestão de pauta

() enquadramento de uma reportagem

() conhecimento da linha editorial da empresa

() viabilizar transporte para reportagem

() dúvida sobre padrões de estilo de redação

- ☐ informações sobre determinado assunto
- ☐ dúvidas sobre ortografia e gramática
- ☐ informações sobre as suas férias
- ☐ sugestão de título
- ☐ sugestão de *lead*
- ☐ sugestão de fonte
- ☐ sugestão de qual matéria deve ser o abre de página
- ☐ Outras. Quais? _____

Você é sindicalizado?

- ☐ sim
- ☐ não

2. Questionário para editores da Gazeta do Povo

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: ☐ feminino ☐ masculino

Empresa:

Há quanto tempo trabalha nesta empresa?

Formação

- ☐ ensino médio completo
- ☐ graduação em Jornalismo (especifique a instituição e o ano):
- ☐ graduação em outra área. Qual curso (especifique a instituição e o ano)? _____
- ☐ especialização (especifique o curso, o ano e a instituição):
- ☐ mestrado (especifique o curso, o ano e a instituição):
- ☐ doutorado (especifique o curso, o ano e a instituição):

Tempo de profissão

- ☐ até 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ 10 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

Em que outras empresas trabalhou anteriormente?

Que outros cargos já ocupou nesta mesma empresa?

Assinale suas atribuições no cargo:

- ☐ () revisão de textos
- ☐ () edição de textos
- ☐ () definição de pauta
- ☐ () distribuição de pauta
- ☐ () fechamento da capa
- ☐ () seleção e organização de textos nas editorias
- ☐ () seleção de fotos
- ☐ () escrever editoriais
- ☐ () página de opinião (seleção de cartas do leitor, artigos, etc)
- ☐ () gestão diária de deslocamento dos repórteres
- ☐ () organização da cobertura fotográfica
- ☐ () inserção de informações faltantes nos textos
- ☐ () discussão das pautas com o repórter
- ☐ () dar soluções rápidas em caso de imprevistos
- ☐ () monitoramento do noticiário e do material das agências de notícias
- ☐ () gerir o orçamento da redação
- ☐ () seleção de repórteres para contratação
- ☐ () reunião de pauta semanal
- ☐ () reunião de pauta diária
- ☐ () reunião de pauta mensal
- ☐ () negociação do espaço publicitário
- ☐ () organização de matérias de gaveta e data de veiculação
- ☐ () atualização do site do jornal
- ☐ () Outros. Quais? _____

Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

- ☐ () menos de um ano
- ☐ () de um a três anos

- ☐ de três a cinco anos
- ☐ de cinco a sete anos
- ☐ de sete a dez anos
- ☐ mais de dez anos

Você é responsável por qual (is) editoria (s)?

- ☐ Vida Pública
- ☐ Economia
- ☐ Vida e Cidadania
- ☐ Esportes
- ☐ Caderno G
- ☐ Outra. Qual? _____

Quantos repórteres estão sob sua responsabilidade?

Quantas reportagens estão sob sua responsabilidade diariamente, em média?

- ☐ menos de cinco
- ☐ de cinco a 10
- ☐ de 10 a 15
- ☐ de 15 a 20
- ☐ mais de 20

Qual a sua carga horária de trabalho diária?

- ☐ 5 a 7 horas
- ☐ 8 a 10 horas
- ☐ mais de 10 horas

Trabalha nos finais de semana?

- ☐ somente no sábado
- ☐ somente no domingo
- ☐ não
- ☐ eventualmente (plantões)

Qual é a sua faixa salarial?

- ☐ apenas o piso
- ☐ o piso mais 30%
- ☐ o piso mais 50%

Como ingressou no trabalho?

- ☐ Processo seletivo
- ☐ em continuação a estágio ou trainee
- ☐ indicação/convite

Você é sindicalizado?

- ☐ sim
- ☐ não

Como você vê a responsabilidade do editor com o público e com os princípios do jornalismo?

- ☐ preocupação com o exercício da cidadania
- ☐ fiscalização do poder público
- ☐ incentivar o debate público
- ☐ garantir a pluralidade da informação e fontes
- ☐ primar pela seleção de informações de interesse público
- ☐ garantir a ética na coleta de informações
- ☐ garantir o respeito aos códigos de conduta da profissão
- ☐ produção e reprodução do conhecimento
- ☐ outro. Qual? _____

3. Questionário para editores do Diário dos Campos

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: ☐ feminino ☐ masculino

Empresa:

Há quanto tempo trabalha nesta empresa?

Formação

- ☐ ensino médio completo
- ☐ graduação em Jornalismo (especifique a instituição e o ano):
- ☐ graduação em outra área. Qual curso (especifique a instituição e o ano)? _____
- ☐ especialização (especifique o curso, o ano e a instituição):
- ☐ mestrado (especifique o curso, o ano e a instituição):
- ☐ doutorado (especifique o curso, o ano e a instituição):

Tempo de profissão

- ☐ até 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ 10 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

Em que outras empresas trabalhou anteriormente?

Que outros cargos já ocupou nesta mesma empresa?

Assinale suas atribuições no cargo:

- ☐ revisão de textos
- ☐ edição de textos
- ☐ definição de pauta
- ☐ distribuição de pauta
- ☐ fechamento da capa
- ☐ seleção e organização de textos nas editorias
- ☐ seleção de fotos
- ☐ escrever editoriais
- ☐ página de opinião (seleção de cartas do leitor, artigos, etc)
- ☐ gestão diária de deslocamento dos repórteres
- ☐ organização da cobertura fotográfica
- ☐ inserção de informações faltantes nos textos
- ☐ discussão das pautas com o repórter
- ☐ dar soluções rápidas em caso de imprevistos

- ☐ monitoramento do noticiário e do material das agências de notícias
- ☐ gerir o orçamento da redação
- ☐ seleção de repórteres para contratação
- ☐ reunião de pauta semanal
- ☐ reunião de pauta diária
- ☐ reunião de pauta mensal
- ☐ negociação do espaço publicitário
- ☐ organização de matérias de gaveta e data de veiculação
- ☐ atualização do site do jornal
- ☐ Outros. Quais? _____

Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

- ☐ menos de um ano
- ☐ de um a três anos
- ☐ de três a cinco anos
- ☐ de cinco a sete anos
- ☐ de sete a dez anos
- ☐ mais de dez anos

Você é responsável por qual (is) editoria (s)?

- ☐ Política
- ☐ Economia
- ☐ Cidades
- ☐ Geral
- ☐ Esportes
- ☐ Variedades/Cultura
- ☐ Todas

Quantos repórteres estão sob sua responsabilidade?

Quantas reportagens estão sob sua responsabilidade diariamente, em média?

- ☐ menos de cinco
- ☐ de cinco a 10
- ☐ de 10 a 15
- ☐ de 15 a 20
- ☐ mais de 20

Qual a sua carga horária de trabalho diária?

- ☐ 5 a 7 horas
- ☐ 8 a 10 horas
- ☐ mais de 10 horas

Trabalha nos finais de semana?

- ☐ somente no sábado
- ☐ somente no domingo
- ☐ não
- ☐ eventualmente (plantões)

Qual é a sua faixa salarial?

- ☐ apenas o piso
- ☐ o piso mais 30%
- ☐ o piso mais 50%

Como ingressou no trabalho?

- ☐ Processo seletivo
- ☐ em continuação a estágio ou trainee
- ☐ indicação/convite

Você é sindicalizado?

- ☐ sim
- ☐ não

Como você vê a responsabilidade do editor com o público e com os princípios do jornalismo?

- ☐ preocupação com o exercício da cidadania
- ☐ fiscalização do poder público
- ☐ incentivar o debate público
- ☐ garantir a pluralidade da informação e fontes
- ☐ primar pela seleção de informações de interesse público
- ☐ garantir a ética na coleta de informações
- ☐ garantir o respeito aos códigos de conduta da profissão
- ☐ produção e reprodução do conhecimento
- ☐ outro. Qual? _____

4. Questionário para ex-editores do Diário dos Campos

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: ☐ feminino ☐ masculino

Empresa:

Em qual período trabalhou nesta empresa?

Formação

- ☐ ensino médio completo
- ☐ graduação em Jornalismo (especifique a instituição e o ano):
- ☐ graduação em outra área. Qual curso? _____
- ☐ especialização (especifique o curso, o ano e a instituição):
- ☐ mestrado (especifique o curso, o ano e a instituição):
- ☐ doutorado (especifique o curso, o ano e a instituição):

Tempo de profissão

- ☐ até 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ 10 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

Tempo de profissão até ocupar o cargo de chefia

- ☐ até 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ 10 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

Onde já trabalhou até ocupar o cargo de chefia na empresa?

Por quais editorias você passou no jornal antes de ocupar a chefia? (Especifique quanto tempo ficou em cada uma)

Assinale suas atribuições no cargo:

- ☐ revisão de textos
- ☐ edição de textos
- ☐ definição de pauta
- ☐ distribuição de pauta
- ☐ fechamento da capa
- ☐ seleção e organização de textos nas editorias
- ☐ seleção de fotos
- ☐ escrever o editorial
- ☐ página de opinião (seleção de cartas do leitor, artigos, etc)
- ☐ gestão diária de deslocamento dos repórteres
- ☐ organização da cobertura fotográfica
- ☐ inserção de informações faltantes nos textos
- ☐ discussão das pautas com o repórter
- ☐ dar soluções rápidas em caso de imprevistos
- ☐ monitoramento do noticiário e do material das agências de notícias
- ☐ gerir o orçamento da redação
- ☐ seleção de repórteres para contratação
- ☐ reunião de pauta semanal
- ☐ reunião de pauta diária
- ☐ reunião de pauta mensal
- ☐ negociação do espaço publicitário

- ☐ organização de matérias de gaveta e data de veiculação
- ☐ atualização do site do jornal
- ☐ Outros. Quais? _____

Por quanto tempo trabalhou nessa atividade?

- ☐ menos de um ano
- ☐ de um a três anos
- ☐ de três a cinco anos
- ☐ de cinco a sete anos
- ☐ de sete a dez anos
- ☐ mais de dez anos

Você era responsável por qual (is) editoria (s)?

- ☐ política
- ☐ economia
- ☐ geral
- ☐ cidades
- ☐ esporte
- ☐ cultura/variedades
- ☐ todas
- ☐ Outras. Quais?

Quantos repórteres estavam sob sua responsabilidade?

Quantas reportagens estavam sob sua responsabilidade diariamente, em média?

- ☐ menos de cinco
- ☐ de cinco a 10
- ☐ de 10 a 15
- ☐ de 15 a 20
- ☐ mais de 20

Qual era a sua carga horária de trabalho diária?

- ☐ 5 a 7 horas
- ☐ 8 a 10 horas
- ☐ mais de 10 horas

Trabalhava nos finais de semana?

- ☐ não
- ☐ somente no sábado
- ☐ somente no domingo
- ☐ sábado e domingo

Qual era a sua faixa salarial?

- ☐ apenas o piso
- ☐ o piso mais 30%
- ☐ o piso mais 50%

Como ingressou no trabalho?

- ☐ Processo seletivo
- ☐ seleção por empresa de recrutamento
- ☐ em continuação a estágio ou trainee
- ☐ indicação/ convite

Você é sindicalizado?

- ☐ sim
- ☐ não

Você era sindicalizado quando exerceu o cargo?

- ☐ sim
- ☐ não

ANEXO B – TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, **Gisele Barão da Silva**, CPF número 072.115.199-08, RG número 10.220.562-6, responsabilizo-me pela redação do trabalho, aqui apresentado como dissertação de Mestrado em Jornalismo (UEPG), sob o título **A formação profissional de editores no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 08 de maio de 2015.

Acadêmico(a)
Número do RA: 3100113004018